

Proc. nº 1207/07
Fls. 288
Rúbrica Silvino



Proc. nº 1207/07
Fls. 287
Rúbrica Rui

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PROJETO UNESCO 914/BRA/4008

"Impactos do Desenvolvimento e Salvaguarda de Comunidades Indígenas"

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

TUPINAMBÁ DE BELMONTE- BA

Portaria nº 1.417, de 28 de setembro de 2010

CGID/DPT
Recebido em 22/04/11
folme e.

1

PROT. 08620.002373/2011-91

Manoel

Proc. nº 1207/07
Fls. 238
Rúbrica Silvia

FICHA TÉCNICA

Proc. nº 1207/07
Fls. 238
Rúbrica Silvia

COORDENAÇÃO GERAL DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO / CGID-FUNAI

Giovana Acacia Tempesta - Antropóloga

COORDENADORA DO GT DE IDENTIFICAÇÃO / UNESCO-FUNAI

Manoela Freire de Oliveira - Antropóloga

AMBIENTALISTA DO GT DE IDENTIFICAÇÃO / UNESCO-FUNAI

Alexandra Coraça de Freitas - Engenheira Agrônoma

ANTROPÓLOGO COLABORADOR

Tiago Mota Bucci

AMBIENTALISTA COLABORADORA:

Carolle Utrera Alarcom

EM BRANCO

Manoela

LISTA DE FIGURAS:

FIGURA 1: Mulheres Tupinambá e a preparação para o canibalismo. Imagem Theodor de Bry, 1592.

FIGURA 2: Mapa etno-histórico de Kurt Niumendaju da presença indígena em MG, BA e ES.

FIGURA 3: Localização do território de identificação (Imagem Google earth)

FIGURA 4: Localização do território de identificação (Imagem Google earth)

FIGURA 5: Distribuição Geográfica dos Tupi-Guarani no Brasil, século XVI. Fonte: extraído e adaptado de FERNANDES (1989)

FIGURA 6: Localização do município de Belmonte no Extremo Sul da Bahia. Fonte: extraído e adaptado de AMORIM (2007)

FIGURA 7: Cacique Maria do Carmo (Cátia). Foto: Manoela Freire

FIGURA 8: Panorâmica do antigo cemitério dos índios (Foto: Tiago Bucci)

FIGURA 9: Mapa êmico da aldeia Patiburi.

FIGURA 10: Dança do Poraci (Foto: Tiago Bucci)

FIGURA 11: Foto da Escola e Posto de saúde

FIGURA 12: Braço do Rio Camaçari (Foto: Manoela Freire)

FIGURA 13: Foto do antigo local onde morava o caboclo Badú.

FIGURA 14: Dona Maria Buiú (Foto: Tiago Bucci)

FIGURA 15: Panorâmica das antigas ocupações na terra Tupinambá

FIGURA 16: Mapa êmico dos roçados da aldeia patiburi.

FIGURA 17: Lunações segundo o conhecimento tradicional Tupinambá.

FIGURA 18: Crianças no roçado da aldeia patiburi. (Foto: Tiago Bucci)

FIGURA 19: Mandioca Olho de Pombo, variedade preferencial (Foto: Alexandra freitas).

FIGURA 20: Seu Edson mostrando um pote de farinha fina produzida na aldeia (Foto: Alexandra Freitas)

FIGURA 21: Relação entre as Unidades de Paisagem e o número de espécies vegetais manejadas pela comunidade indígena.

FIGURA 22: Relação entre as finalidades de uso e o número de espécies vegetais manejadas pela comunidade indígena.

FIGURA 23: Lagoa Timiquim (Foto: Tiago Bucci)

FIGURA 24: jequi, armadilha de pesca (Foto: Manoela Freire)

FIGURA 25: Jereré, armadilha usada para pesca. (Desenho: Alexandra Freitas)

FIGURA 26 : Muzuá, armadilha usada para pesca (Desenho: Alexandra Freitas)

FIGURA 27: Estrutura construída na mata para a caça de espera.

FIGURA 28: Geomorfologia do território em identificação.

FIGURA 29: Formações vegetacionais no território em identificação

FIGURA 30: Unidades de paisagem no território de identificação

FIGURA 31: Formações Florestais (Foto: Tiago Bucci)

FIGURA 32: Unidades de Recurso no território em identificação.

FIGURA 33: Boqueirão com Floresta Estacional no território em identificação.

FIGURA 34: Campos de Mussununga no território.

FIGURA 35: Formações florestais no território

FIGURA 36: Rio Jequitinhonha (foto: Manoela Freire)

FIGURA 37: Formas de uso da biodiversidade pelo comunidade indígena.

FIGURA 38: Retirada ilegal de madeira feita pelos não-índios na Floresta Estacional

FIGURA 39: Desmatamento na borda da Floresta Estacional (Foto: Tiago Bucci).

FIGURA 40: Retirada de cascalho na Floresta Estacional

FIGURA 41: Sistema de emissários subaquáticos de lançamento de efluente da fábrica no rio Jequitinhonha. (Fonte: EIA/RIMA Ampliação da Fábrica da Veracel.)

FIGURA 42: Pirâmide populacional do município de Belmonte de 2008.

Figura 43: Pirâmide populacional do município de Belmonte e aldeia Patiburi de 2009.

FIGURA 44: Gráfico populacional aldeia patiburi de 2011.

FIGURA 45: Mapa do extremo sul da Bahia

FIGURA 46: Mapa do município de Belmonte /Bahia destacado.

FIGURA 47: Município de Belmonte- Localização regional

FIGURA 48: Evolução do Desmatamento na Região Sul da Bahia. Fonte: CEPLAC

FIGURA 49: mosaico de unidades de conservação do extremo sul da bahia. (fonte: Associação Flora Brasil).

FIGURA 50: Mapa de Uso da Terra do Extremo Sul da Bahia. (Fonte adaptado: SEI, 2004).

FIGURA 51: Mapa da região do extremo sul da Bahia

FIGURA 52: Mapa mental do território indígena Tupinambá de Belmonte

LISTA DE TABELAS

Proc. nº 1207/02
Fls. 281
Rúbrica Rube

Proc. nº 1207/02
Fls. 292
Rúbrica S. S. S.

TABELA 1: Espécies agrícolas cultivadas na aldeia Patiburi.

TABELA 2: Calendário agrícola da comunidade Tupinambá da Aldeia Patiburi.

TABELA 3: Coleta e extrativismo vegetal pela comunidade Tupinambá da Aldeia Patiburi

TABELA 4: Relação entre as Unidades de Paisagem e o número de espécies vegetais manejadas pela comunidade indígena

TABELA 5: Relação entre as finalidades de uso e o número de espécies vegetais manejadas pela comunidade indígena.

TABELA 6: Uso de espécies medicinais pela comunidade Tupinambá da Aldeia Patiburi

TABELA 7: Espécies de animais manejados por meio da pesca pela comunidade Tupinambá da Aldeia Patiburi.

TABELA 8: Espécies de animais manejados por meio da caça pela comunidade Tupinambá da Aldeia Patiburi

TABELA 9: Relações tróficas entre a flora e a fauna regional.

TABELA 10: Criação de animais pela comunidade Tupinambá da aldeia Patiburi.

TABELA 11: Estimativa dos animais criados pelos moradores da aldeia Patiburi.

TABELA 12: Síntese da Geomorfologia, solos e flora associados no território em identificação.

TABELA 13: Unidades de Paisagem no território em identificação

TABELA 14: unidades de recurso no território em identificação.

TABELA 15: Calendário Econômico-Ecológico da comunidade Tupinambá da Aldeia Patiburi.

TABELA 16: Quadro populacional Aldeia Patiburi.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Histórico do Processo de regularização da TI Tupinambá de Belmonte.....	07
O GT de identificação e delimitação da TI Tupinamba de Belmonte.....	09
Metodologia.....	11
Emergência étnica ou <i>os índios do Nordeste</i>	16

PARTE I- Dados Gerais

Breve histórico da ocupação Tupinambá.....	21
A Presença indígena na região de Belmonte Bahia.....	27

PARTE II - Habitação Permanente.....32

Organização social.....	37
-------------------------	----

PARTE III Atividades Produtivas

Agricultura.....	46
Coleta e extrativismo vegetal.....	60
Uso de espécies medicinais.....	70
Pesca.....	74
Caça.....	80
Criação de animais.....	85

PARTE IV- Meio Ambiente.....87

Antropização e situação ambiental da área em estudo.....	99
--	----

PARTE V - Reprodução Física e Cultural..... 105

PARTE VI Levantamento Fundiário.....113

PARTE VII- Conclusão e Delimitação.....130

Referências Bibliográficas.....137

Anexos145

APRESENTAÇÃO

Histórico do Processo de regularização da TI Tupinambá de Belmonte

Os trabalhos de identificação constituem a primeira etapa do processo administrativo de demarcação das terras indígenas, cujos resultados servirão de base a todas as etapas subseqüentes. Os estudos antropológicos e complementares realizados nesta fase deverão caracterizar e fundamentar a terra como "tradicionalmente ocupada pelos índios" conforme os preceitos constitucionais e apresentar elementos visando a demarcação e regularização da terra.

O processo de demarcação da terra indígena Tupinambá de Belmonte da Bahia teve início em 2004, quando os índios foram expulsos da Fazenda Timiquim por ação de reintegração de posse, tendo sido destruídas suas casas e roças. Nesse período, boa parte dos índios ficou acampada da Aldeia Tupinambá de Olivença, até encontrarem condições de realizar a ocupação de suas terras. Como consequência desse episódio, as famílias se dispersaram, gerando, inclusive, um pequeno decréscimo populacional. Já em 2006 os índios retornaram para uma nova ocupação da Fazenda Timiquim. Em 2008, foi realizado os estudos de fundamentação antropológica, pelo antropólogo Robson Cândido da Silva. Na conclusão dos estudos, o antropólogo apontou a área como de ocupação tradicional Tupinambá, bem como a necessidade de realização de estudos aprofundados para a regularização da referida terra indígena segundo os critérios estabelecidos no Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e Decreto nº. 1.775/96.

Segundo relatório repassado pela coordenação regional, a comunidade da aldeia Patiburi é constituída por 32 famílias que habitam a área em litígio, onde cultivam espécies vegetais arbóreas, frutíferas e alimentares por meio da realização de roças familiares e comunitárias. Outras atividades como a criação de bovinos, ovinos, asininos, equinos, suínos, aves, além da manutenção da pesca também são desenvolvidas por iniciativa da comunidade. A aldeia conta com um centro cultural comunitário, posto de saúde, escola de ensino infantil e fundamental (até a quarta série), além de 32 moradias, cercas para delimitação de pastagens e cultivos, duas farinhas e poço de coleta de água, ou seja, uma estrutura que tem garantido à comunidade as condições necessárias à sua sobrevivência física e cultural. As 32 famílias Tupinambá da Aldeia Patiburi constituem um quadro de 311 indivíduos, contemplados por uma diversidade de projetos realizados a partir de diversas parcerias. A Associação dos Índios

Tupinambá de Belmonte – ASSITUBEL tem um papel fundamental no processo de articulação da comunidade com as instituições parceiras, o que tem garantido a realização de atividades produtivas, culturais e educativas na área tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena. Como exemplos das exitosas parcerias, podemos citar o Espaço de Proteção Integral, realizado em parceria com o Governo do Estado da Bahia, que promove oficinas de capacitação em artesanato, atividades esportivas, entre outros. A comunidade também conta com assistência à saúde, de competência da Secretaria de Saúde Indígena, que oferece visitas médicas e odontológicas em articulação com a Secretaria de Saúde do Município de Belmonte.

A CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Governo do Estado da Bahia contribui com um projeto de criação de ovinos, para o qual está sendo construído um aprisco, o cercamento de áreas para pastagem e o recebimento de animais. O projeto de criação de alevinos, tendo em vista a segurança alimentar da comunidade, é apoiado pela Bahia Pesca, vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma do Governo do Estado.

A maioria das famílias é beneficiada pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal, que também realizou visitas para implantação de rede de distribuição elétrica do Programa Luz para Todos. Por meio da FUNAI o Governo Federal também contribui com os projetos de criação de bovinos e reparo da farinheira. Outra importante parceria se dá com a empresa Veracel, que subsidia o fornecimento de material escolar para os alunos, promove melhorias nas condições da estrada e no abastecimento de água, ampliando a profundidade do poço artesiano.

Nesse sentido, os estudos para identificação e delimitação da TI Tupinambá de Belmonte foram conduzidos, nos períodos de novembro/dezembro de 2010 e maio/junho de 2011, por Grupo Técnico constituído pela Portaria nº. 1.417, de 28 de setembro de 2010.

Atualmente a aldeia Patiburi, localizada na Fazenda Timiquim, é objeto de reintegração de posse, conforme Processo nº 2006.33.10.003538-0, que tramita na vara única da subseção judiciária de Eunápolis, e cuja ordem judicial de “despejo” está em poder da Polícia Federal.

O GT de identificação e delimitação da TI Tupinamba de Belmonte

A Terra Indígena Tupinambá de Belmonte localiza-se na parte sul do Estado da Bahia, se inserindo na bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, que abrange grande parte do nordeste do Estado de Minas Gerais e pequeno setor do sudeste da Bahia, em torno ao distrito de Boca do Córrego, no município de Belmonte, na Bahia, conforme, mapas constantes no anexo do presente relatório.

O Projeto "*Impactos do Desenvolvimento e Salvaguarda de Comunidades Indígenas*" tem como objetivo contribuir para a proteção das terras indígenas e viabilizar a sua regularização fundiária, incluindo estudos de identificação, delimitação, demarcação, regularização e de avaliação ambiental.

O Projeto "*Impactos do Desenvolvimento e Salvaguarda de Comunidades Indígenas*" integra o Programa "Promoção e Proteção, Ação Demarcação e Regularização de Terras Indígenas", e tem como objetivo subsidiar a FUNAI para consolidar conhecimento e estabelecer padrões de referência para as ações de salvaguarda do patrimônio cultural e ambiental das comunidades indígenas.

O estudo antropológico e ambiental para a identificação e delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Belmonte, no Estado da Bahia, foi determinado pela Portaria de Constituição do Grupo Técnico (GT) nº 1.417, assinada em 28 de setembro de 2010 por Márcio Augusto Freitas de Meira, presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

O GT de identificação da Terra Indígena foi composto por Manoela Freire de Oliveira - antropóloga-coordenadora, consultora FUNAI/UNESCO; Alexandra Coraça de Freitas - engenheira agrônoma, consultora FUNAI/UNESCO; Thiago Motta Bucci - antropólogo, colaborador; Carolle Utrera Alarcon - gestora ambiental, colaboradora; e Jailton Gerino Maciel - técnico FUNAI/CTL Porto Seguro.

Os trabalhos do GT em campo foram realizados em dois períodos. No período de 22 de novembro a 06 de dezembro de 2010. E no período de 30 de maio a 10 de junho de 2011. Durante os dois trabalhos de campo, foram realizadas tanto visitas a aldeia Patiburi, como também pesquisa documental em órgãos públicos como: Secretaria de Agricultura e de Planejamento, representadas pelos seus respectivos secretários e também pesquisa em cartórios, tanto da vara cível como da vara criminal. Além da pesquisa em batistério, sendo representado pelo frei da paróquia de Nossa Senhora do Carmo, como também na biblioteca pública do município de Belmonte.

Para que uma terra seja considerada tradicionalmente ocupada por índios é necessário, como estabelece os itens do artigo 231, que:

- a) sejam por eles habitadas em caráter permanente;
- b) utilizadas para suas atividades produtivas;
- d) imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar;
- e) necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Os estudos antropológicos e complementares têm por finalidade caracterizar o grupo indígena Tupinambá de Belmonte e identificar a terra que é ocupada tradicionalmente por índios conforme os preceitos constitucionais. A Constituição Federal em seu Art.231 reconhece "*aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*"

A *identificação*, início do processo de demarcação que compete à União, tem a finalidade de caracterizar terra como *tradicionalmente ocupada*, buscando os elementos que permitam descrever as quatro situações definidas acima, no sentido de depreender daí os limites da terra. Estas situações não devem ser lidas através de noções e concepções pré-elaboradas e externas ao grupo indígena, mas segundo os usos, costumes e tradições dos índios desta terra.

Para tal, foi imprescindível a compreensão da forma específica de organização social do grupo indígena, necessária à preservação das atividades que permite a este grupo étnico se reproduzir física e culturalmente, segundo seus usos, costumes e tradições. Entretanto, deve-se ter em mente que a identificação e a delimitação dessas áreas não se restringe apenas a uma inquestionável demonstração técnica. Como nos chama atenção Oliveira Filho & Almeida (1998):

"Imaginar que uma identificação de área indígena corresponda a um simples ato técnico, como buscar antigos cemitérios ou capoeiras, algo tão fácil e direto como verificar impressões digitais, tipo físico ou amostras sangüíneas, não tem o menor fundamento.(...) Uma compreensão racional e científica dessa etapa do processo demarcatório intitulada identificação supõe, portanto, uma investigação antropológica especializada e dirigida, bem como a compreensão plena de que a proposta que daí resulta é um fenômeno político, isto é, um

fenômeno que possui igualmente uma dimensão de barganha na qual os atores buscam maximizar os seus interesses face a um certo contexto histórico e uma determinada correlação de forças." (Oliveira Filho & Almeida, 1998:76/77-grifo dos autores).

Apesar da longa história de contato dessa população Tupinambá, esta filiação ameríndia deve ser tida em conta não apenas como um resquício histórico remoto, mas como marca efetiva na organização social e modos de vida atuais. O uso de etnônimos da família Tupi para designar o povo que vive atualmente no município de Belmonte, não pode ser visto como uma categorização lingüística, mas como uma identificação social, cultural e histórica, porque este povo fala o português e não mais a língua Tupi, por conta dos mais de 500 anos de contato e apagamento da memória cultural.¹

É importante salientar, com base nos dados apresentados a seguir, que os relatos sobre o passado da comunidade Tupinambá de Belmonte são congruentes com o processo de ocupação e colonização da região em que o grupo historicamente se insere. A intenção não é apenas procurar "provas históricas" que permitam "confirmar" os referidos relatos, mas antes ressaltar que, embora expressem uma experiência histórica particular, não demonstram incompatibilidade com as fontes consultadas sobre a história da região estudada.

EM BRANCO

Proc. nº 202/07
Fls. 289
Rúbrica Silveira

Metodologia

Todas as atividades desenvolvidas no contexto desse trabalho foram realizadas de acordo com as orientações técnicas da Coordenação Geral de Identificação e Delimitação - CGID e da Diretoria de Proteção Territorial. - da FUNAI, do Manual do Antropólogo, e com as determinações da Lei nº 6001/73, que "*Dispõe sobre o Estatuto do Índio*"; dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal (de 05 de outubro de 1988), que "*Trata dos direitos dos povos indígenas*"; do Decreto nº 1775 (de 08 de janeiro de 1996), que "*Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das Terras Indígenas*", da Portaria nº 239 (de 20 de março de 1991), que "*Estabelece normas para os trabalhos de identificação e delimitação de Terras Indígenas*" e da Portaria nº 14 (de 09 de janeiro de 1996), que "*Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras*

¹ Vale ressaltar que esse dito "apagamento cultural" deve ser atribuído aos mais de 500 anos de contato e de dizimação e etnocídio que sofreram as populações indígenas, em especial, as do nordeste brasileiro que durante a colonização tiveram que "esquecer" ou "apagar" da memória sua língua materna e aprender forçosamente a língua do colonizador.

Indígenas". Foram feitas reuniões tanto na CGID em Brasília com a diretora na época de Proteção Territorial, a Sr^a Leila Sotto Burger, as responsáveis atuais pela Coordenação, Giovana Tempesta e Sara Gaia, como também uma reunião na CR (Coordenação Regional) do Sul da Bahia em Eunápolis, com a presença do coordenador na época, o Sr. Francisco S. Paes.

Proc. n° 120710
Fls. 288
Rúbrica *[assinatura]*

a) Procedimentos metodológicos:

- Pesquisa das fontes secundárias sobre a referida etnia de forma abrangente, sendo considerados os seguintes aspectos: histórico territorial, organização social, economia, aspectos socioambientais, cultura material e imaterial e relações com a sociedade nacional.
- Pesquisa de informações nos órgãos oficiais, fundações e entidades, complementares à pesquisa das fontes secundárias.
- Trabalho de campo.

Observação importante: faz parte da orientação metodológica deste estudo garantir a participação dos povos indígenas representados por suas lideranças nas etapas da realização do estudo de fundamentação antropológica, como consta nos ditames do Decreto nº 1775/96 e da Portaria nº 14/MJ/96.

O método etnográfico constitui-se instrumento antropológico por excelência e será empregado no intuito de apreender dados qualitativos sobre a ocupação Tupinambá e a relação de pertencimento do grupo no território. Também serão considerados aspectos econômicos, dados documentais e registros ditos oficiais que façam referência a presença indígena na região; mapeamento das redes de parentes e genealogia, bem como configurações etno-históricas e políticas.

O trabalho foi realizado em três etapas:

a) Coleta de Dados secundários:

Levantamento bibliográfico e pesquisa documental referente à presença Tupinambá no município de Belmonte, extremo sul da Bahia e demais regiões limítrofes. Foram levantados dados históricos e etnológicos sobre o povo indígena em estudo, seu território e a região em que se inserem. Foram compilados dados cartográficos, geográficos, ecológicos sobre o meio ambiente regional, com ênfase no território indígena em estudo. Esses dados foram analisados tendo como referência os usos indígenas dos recursos naturais. Nessa etapa, foram

também consultadas fotos aéreas e imagens de satélite, com vistas à identificação prévia de eventuais áreas degradadas ou vulneráveis, tanto na Terra Indígena quanto na sua vizinhança.

Consultas a Órgãos Municipais, Estaduais e Federais

Proc. nº 1207/07
Fls. 289
Rúbrica [assinatura]

Também foram realizadas consultas à prefeitura municipal, secretarias de saúde e de educação e outros órgãos e instituições com os quais o grupo indígena mantém contacto para diversos fins. Além disso, foi feita pesquisa documental em órgãos públicos como cartórios, nos livros de óbitos e nascimentos e também em batistérios.

b) Trabalho de campo

Num primeiro momento, foi realizada uma reunião de apresentação da equipe técnica às lideranças e comunidade Tupinambá em geral, relatando os objetivos e finalidade dos estudos, das atividades previstas, do período de permanência da equipe na TI, da metodologia e do Plano de Trabalho, além de combinações sobre a continuidade dos trabalhos: roteiro a ser seguido em campo, pessoas importantes a serem consideradas, acompanhamento por parte dos indígenas na realização dos estudos. Na segunda etapa de campo foi importante o reconhecimento das Terras Indígenas em parceria com os Tupinambás, buscando uma melhor compreensão dos motivos e justificativas para inclusão de dados dos espaços territoriais. A proposta consistiu em considerar não somente o espaço enquanto matéria física (terra), mas também, e principalmente, enquanto espaço sócio-cosmológico e simbólico mostrando as concepções indígenas acerca das relações existentes no âmbito espiritual, ou seja, lugares tidos como sagrados e designados para os rituais segundo seus usos, costumes e tradições. Além da relação do grupo com o uso dos recursos naturais, espaços esses imprescindíveis para a preservação ambiental e necessários ao seu bem estar. A partir das primeiras narrativas dos índios Tupinambá em campo, foram traçados itinerários de entrevistas a serem registradas, de maneira a contemplar a história e a fala dos moradores de tempos recuados (indígenas e não indígenas). Justificou-se pertinente a realização de entrevistas com moradores indígenas e não indígenas que atualmente estejam em outras localidades devido a elaboração de um histórico de ocupação das áreas, atrelando narrativas e experiências que confirmam sentido a proposta de identificação como terra tradicional, bem como a ocupação permanente e continuada desse povo na área reivindicada. Foram realizadas reuniões com as lideranças e com a população indígena em geral ao longo do trabalho de campo propriamente

dito. Todas as reuniões e entrevistas formais foram gravadas em áudio e, quando autorizadas pelos índios, também em vídeo, e, posteriormente, registradas em atas/memórias das reuniões. Também foi realizada uma reunião que ocorreu no final dos trabalhos de campo, ocasião em que os pesquisadores fizeram um resumo das informações coletadas.

Biomapa

Proc. n° 1207/07
Fls. 290
Rúbrica *[assinatura]*

Concluído esse primeiro momento de integração e conhecimento da equipe e lideranças indígenas, foi proposta uma Oficina e utilizou-se o que se denomina atualmente como "metodologia participativa", como a construção de um Biomapa ou mapa temático. O biomapa é uma ferramenta de diagnóstico, planejamento e gestão participativa, utilizada na construção de uma representação simbólica da relação e usos dos espaços e territorialidades de uma dada comunidade ou etnia. A metodologia do Biomapa foi utilizada com intuito de construir, de forma participativa, num primeiro momento, a representação territorial dos Tupinambás, com a finalidade de caracterizar a ocupação dos Tupinambás na região de estudo. Durante a construção do Biomapa foi importante a troca de saberes entre os mais velhos do grupo, da comunidade, além da atualização do saber que será transmitido dos mais velhos para os mais novos, valorizando a memória coletiva dos lugares, a importância de cada objeto para os membros da comunidade. Assim, podemos dizer que um biomapa é uma metodologia participativa com a finalidade de valorizar a memória, os saberes, o conhecimento construído de geração a geração.

Para observar o cotidiano dos tupinambá atentando principalmente para como se dá o dia a dia de um povo que luta e resiste ao tempo e a expropriação de suas terras, foi realizada uma pesquisa intensa sobre o modo de vida da comunidade e sua relação com o território onde vivem a partir de algumas técnicas antropológicas como:

Pesquisa genealógica. Através da aplicação do método genealógico é possível averiguar a constituição dos grupos de parentesco, definindo as relações de ancestralidade, consanguinidade, afinidade e aliança. Este método permite aferir o grau de proximidade dos indígenas em termos da constituição de um grupo humano com vínculos biológicos, históricos e sociais.

Memória genealógica e história da vida. Por meio de entrevistas individuais e/ou coletivas, registradas em gravador digital e em diários de campo, foram apurados e analisados a história de vida das principais lideranças indígenas e a memória genealógica do grupo. Dados como

local de nascimento, filiação, formação, grupos de referência, tipos de vínculos do grupo, grau de compreensão e inserção junto às instituições da sociedade nacional etc., trouxeram importantes subsídios para a compreensão da situação atual do grupo e suas lideranças. No estudo etnográfico de grupos indígenas, um método dessa natureza é imprescindível visto que se trata de grupos humanos de tradição oral e não de tradição escrita.

Entrevistas semi-estruturadas. Durante o trabalho de campo foram realizadas uma série de entrevistas semi-estruturadas com todos os chefes de família da comunidade para auxiliar a coleta de dados sobre a história de vida de indivíduos, famílias e grupos sociais; para perceber e o vínculo que os Tupinambá possuem com a área em estudo. Reiteramos que as entrevistas foram registradas em gravadores digitais, apenas quando autorizadas pelos interlocutores.

Registros audiovisuais. Os registros audiovisuais foram bastante utilizados, como a fotografia e também o vídeo com intuito também de auxiliar na caracterização visual e imagética para identificação do território Tupinambá.

No caso da **antropologia**, ciência social que estuda a humanidade a partir, sobretudo, de sua dimensão sócio-cultural, os trabalhos de campo serão realizados por meio do método etnográfico, isto é, da observação direta *in loco* da vida social do grupo que vive e interage na área em estudo. Na opinião de Roberto Cardoso de Oliveira, autor do livro **O trabalho do antropólogo**, a pesquisa etnográfica consiste em três procedimentos básicos: “olhar”, “ouvir” e “escrever”. O *olhar* e o *ouvir* constituem parte da primeira etapa dos trabalhos, aquela que é feita em campo, qual seja, a observação e o registro etnográficos, ao passo que o *escrever* faz parte da segunda, a interpretação etnológica, ou seja, a análise apurada dos dados obtidos durante o estudo. Neste sentido, é preciso discernir que o trabalho seja uma oportunidade *sui generis* para a pesquisa etnográfica. Em ocasiões desse tipo geralmente há a mobilização de toda uma comunidade para facilitar o acesso a todas as informações que possam contribuir para o bom andamento do estudo. Durante esse período é possível analisar o modo de vida, a maneira de pensar e agir, a forma de organização social, as relações de parentesco, a história de vida dos indivíduos, das famílias e do grupo estudado. A observação direta constitui-se, portanto, em um procedimento de suma importância para a obtenção de informações para a produção do presente estudo. No entanto, a pesquisa de campo em antropologia, feita por meio da observação direta *in loco* de uma comunidade, não é algo tão simples como pode parecer à primeira vista, sobretudo em se tratando da realização de um *Estudo* num ambiente

marcado por tensões e conflitos pela terra. Ela requer, por exemplo, prévio conhecimento da bibliografia antropológica e histórica, da etnografia do grupo e pleno domínio dos procedimentos científicos a serem aplicados. Ou seja, é preciso estar em convívio com um grupo étnico durante dias ou semanas, com o propósito de definir a constituição de uma comunidade indígena e os vínculos tradicionais que ela mantém com determinado território. Por isso a observação direta é um procedimento científico consolidado na prática antropológica e reconhecido no campo das ciências sociais e das humanidades em geral.

Emergência étnica ou os “índios do nordeste”

A representação do índio “primitivo” pautada no imaginário nacional deixa sob forte suspeição as demandas identitárias dos povos indígenas do Nordeste. Nas narrativas que constituem a formação do Brasil enquanto nação, os índios aparecem como personagens fundamentais, já que são coadjuvantes do encontro que marcou toda a construção do mito de origem da nacionalidade brasileira. Os mitos de origem são, em períodos diferentes, reafirmados, rearticulados ou transgredidos, na medida em que o estado de forças, que produz as significações sociais ou culturais, emerge sempre com um sentido histórico singular. Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira:

“O trauma provocado no europeu pelo encontro de uma forma tão radicalmente distinta da humanidade se consolidou na construção de uma categoria estética ‘o índio’, evidente e auto-explicativa, inteiramente infensa à história: expressão completa da simplicidade, do passado e da primitividade. É essa categoria, saturada de culpas e seduições, que o senso comum repete e consagra incessantemente” (OLIVEIRA, 1996, p. 06)

As representações relativas às populações indígenas ao longo da História podem ser analisadas a partir de duas vertentes: as de caráter positivo, que idealizam o encontro com os habitantes de um paraíso primordial, de corpos e fisionomias perfeitas, e as de caráter negativo, surgidas a partir da intensificação da conquista e tentativas de colonização. No entanto, as discussões acerca dos ideais do “bom” e “mau” selvagem não consideravam, portanto, o ser “real” ou empírico, sendo que todas as imagens formavam uma só figura mítica. A aceleração da imposição de novos padrões culturais aos nativos habitantes da nova terra tinha como finalidade o controle do território, das riquezas ali existentes e da força de trabalho dos nativos. No entanto, essa dominação não aconteceu só através da conquista

militar, mas também através de um conjunto variado de relações econômicas, sociais e políticas. Alguns fatores foram de extrema relevância para a conquista do território pelos portugueses e para a extinção significativa de inúmeras etnias indígenas. O primeiro deles, no plano dos confrontos diretos, foi a superioridade do armamento bélico, aliada ao terror que as armas de fogo provocavam nos nativos pelo seu desconhecimento; além disso, os combates assumiam formas que não as tradicionalmente praticadas pelos indígenas, como por exemplo, a orientação dada aos vencidos, já que os índios costumavam destiná-los aos rituais antropofágicos. No plano da exploração da terra e da força de trabalho, dá-se a ruptura do modo de produção dominante entre as sociedades indígenas (baseado em relações de reciprocidade), com a introdução da lógica do acúmulo e do valor monetário dado aos alimentos. Com relação às questões da terra, dá-se os deslocamentos impostos pela política de aldeamento compulsório. Sem falar no plano da imposição religiosa causando toda uma desestruturação no sistema de crenças indígenas. Além disso, todo o contato entre esses dois povos causou às populações indígenas grandes epidemias responsáveis por parte da dizimação dos índios naquela época.

No entanto, atualmente ao contrário do que julga a maioria da opinião pública, os povos indígenas no Brasil não estão localizados apenas na Amazônia e no Brasil Central. Habitam também as mais antigas áreas de colonização do país, como o Nordeste. Na década de 50, a relação de povos indígenas do Nordeste incluía cerca de dez etnias, quarenta anos depois em 1994, esta lista já era de 23, demonstrando a resistência desses povos que mesmo sujeitos à uma série de perseguições e uma história de violência e preconceitos, voltam a assumir e protagonizar a afirmação de uma identidade indígena.

A partir da década de 1930, começou a reaparecer grupos que reivindicavam sua existência e proteção estatal. Estes grupos, assim, passam a combater a posição de que haviam desaparecido e a afirmar sua identidade indígena perante o Estado e a sociedade. Segundo OLIVEIRA, "é a partir de fatos de natureza política – demanda quanto à terra e assistência formuladas ao órgão indigenista – que os atuais povos indígenas do Nordeste são colocados como objetos de atenção" (2004, p. 18). Invisíveis até então, diante do cerceamento dos recursos indispensáveis à sobrevivência e de um grande avanço do latifúndio, estes índios mobilizam-se para exigirem seus direitos e a reafirmar sua identidade. No entanto, sabe-se que a partir da segunda metade do século, os índios dos aldeamentos passaram a ser referidos como "misturados" com uma série de atributos negativos que os desqualificavam em oposição aos índios "puros" do passado. No Nordeste, esses índios eram os sertanejos pobres e sem acesso a terra. Segundo OLIVEIRA: "Se na Amazônia, a mais greve ameaça é a invasão dos

territórios indígenas e a degradação dos seus recursos ambientais, no caso do Nordeste, o desafio à ação indigenista é restabelecer os territórios indígenas, promovendo a retirada dos não índios das áreas indígenas, desnaturalizando a 'mistura', como a única via de sobrevivência e cidadania. (2004, p. 20)". Esse processo denominado de "etnogênese" abrange tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já conhecidas. Nesse sentido, o autor vai propor a noção de *territorialização*, definida como um processo de reorganização social que vai implicar na criação de uma nova identidade sócio-cultural através de uma etnicidade diferenciada, além da constituição de mecanismos políticos diferenciados, da redefinição dos controles social sobre os recursos ambientais e por fim da reelaboração da cultura e da sua relação com o passado. Isso leva a propor o deslocamento do foco de atenção dado às culturas (enquanto isoladas) para os processos identitários que devem ser estudados em contextos percebidos também como atos políticos, da relação de forças desses diferentes agentes sociais perante o Estado.

Desde a Constituição de 1988, as formas de organização e de luta escapam o sentido estrito de uma unidade sindical, incorporando fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e autodefinição coletiva. A expressão "comunidades", junto com a idéia de "povos tradicionais", reproduz uma discussão que ocorreu no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1988-89. Segundo ALMEIDA, "O 'tradicional' como operativo foi aparentemente deslocado do discurso oficial, afastando-se do passado e tornando-se cada vez mais próximo de demandas do presente" (2006, p. 23). Nesse sentido, o controle do território não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico, mas através de normas específicas que combinam uso comum de recursos e apropriação privada de bens que são acatadas de maneira consensual nas relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares que compõem uma unidade social. Essas práticas geralmente revelam um conhecimento profundo dos ecossistemas de referência. A territorialidade funciona como um fator de identificação e defesa, ou seja, como uma "territorialidade específica" resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e delimitando terras de pertencimento coletivo que convergem para um território. Nesse sentido, segundo ALMEIDA: "a noção de tradicional não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente num mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-administrativo sobressai combinado com uma 'política de identidades', da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimentos para fazer frente aos seus antagonistas e aparatos de estado." (Almeida, 2006, p.26). É esse fator identitário que tem

levado os índios do Nordeste e outros povos tradicionais a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declarem seu pertencimento a um povo ou grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem demandas face ao Estado, exigindo seu reconhecimento e suas formas de acesso à terra, ou seja, a dar início a chamada “viagem da volta”. Ao contemplar tanto na Constituição de 1988 e na Convenção 169 (OIT) as “terras tradicionalmente ocupadas”, tanto aquelas de ocupação antiga, como as de ocupação recente, os grupos passam a ser libertados da imemorialidade, da preocupação da origem e do passado. A idéia do tradicional está condicionada às demandas do presente e é diferente da noção dos costumes e da repetição. É a possibilidade de um dado grupo social se auto definir no presente.

Segundo SALLINS, “quando os europeus inventam suas tradições –como os turcos nos portões- trata-se de um autêntico renascimento cultural, dos primórdios de um futuro progressista. Quando outros povos o fazem, trata-se de um sinal de decadência cultural, de uma recuperação artificial que só pode produzir simulacros de um passado morto.” (SALLINS, 2004, p. 512). Já se foi o tempo da etnografia de culturas fossilizadas, na busca de vestígios de uma existência primitiva, pode-se descobrir continuidades nas mudanças e até as tradições na modernidade. (SALLINS, 2004, p. 515)

Podemos dizer que a história dos “índios” que foram incorporados ao processo colonial e muitas vezes associados a “misturados” precisa ser revista, levando em conta que pouco se sabe sobre a realidade sócio-cultural em que as populações se encontravam, já que foram englobadas nessas categorias genéricas, historicamente elaboradas (Oliveira 1999: 124-151). De fato, a história e a vida cotidiana das populações rurais do Nordeste, e em específico, o caso Tupinambá, com relação às reivindicações identitárias ou da busca de um reconhecimento social, apareceram como relativamente novas. Na verdade, a visibilidade maior dos movimentos reivindicatórios dos indígenas no Brasil se deu a partir da década de 80. Como consequência, as constantes solicitações e demandas de grupos indígenas têm tornado a temática da reconstituição histórica das relações interétnicas e dos mecanismos de expropriação um assunto relevante em termos sociais.

Por um lado, na região sul da Bahia a auto-identificação como “índio” e/ou “caboclo” resulta de um processo de sobrevivência face à conotação pejorativa que a identificação como “índio” passou a ter, principalmente no século XX e atualmente ela corresponde a uma atitude frontal e consolidada face ao processo de espoliação dos direitos sofrido por essas populações. Para o Projeto modernista, a classificação de “índio” é vista como sinônimo de mito do bom selvagem e de atraso civilizacional. Ao mesmo tempo, a percepção de índios que não apresentam certos

Proc. nº 1207/07
Fls. 296
Rúbrica Denise

Proc. nº 1207/07
Fls. 307
Rúbrica Denise

símbolos exteriores de "etnicidade verdadeira" (então designados de "caboclos" ou mesmo de "falsos caboclos") é objeto de uma dupla forma de discriminação, porque a "aculturação" passa a ser tida como sinônimo de desvirtuamento cultural.

É nesse sentido que o uso da identidade indígena, tal como a questão do etnônimo, pela comunidade, não pode ser analisada de maneira simplista. Já que toda identidade é situacional e processual, ou seja, seu uso depende de cenários históricos e varia de acordo com os diferentes segmentos da população. Pretender que sua utilização dentro de uma coletividade seja constante e homogênea corresponderia a uma verdadeira "ingenuidade sociológica" (Gluckman & Devons, 1964).

Proc. nº 1207/07
Fls. 306
Rúbrica Denise

EM BRANCO

PARTE I- DADOS GERAIS

Proc. nº 1207/07
Fls. 292
Rúbrica Suile

Proc. nº 1207/07
Fls. 308
Rúbrica Suile

Breve histórico da ocupação tupinambá

Proc. nº 1207/07
Fls. 292
Rúbrica Suile



FIGURA 1: Mulheres Tupinambá e a preparação para o canibalismo. Imagem Theodor de Bry, 1592.

Segundo as duas interpretações históricas dominantes, uma baseada na linguística e a outra nas pesquisas arqueológicas, os índios Tupi que habitavam a região sul da Bahia quando as primeiras frotas de estrangeiros (europeus) chegaram a esta terra em 1500 estariam a residir nessa área de forma consolidada há algumas décadas segundo a primeira interpretação (nomeadamente de Métraux) e segundo a pesquisa arqueológica desde 700-900 d.C. e 1000-1200 d.C. (Cf. Fausto 1998: 382).

Os Tupinambás, como são largamente apresentados, através do relato de Cronistas e viajantes, ocupavam praticamente todo o litoral brasileiro e alguns pontos do interior, abrangendo áreas que iam desde as zonas costeiras do Rio São Francisco até a região da atual cidade de Ilhéus. Estudos arqueológicos sugerem que os diversos grupos de origem tupi da família Tupinambá teriam origem na região do médio Amazonas, de onde se deslocaram até a foz do mesmo rio, iniciando a ocupação do litoral, dali desalojando outros vários grupos já existentes, provavelmente do tronco Macro-Jê. (Maestri, 1995 apud De Paula 2001: 05).

O termo tupinambá provavelmente significa "o mais antigo" ou "o primeiro" e se refere a uma grande nação de índios, da qual faziam parte, dentre outros, os tamoios, os tupiniquins, os potiguaras, os tabajaras, os caetés, os amoipiras, os tupinás (tupinaê), os aricobés etc.

Os tupinambás, como nação, dominavam quase todo o litoral brasileiro e possuíam uma língua comum, que teve sua gramática organizada pelos jesuítas e que passou a ser conhecida como o tupi antigo, constituindo-se na língua raiz da língua geral paulista e do nheengatu. Entretanto, normalmente, quando se fala em tupinambás, faz-se referência às tribos que fizeram parte da Confederação dos Tamoios, cujo objetivo era lutar contra os portugueses. Autores como o alemão Hans Staden e os franceses Jean de Léry (Viagem à Terra do Brasil) e André Thevet (As Singularidades da França Antártica), todos do século XVI, além das cartas jesuíticas da época, nos dão notícias muito precisas acerca de quem eram e de como viviam os índios Tupinambás.

Célebres por seus feitos belicosos, os Tupinambás faziam fronteira com alguns povos inimigos: ao norte, pelo lado do São Francisco, com os Caetés e Potiguar; ao sul, pelo lado do Camamu, com os Tupiniquim e, posteriormente, os Aimorés, que subiam o litoral em direção ao norte, procedentes do rio Caravelas (Fernandes 1963: 35 apud Carvalho 2000).

As primeiras relações estabelecidas entre os grupos Tupi do litoral e os portugueses foram as de escambo, quando a política para a nova colônia ainda era a de estabelecimento de feitorias litorâneas para o corte de pau-brasil. Essas relações sofreram uma grande transformação com a introdução de um sistema das capitanias hereditárias, pressupondo-se a aceitação por parte dos indígenas da conquista e ocupação das terras da aldeia e de sua transformação em trabalhadores nas propriedades dos conquistadores. Isto resultou em mudanças significativas no tecido social dessas populações. As revoltas indígenas tornaram-se muito mais constantes e por conta disso, como ponto de apoio da Coroa, em 1549, os aldeamentos jesuíticos passaram a serem implantados.

A ação dos jesuítas estava voltada para o que a partir de então foi designado como a "pacificação dos indígenas", um processo brutal de descaracterização sócio-econômica e cultural, com deliberação de eliminar os traços culturais inaceitáveis para a doutrina católica, como a antropofagia, a poligamia, as casas coletivas, a nudez, o paganismo e o nomadismo, através de medidas coercitivas como castigos, prisões, rezas e mortificações.

Um dos mais conhecidos missionários da Companhia Jesuítica, o Padre Anchieta, escrevia quase sempre através do idioma Tupi. O projeto de transpor para o idioma do nativo a doutrina católica exigia o esforço de penetrar no imaginário do Outro. Com o objetivo de converter e salvar o nativo, os jesuítas acreditavam que poderiam fornecer-lhe a memória do

Bem que eles tinham esquecido. Segundo Felipe Moreau, a atribuição de uma alma aos índios, como ocorreu nas práticas missionárias, entre as quais as mais conhecidas são as de Nóbrega e Anchieta, pressupõe logicamente que o nativo é um “próximo”, como no mandamento bíblico de “Amar o próximo como a si mesmo”. Mas um próximo metafísica e politicamente distanciado da lei eterna de Deus, pois a alma, de início, posta em dúvida, ao ser admitida foi percebida como bronca, corrompida pela bestialidade de seus pecados.²

Anchieta construiu uma poesia e um teatro de símbolos e signos maniqueístas, frutos da articulação ou da tradução de elementos cristãos e elementos nativos, tais como Tupã-Deus e Anhangá - Demônio, mas o método mais eficaz foi generalizar o medo, já tão vivo no índio, aos espíritos malignos, estendendo-os a todas as entidades que se manifestavam no transe sempre presente nos seus rituais tradicionais. As cerimônias indígenas de relação com os mortos foram vistas como sintomas de barbárie e de demonização. Sob o olhar do colonizador, os gestos e ritmos tupis são resultados de poderes violentos de espíritos maus.

A pedagogia da conversão era dotada de um didatismo alegórico rígido e autoritário, já que na doutrina católica a união eucarística rejeitava profundamente o ritual antropofágico, o laço matrimonial único renegava a poligamia e o monoteísmo duramente conquistado desaprovava o velho culto dos espíritos dispersos pelos ares, pelas águas e matas em geral.³

Por conta disso, a intenção em promover a conversão dos índios e fazer também com que os colonos preservassem os valores cristãos permeava a reflexão dos jesuítas que colaboravam na construção de imagens generalizantes acerca das etnias, em especial, no que se refere à classificação dos grupos indígenas em duas grandes categorias – a dos mansos e aliados e a dos bravios e inimigos, cada uma delas devendo receber tratamento diferenciado. Os primeiros foram identificados como os Tupi (litoral) e deveriam ser tratados de uma forma mais amigável, como aliados; já os segundos foram identificados como Tapuias (planalto), podendo ser escravizados e até mesmo exterminados através de guerras, definidas como justas.

A partir do período pombalino, no século XVIII, e da implementação do Diretório, instrumento de intervenção e submissão das comunidades indígenas aos interesses do sistema colonial através de medidas legislativas, os índios passam a ser integrados parcialmente no domínio das instituições administrativas do reino, sendo abolida a intervenção dos missionários da

² MOREAU, Filipe Eduardo. Os Índios nas Cartas de Nóbrega e Anchieta. São Paulo: Annablume, 2003.

administração temporal e judicial dessas populações. Podemos considerar então o índio como uma peça que o governo pombalino tinha sob o seu controle, uma vez que o indígena passou a ser um súdito do soberano a quem devia fidelidade. Legalmente o índio surgia então no império português como uma entidade privilegiada, ao invés dos negros, já que os casamentos mistos eram incentivados. Dessa forma, os índios eram controlados por uma legislação protecionista que tinha como proposta a sua integração na sociedade e economia coloniais. Os funcionários que passaram a administrar as vilas e aldeias eram detentores de uma autoridade tutelar e responsáveis pela aculturação indígena, pois deviam impor aos índios princípios europeus que entravam em total contradição com a natureza e cultura ameríndias. Entre 1808, na Decretação da Guerra Justa, e 1897, quando os últimos aldeamentos indígenas foram extintos, várias práticas e políticas indigenistas foram efetivadas as quais variaram entre medidas repressivas e excludentes e a criação de mecanismos menos violentos, em termos físicos, para incorporação do índio ao Estado-nação. Essas oscilações foram produzidas pelas variedades de estratégias e interesses da sociedade dominante ao longo dos anos de colonização.

Uma questão que esteve presente para a metrópole e depois tornou-se central para o Estado brasileiro diz respeito ao lugar do índio na nova nação. Essa questão, como não poderia deixar de ser, aparece com maior frequência a partir de 1822, pois a idéia de Estado-nação que estava sendo construída pressupunha, além da unidade territorial, a construção no imaginário do significado de "povo" ou de uma "comunidade imaginada" e, dessa maneira, toda a diversidade cultural deveria ser recalcada em nome da criação de uma unidade compacta e homogênea. A implantação do Estado nacional brasileiro debatia-se com impasses quase incontornáveis: ao admitir que os índios eram primitivos, estavam reconhecendo o direito desses povos ao território; ao pressupor o compartilhamento cultural entre os membros da nação, deveria atuar no sentido de eliminar as diversidades étnicas, o que implicava na negação da imagem simbólica do índio como um componente essencial na construção da nacionalidade. Além disso, a mão-de-obra indígena ainda era vital, devendo ser criados mecanismos que preservassem também a sua existência física.

Nesse processo, era necessário estabelecer medidas que preservassem os direitos da classe dominante, o que significava impor normas de controle aos excluídos; as diferenças foram naturalizadas, projetando uma sociedade harmonizada pela hierarquização a partir de um sistema de cooperação entre as partes diferenciadas. Embora todos os membros da nova nação devessem ser considerados brasileiros, nem todos eram tidos como cidadãos, com

igualdade de direitos e deveres, já que uns eram ativos e outros passivos; tal diferenciação era um artifício necessário, não só por causa da grande heterogeneidade da população que habitava o território, como por conta das relações de exploração e dominação que deveriam ser preservadas. Com relação aos índios era fundamental que estes deixassem de ser silvícolas e “abraçassem a civilização” para que um dia pudessem se tornar cidadãos, já que estes não estariam incluídos na “família brasileira” por não compartilharem costumes tidos como “civilizados”.

Entre as duas visões possíveis com relação à questão indígena -o genocídio e o etnocídio- o Governo Imperial optou pela segunda via, já que o reconhecimento da cidadania indígena exigia o “branqueamento” cultural e racial dessas populações. Ao serem compelidas a, de alguma forma, integrarem o Estado-nação emergente, as sociedades indígenas, passaram a conviver com novas contradições a serem solucionadas. Como a categoria “índio”, construída pela ação colonial, foi reapropriada pela sociedade nacional com um caráter fortemente homogeneizante, que ignora as especificidades que cada etnia possui, os índios tiveram que “optar” por se auto-reconhecerem através dessa categoria. O avançar desse processo fará com que os índios passem a conviver com as profundas transformações impostas pela sociedade dominante e a serem classificados como “misturados com os civilizados”, como foram definidos no século XIX, termo substituído hoje por “integrados”.

As opiniões acerca das sociedades indígenas variavam no século XIX em torno de uma perspectiva positiva e evolucionista, de um discurso religioso e católico e de uma visão romântica em que o índio era representado como símbolo da identidade nacional. Os projetos de transformação do índio em trabalhadores e colonos nacionais tinha como fundamento a crença na capacidade da catequese em adequar os índios as novas exigências da sociedade nacional.

A idéia contrária era aquela em que os índios eram vistos como inimigos irreconciliáveis e não “domesticáveis” e só poderiam ser admitidos no interior da nação por um duro sistema de escravidão e pelo uso da força, além de não se admitir que os estes poderiam tornar-se trabalhadores eficientes. Acreditava-se que e a vinda de imigrantes para o Brasil e o processo da miscigenação eram os fatores decisivos que proporcionariam a aceleração do processo civilizatório brasileiro.

No entanto, o Estado-nação ao atuar no sentido de eliminar as diversidades étnicas e culturais, implicava a negação da imagem simbolicamente atribuída aos índios que ressaltava o sentimento de liberdade e autonomia com sua grande contribuição para a formação do caráter nacional. No entanto também, para alguns segmentos nacionais, a mão-de-obra

indígena era vital, devendo ser criados mecanismos que preservassem sua existência física. Para superar essa contradição, tanto o Estado português como o brasileiro criaram sucessivamente alguns mecanismos, seja através de uma legislação flexível que atendesse os múltiplos interesses das elites, seja através de uma atitude omissa com relação às práticas desrespeitosas aos direitos legais dos povos indígenas. Essa flexibilidade nunca respeitou o direito à propriedade das terras ocupadas pelos índios, a sua autonomia política e a preservação de particularidades sócio-culturais.

Ao aceitarem sua inserção no Estado Nação, os índios passam a não mais se posicionarem como entidades individuais, mas cada vez mais, conformarem sua identidade e organização social à categoria de "índio", de acordo com as imagens e expectativas definidas pelo Estado-nação, para que também pudessem ser reconhecidos como agentes políticos no palco das lutas sociais.

Por volta de 1560, começavam a ser erguidos os aldeamentos, visando a catequese do "gentio" Tupinambá-Tupiniquim. Posicionados estrategicamente em locais onde o contingente indígena nele residente pudesse agir de forma eficiente no combate aos grupos não aldeados, os aldeamentos estabelecidos sob o comando das ordens religiosas tenderam a ganhar força durante os anos que sucederam a chegada dos portugueses no Brasil. (NAVARRO, p.36).

Em 1700 é fundado o aldeamento de Nossa Senhora da Escada de Olivença, atual distrito de Ilhéus, por missionários da Companhia de Jesus. Este aldeamento, assim como os demais erguidos no Brasil Colônia, tinha por objetivo "amansar o gentio bravo" e trazê-lo para o "Grêmio da Civilização", reunindo povos de várias etnias, como: Tupinikin, kamakã-Mogoió, Tupinambá, Botocudos e Gren e condicionando-os à adoção de hábitos culturais bastante distintos dos seus. Ao lado do artesanato, os indígenas aldeados trabalhavam também na pesca, no corte de madeiras utilizadas para as construções que estavam sendo erguidas nas capitanias da Bahia e de Ilhéus, e no seu transporte.

No período que se estendeu de 1595 a 1755, todos os aldeamentos da colônia estiveram sob a administração provisória dos missionários. Desde então, os religiosos passariam a exercer funções de cunho unicamente religioso. Nesse último ano, durante a administração do Marquês de Pombal, Olivença foi elevada à categoria de vila; na prática, porém, por conta das condições de marginalização vividas pela região, ela continuou a ser tratada como aldeamento indígena até o século XIX. No ano de 1851, a Câmara de Ilhéus, encarregada da administração da Vila de Olivença – da inspeção de suas terras e do uso do trabalho indígena -- tinha o claro objetivo de transformá-la em um centro de produção agrícola ou de mão de obra a ser usada pelos colonos (Paraíso, 1989: 87) Em 1759 o Marquês de Pombal ordenou a expulsão dos

Proc. nº 1204/02
Fls. 213
Rúbrica [Signature]

Rúbrica _____



27

formas de invasão que vinham sofrendo. Apesar das dificuldades de documentos históricos, pode-se identificar os grupos Tupinikin com os que ocupavam o litoral entre os rios de Contas e Doce em 1500, sendo esse o único grupo não Macro- Jê a ocupar a região. Esses vários grupos, identificados inicialmente como Tapuia, ocupavam a área do planalto, realizando algumas incursões ao litoral em busca de peixes e frutos típicos entrando em conflito com os Tupi e os colonos instalados no litoral. No entanto, pode-se considerar que essas localizações refletem um determinado momento histórico- o dos contatos e registros-, pois muitos deslocamentos procederam à conquista e se intensificaram a partir de então. (PARAÍSO, M. H: 1994.). A região que hoje é compreendida pelo sul da Bahia, leste e nordeste de Minas Gerais e Espírito Santo, banhadas pelas bacias dos rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri, Contas e Pardo, foram ocupadas por grupos pertencentes às famílias dos Aimorés (ou Botocudos), Maxacali, Meniã e Kamacã. Na região do Rio grande de Belmonte, como era conhecido na Bahia, o Jequitinhonha, viviam Tupinikin, aldeados pelos jesuítas, considerados como civilizados por viverem na atividade agrícola e na vila de Belmonte. Alguns aldeamentos haviam sido criados para os Kamakã-Mongoió, conhecidos na região como Menian, para que se constituíssem em barreiras dificultadoras ao deslocamento dos índios considerados bravios. Uma das aldeias era do Pontal do Norte do Jequitinhonha, onde as relações entre os aldeados Menian e os colonos não eram pacíficas. Havia acusações de que os aldeados assaltavam as roças dos moradores da região e os Pataxó e Anaxó atacavam os mineradores no Jequitinhonha e os madeireiros em Peso do Pau, no vale do mesmo rio.

Os kamakã ainda apresentavam resistência à adoção dos padrões comportamentais europeus, como se pode inferir da afirmativa de que se recusavam a viver nas casas a eles destinadas na vila de Belmonte. Preferiam viver nos seus ranchos nas matas, exercendo a caça e a coleta e, esporadicamente, cortando madeiras por contrato. As tentativas de força-los a viver na vila resultaram em fuga para o rio Patipe ou Pardo, seu território tradicional.

A indicação mais provável é que os índios dessa região de Belmonte fossem dos vários grupos ou subgrupos aliados, componentes de uma confederação de tribos que ficou conhecida por Maxakali. Em face da generalidade com que muitas vezes os documentos se referem aos povos nativos, identificado-os apenas como "índios", "bárbaros", "gentios", "tapuias", "tupis", a discriminação das diversidades e especificidades tornam-se realmente difíceis de serem feitas. (PARAÍSO: 1994, p 173).

No ano de 1786, a descrição da viagem do Ouvidor de Porto Seguro, pelo curso do Rio Jequitinhonha a partir de Belmonte é a mais importante. Descreve-a como uma vila pequena e pobre. Embarcara com sessenta e cinco homens, sendo os práticos de navegação índios

Menian (Kamakã-Mongoió), que viviam na localidade, principalmente em Ipebura do Norte, onde possuíam pequenas roças de mandioca e cana. Além desse grupo, havia os índios de língua geral, que abasteciam a vila com os produtos de suas roças localizadas no rio Ubu, afluente do Jequitinhonha. Esses dados confirmam as informações prestadas por BARBOSA (1803, p. 179-80), acima referidas.

É relevante ressaltar que esses grupos indígenas foram designados, em momentos distintos, como Botocudos e Maxakali. A explicação para a primeira denominação é o caso típico da aplicação do nome genérico de Botocudos a todos os índios não aldeados e que impunham resistência à conquista de seus territórios. No segundo caso, como já foi indicado, o nome Maxakali, que significa "reunião de tribos", segundo SOUZA, afirmativa confirmada por NIMUENDAJÚ, que atestou, em 1937:

"...desconheço a origem da palavra Maxakali. Ela não pertence ao Tupi, nem à língua própria da tribo. Poucos entre os índios a conhecem. Hoje é como designação neobrasileira (...) para toda aquela parte da tribo que habitava o Jequitinhonha."

Esses dados indicam ser mais provável que os índios dessa região fossem dos vários grupos ou subgrupos aliados, componentes de uma confederação de tribos que ficou conhecida por Maxakali (PARAISO, 1994, p. 185).

Em 1797, nas comarcas do sul da Bahia, a preocupação com a exploração de madeiras de construção era constante. Como consequência, a Carta Régia regulamentava seu corte por considerá-las de grande importância para a Real Marinha e a Marinha Mercantil. A intervenção da Coroa procurava coibir a desordem e as atitudes dos colonos que seus administradores definiam como ambiciosas, porque, sob a justificativa de abrirem novas roças, vinham destruindo a ferro e fogo as matas da região e colocando em risco o fornecimento futuro da madeira, elemento essencial para a construção de navios, de habitações, de caixas para exportação e alimento para as fornalhas dos engenhos.

Entre os anos de 1817- 1820, a região de Belmonte é descrita pelos viajantes estrangeiros como uma vila medíocre e decadente. **Do antigo aldeamento dos índios Kamakã-Mongoió, conhecidos no local como Menian, restavam seiscentos habitantes, distribuídos por cinquenta ou sessenta casas de barro, cobertas de palha, inclusive a Casa da Câmara, a do Ouvidor e a do Capitão-Mor.** As principais atividades econômicas eram a agricultura e o comércio de farinha de mandioca, arroz, milho, madeira, toucinho, carne salgada, pólvora, produtos trazidos pelos mineiros, que os moradores de Porto Seguro revendiam na Bahia e em Porto Seguro.

Os Kamakã-Mongoió haviam se refugiado em Belmonte e numa ilha do rio Jequitinhonha, nas proximidades da vila. Trabalhavam com grande perícia na confecção de chapéus de palha, cestos, redes de pescar e caçuás, além de serem exímios caçadores. Esse comércio com Minas era dificultado pela presença de vários grupos indígenas ao longo das estradas, aos quais WIED-NEUWIED (1989, p. 232-8), chama genericamente de Botocudos. Desenvolvia-se uma política de tentar atraí-los com a doação de presentes - facas, machados e outros instrumentos de ferro - e do aprendizado pelos intérpretes da língua que falavam.

POHL (1976, p.353), afirma que, na verdade, os vários grupos eram hostilizados nas duas margens do Jequitinhonha, devido à aliança que estabeleciam com os portugueses. Porém, apesar da aliança estabelecida e de trabalharem nas roças dos colonos, os índios não eram aceitos em suas casas, tendo que continuar a viver em suas aldeias ou acampamentos e a se deslocarem em função de conflitos e/ou determinações dos colonos.

Bem próximo ao Quartel de São João da Vigia, na serra de São Simão, na margem direita do Jequitinhonha, ficava o aldeamento de Tujukirama, que mantinha relações pacíficas e de trocas com os soldados que por ali circulavam em canoas. Sua preferência era utensílios e alimentos, principalmente, milho. POHL (1976, p. 345-6), visitou a região, e a única referência que faz é à presença de índios Botocudos, que insistiam em mostrar seus "ventres vazios" e faziam sinais indicativos de estarem com fome. O viajante trocou alimentos - farinha de mandioca e de milho - e alguns instrumentos de ferro por botoques e armas, sendo homenageado com cânticos indicativos de estarem contentes por terem comido.

Em 1838 os particulares passaram a solicitar a ação dos missionários junto aos índios, como se pode observar em reivindicação dos moradores de Belmonte, para que fosse reativado o **aldeamento da Cachoeirinha do rio Jequitinhonha**, como se constata na correspondência enviada em 1839 pelo Juiz de Direito de Porto Seguro ao Presidente da Província. Nela, o Juiz, que se dizia porta-voz dos moradores da localidade, afirmava que os mesmos estavam indignados com:

"... o miserável e revoltante estado de abandono em que se acham os Botocudos outrora aldeados às margens do dito rio e imploram a V. Ex. que se digne mandar que no local mais conveniente se crie uma missão para serem outra vez aldeados os índios dispersos sob a direção de um missionário que V. Exa. nomear, obrigando-se, então, os mesmos representantes a erigirem a sua custa um edifício próprio em que se celebrem, com toda a decência, os ofícios divinos."

O Juiz considerava apropriadas as solicitações e informava que o missionário capuchinho de Belmonte também preferia se dedicar à catequese dos índios, por considerar que essa

Proc. nº 1207/07
Fls. 302
Rúbrica [assinatura]

Proc. nº 1207/07
Fls. 217
Rúbrica [assinatura]

Proc. nº 1207/07
Fls. 308
Rúbrica [assinatura]

atividade era mais adequada às tradições de sua instituição. Restava apenas a decisão do Presidente, para que fosse atendida a solicitação dos requerentes. Essas colocações do Juiz de Paz eram referendadas pela Câmara Municipal de Belmonte, que insistia no atendimento do pedido, muito provavelmente por terem interesse em usar o trabalho indígena na região e por verem os índios aldeados como uma ameaça.

Belmonte é descrita como pobre, desinteressante, indolente e quieta, onde o único comércio realizado era o de madeiras que desciam o rio, sendo esta a maior fonte de riqueza, e o do sal que o subia para Minas Gerais, onde era trocado por toucinho e tabaco. Entre sua foz e o Salto, o viajante identificou a rarefeita presença humana – índios, negros e mestiços - e de culturas agrícolas – pequenas roças de milho, banana – e de pastos. Os únicos pontos de ocupação que se destacavam eram as propriedades de Pederneiras – Poaçu e Genebra – e, para defendê-las, Pederneiras havia criado uma tropa de combate aos índios, com quarenta homens. De sua atuação resultaram dezessete índios mortos, o afastamento dos demais da região e a abertura do vale do Jequitinhonha a futuros empreendimentos agrícolas e comerciais.

CO - ME

PARTE II- HABITAÇÃO PERMANENTE

"Nos unimos para buscarmos o nosso passado"

Os índios habitantes da Fazenda Timiquim, atualmente aldeia Patiburi, localizada no distrito de Boca do Córrego, no município de Belmonte-Bahia se auto-identificam como povo Tupinambá. Este povo indígena se faz presente atualmente na Bahia e estão distribuídos em diversas localidades nos municípios de Belmonte, Ilhéus, Itapebi, Caramuru e Pau-Brasil.



FIGURA 3: Localização do território em identificação.



FIGURA 4: Localização do território em identificação.

No entanto, segundo VIEGAS no Relatório antropológico de identificação da TI Tupinambá de Olivença:

“Toda a informação de que dispomos até o momento levantada em campo entre os Tupinambá de Olivença confirma o que tem sido levantado pela FUNAI em relação aos Tupinambá de Belmonte, quanto ao fato desse grupo não corresponder a um movimento de secessão dos Tupinambá de Olivença.”

Os Tupinambás de Belmonte remontam sua ancestralidade aos índios que habitavam no passado o Vale do Jequitinhonha. Os Kamacã, Tupinambá e Meniã, também se intitulam índios do vale do Jequitinhonha. Ao afirmarem que são descendentes dos Tupinambá de Belmonte, constroem um vínculo identitário do que ser Tupinambá de Belmonte é ter vindo do Vale do Jequitinhonha. O referido vale passa a ser uma referência secular, deixando de ser simplesmente um lugar, trata-se agora de compartilhar simbolicamente do Vale do Jequitinhonha dos antigos, ou seja, dos antepassados.

A língua Tupinambá pertence ao tronco lingüístico Tupi. No processo de colonização brasileira pelos portugueses, por ser a língua mais falada ao longo da costa atlântica, acabou

sendo incorporada por grande parte dos colonos e missionários, uma vez que estes eram minoria no início da colonização frente à vasta população indígena.

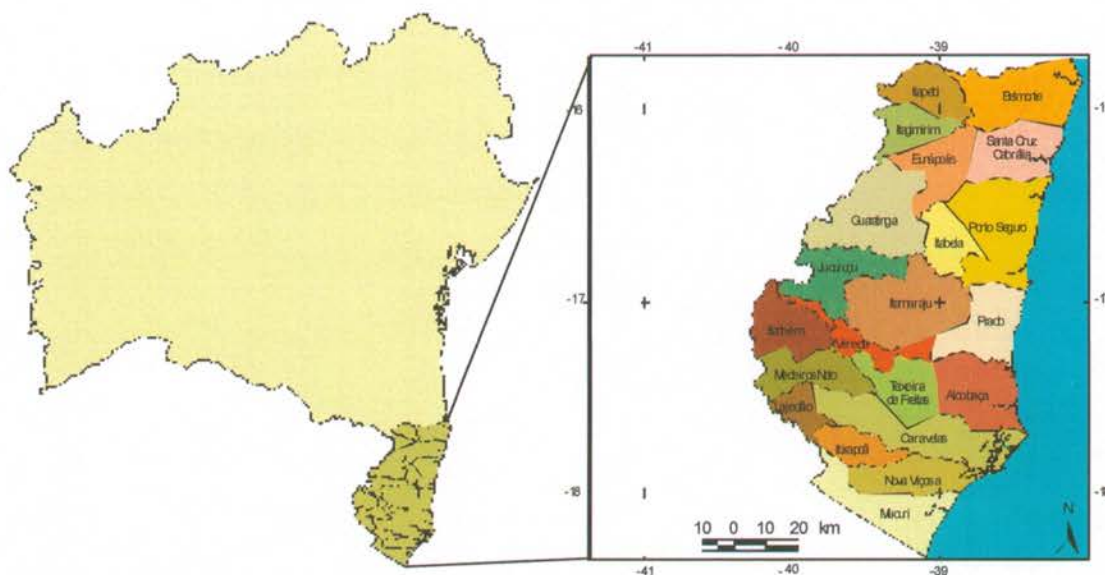
A língua foi ensinada aos índios de outros povos nas missões, como instrumento de catequização indígena e reconhecida como língua franca no sistema colonial brasileiro, sendo denominada de Brasília. A partir da segunda metade do século XVII, já bastante modificada pelo uso corrente de índios missionados e não-índios, passou a ser conhecida pelo nome Língua Geral. Com exceção dos Tupis, primeiros habitantes da costa brasileira e tradicionais ocupantes das praias, estuários e manguezais, os demais povos indígenas concentravam-se preferencialmente em pequenos bandos, no interior das matas e por isso só foram alcançados no século XIX, notadamente por frentes de penetração militares e, mais recentemente, já no século XX, pela ascensão da lavoura cacaueteira no sul da Bahia.

A área de perambulação desses povos estendia-se geograficamente a todo o estado do Espírito Santo, ao norte do Rio de Janeiro e leste de Minas Gerais (CARVALHO, 1992 *apud* BRASILEIRO, 2007). FERNANDES (1989) remonta a organização social dos Tupinambá ilustrando que a distribuição espacial dos Tupi-Guarani no Brasil abarcava os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Pará e Amazonas (figura 6). Os Tupinambá possuem excelente senso de deslocamento no espaço, que os orientam em seus movimentos migratórios. No Brasil, tais movimentos podem estar associados à crença no mito da "terra sem males". De modo geral, as migrações do povo Tupinambá também possuem relação direta com as atividades extrativas dos recursos naturais, devido ao seu esgotamento em virtude de eventuais ocupações destrutivas.



Área de Extensão dos Tupi-Guarani, no início do século XVI (A. Métraux, La Civilisation Matérielle des Tribus Tupi-Guarani, pg. 10).

Proc. n.º 1202/16
Fls. 221
Rúbrica [Signature]



A cacique do grupo indígena Tupinambá de Belmonte é a Sra Maria do Carmo Quirino Santos, 41 anos, e os seus pais nasceram e cresceram na região reivindicada, ou seja, no município de Belmonte, no distrito de Boca do Córrego, nas margens do Jequitinhonha. Segundo Maria do Carmo, mais conhecida como Cátia, seus pais são nascidos em Belmonte e viveram na localidade que hoje é a Fazenda Clementina, propriedade na época do Sr. Antenógenes Pompa, e responsável pela expulsão dos pais dela do local antes mesmo dela nascer. Eles foram expulsos por esse coronel, segundo ela, à bala. Já os avós viviam numa região que hoje é denominada de Córrego da Lama.



Manuel

Segundo os índios, todas essas localidades são descritas por Córregos ou também por acontecimentos. Contam que a família dos “Peba” foi a última a sair da região da Boca da Lagoa, todos eles conhecidos como “cablocos”. Segundo a comunidade, do local onde eles estão habitando atualmente até a localidade de Boca do Córrego, existiam índios. Durante o processo inicial de fundamentação antropológica, foram descobertos alguns restos de potes, panelas e muringas de barro com casco de tatú que podem ter sido dos últimos moradores que habitaram o local a cerca de cinquenta anos atrás e que foram expulsos pelos coronéis da época.

Como parte dessa memória daqueles seus parentes que ali viviam, os índios relatam a existência de um antigo cemitério onde os “caboclos” mais velhos estão enterrados. Esse cemitério fica do outro lado da lagoa Timiquim, na região conhecida por todos como “Mata da Camboa” e que hoje pertence a Empresa Veracel Celulose.



FIGURA 8: Panorâmica do antigo cemitério (Foto: Tiago Bucci)

Os “caboclos”, no sentido estrito que é dado a este termo na sua origem jesuíta significa índio civilizado e, portanto, “aculturado”. Uma das origens conhecidas para o termo “caboclo” (do Tupi *caá-boc*) resulta precisamente da descrição dos índios catequizados pelos jesuítas: “Caboclos eram primitivamente chamados os índios catequizados em aldeias pelos Jesuítas e seus rivais de catequese” (in *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* 1977). No nordeste, ao longo da história, a população não indígena tem vindo a usar o termo “caboclo” em dois sentidos principais: para designar uma forma de mestiçagem de brancos e índios e para

designar um processo de assimilação civilizacional, de “cultura mista” ou “aculturada” (Cf. Schaden 1969: 148; Cardoso 1976: 103; para a Amazônia ver Wagley 1977: 148). Este termo conota, portanto, como bem observou Alcida Rita Ramos, uma condição irreversível de um não-ser que é a de ex-índio: “o caboclo é a incorporação do paradoxo contido no projeto civilizador: o esforço para se descartar da indianidade ao mesmo tempo em que fecha as portas à sua civilidade completa” (Ramos 1998: 76).

Apesar de conhecidos como *caboclos* também no senso comum da sociedade, e nos lugares onde existiram antigos aldeamentos e, terem essa “caboclicização” justificada em diversos estudos regionais, o *caboclo* permaneceu índio, questionando as visões preconceituosas, as teorias explicativas do *desaparecimento indígena*. Assim, vários povos indígenas no Nordeste, *invisíveis* desde fins do século XIX, teceram uma história de resistência étnica afirmada nas primeiras décadas do século XX (Arruti, 1995), em razão das pressões que recebiam com o avanço do latifúndio sobre as suas pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo e mobilizaram-se para exigirem seus direitos históricos negados (Silva, 1995).

Os povos indígenas no Nordeste considerados quase que *extintos* desde meados e fins do século XIX, a partir das primeiras décadas do século XX pressionam as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados. Segundo a cacique Cátia: “índio pra gente é caboclo”. O fato destes índios não parecer corresponder ao estereótipo do “índio” na classificação de senso comum instituída no Brasil e fortemente marcada por fatores de “aparência” fenotípica (Cf. Fry 2005) vão acentuando a atitude de ceticismo e desconfiança da parte das autoridades locais e do povo do distrito de Boca do Córrego e da sede do município de Belmonte, face à presença de índios na região.

Como constatação que desde os anos 30, os habitantes dessa região já eram representados como “caboclos”, foram encontrados no livro de Óbito nº 01 de 1936, no Cartório do distrito de Boca do Córrego, vários registros de nascimentos de moradores que eram designados como “Fulano de Tal”, de cor cabocla e filiação ignorada. Sendo que também consta a diferenciação da cor branca, morena e preta em outros registros.

Organização social

Atualmente, compõem o retrato da aldeia as dezenove (19) casas de seus moradores dispostas nas margens de um caminho principal. Ao final do percurso o caminho se expande

em um grande círculo, o terreiro, onde a comunidade dança o Poraci, ritual tradicional dos Tupinambá, e onde, no centro, permanecem sempre acesas as brasas de uma grande fogueira.

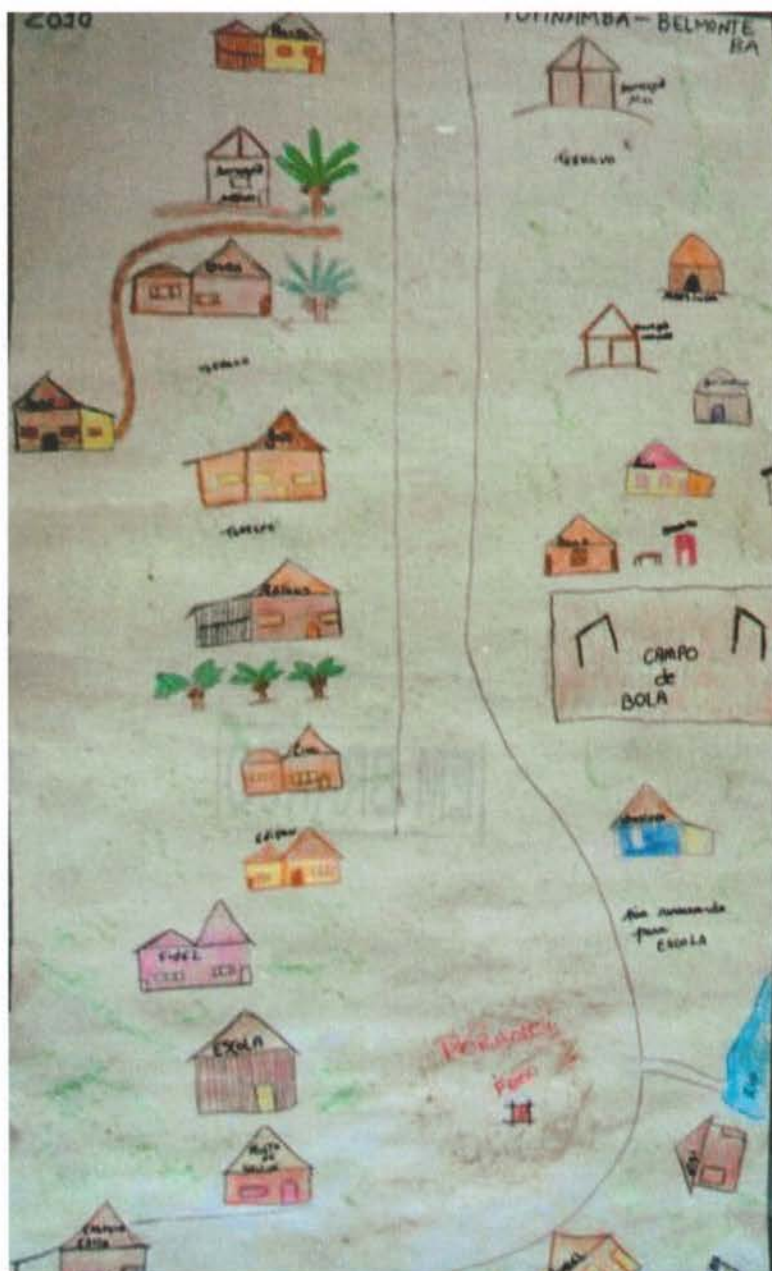


FIGURA 9: Mapa êmico da aldeia Patiburi

A comunidade vive basicamente do cultivo da terra e da extração dos recursos naturais, como da caça, pesca e da criação de animais. Os índios Tupinambá de Belmonte, como muitos outros índios do Nordeste, interagiram, ao longo dos séculos, reconfiguraram e preservaram aspectos do modo antigo de viver. Os Tupinambás, por exemplo, atualmente afirmam elementos tradicionais como a dança do Poraci, cantos, lendas e crenças dos antigos, assim

como também utilizam-se de utensílios de palhas, e outras formas de artesanato tradicional. Para dançar o Poraci todos os moradores vestem suas tangas de palha e cocares de pena, e se pintam com urucum, jenipapo, carvão e argila. (branca e vermelha). Para elaboração da tinta eles maceram as sementes de urucum e jenipapo, raspam as pedras de argila e carvão e misturam com água, aplicando no corpo com um graveto de pau. A argila branca, também chamada de barro branco, e a argila vermelha ocorrem naturalmente nas redondezas da aldeia Patiburi.



FIGURA 10: Dança do Poraci (Foto: Tiago Bucci)

Recorrem à utilização de penas e ornamentos que, embora não fazendo parte da sua vivência cotidiana, são importantes para demarcar o que as pessoas em geral entendem como elementos identificadores do ser “indígena”, uma forma de adquirirem legitimidade junto à sociedade nacional sobre sua reivindicação étnica e apropriação do seu território específico. Utilizam-se também da imbirá extraídas da mata que fica entorno do território, para fazerem as tangas que usam no ritual da dança do Poraci. Segundo a vive-cacique Isabel: “Quando a gente dança, está comemorando os parentes, dos espíritos, da alma deles.”

Há também uma nascente de água localizada bem próximo à aldeia, e aqueles que não retiram água do poço artesiano, coletam a água da bica. É também nessa bica que os moradores tomam banho e lavam roupas e louças sujas (figura 33). Costumam acordar antes “do sol passar por cima”, ou seja, antes do sol nascer, que é para não “ficar amufinado”, o que quer dizer, preguiçoso, cismado. As casas são construídas com barro (casas de taipa) ou com ripas de madeira, e cobertas com telhas de amianto (figura 34). A comunidade possui uma casa de

farinha e um poço artesiano, que ficam localizados no quintal da casa de Isabel (figura 35). Há também duas construções feitas de madeira, que funcionam como posto de saúde e escola.

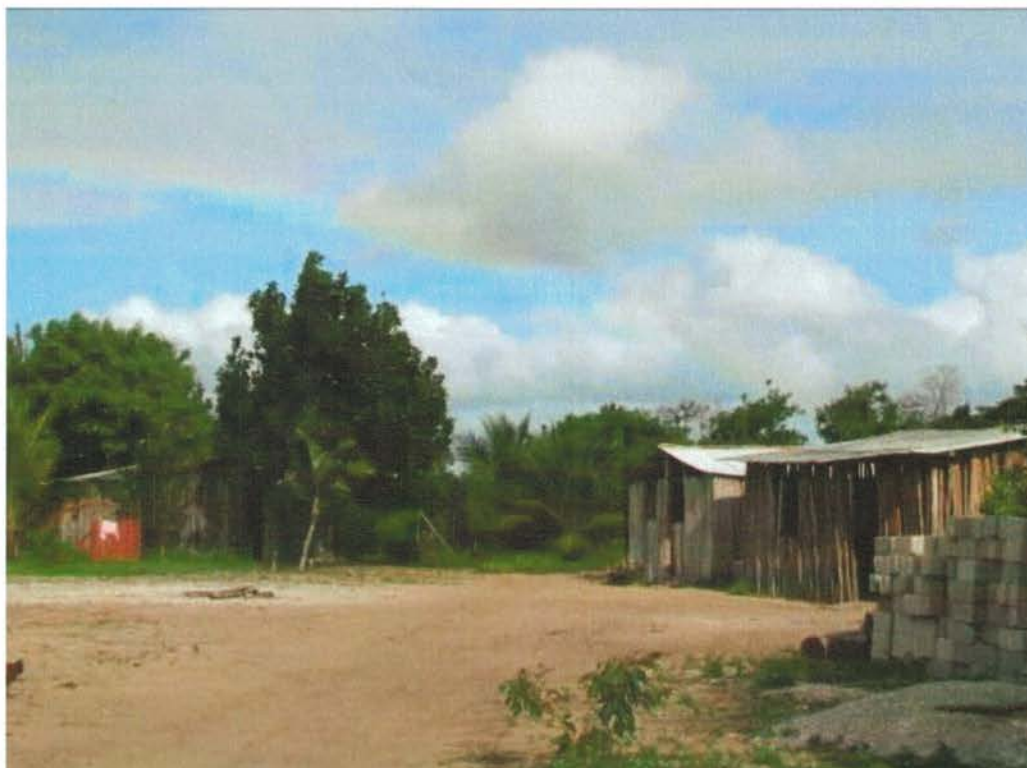


FIGURA 11: Posto de saúde e escola

As aulas lecionadas na aldeia vão até a quarta série, e partir daí os alunos acompanham as aulas na escola de Boca do Córrego, sendo que uma van que pertencente a associação da aldeia e que faz o deslocamento dos alunos (a prefeitura de Belmonte coopera doando combustível). Alguns moradores da aldeia trabalham no posto de saúde e na escola, e ganham um salário de aproximadamente R\$500,00 da prefeitura de Belmonte pelos serviços prestados. Rosilene trabalha na escola como zeladora, Isabel como merendeira, Elisangela, Paloma e Danilo como professores, e Júnior como motorista da van. Edileusa ocupa o cargo de agente indígena de saúde (AIS) no Posto de Saúde. Quase todas as famílias são beneficiadas pelo Programa do governo Federal da bolsa-família, auxílio governamental de aproximadamente R\$120,00 mensais. Alguns recebem aposentadoria. A comunidade também já se encontra organizada através de uma associação: a Associação dos índios Tupinambá de Belmonte que possui cerca de 30 membros associados.

O princípio da "habitação permanente" tal como se inscreve no artigo 231 da Constituição de 1988 tem que ser visto, como um aspecto prioritariamente etnográfico. Mas a etnografia não é um parâmetro restrito a um tempo presente, fazendo parte das suas vidas a partir de

memórias e dos seres significantes com quem tecem relações intersubjetivas, entre os quais estão, com maior ou menor grau de importância, aqueles que pertencem a gerações anteriores.

Os índios da aldeia Patiburi se referem aos locais de habitação antiga e o espaço ganha sentido para eles através daquilo que nele cultivam e dos recursos alimentares que dele extraem. Assim, as roças de mandioca e os pés de fruta definem os sentidos de ocupação social de um território. A memória dos locais de habitação antiga configura esta representação do território, já que é assinalando pés de fruta (de jaca, de manga, cajú) que os índios recordam locais onde já viveram ou mesmo locais onde já tiveram uma casa, dentro do espaço de habitação onde atualmente vivem. Além disso, esses espaços de ocupação antiga podem ser caracterizados pela memória dos nomes de pessoas e de famílias que habitaram determinados locais através das ruínas das casas e também das antigas farinheiras.

Isto significa que os pés de fruta e as ruínas de casas inscrevem a memória na paisagem de três formas: primeiro, localizam geograficamente vivências passadas; em segundo lugar, servem de prova ou concretização de que alguém existiu em relação com um determinado espaço; em terceiro lugar, invocam uma noção de 'posse', no sentido de uma relação entre as pessoas e o espaço de habitação que, por ser personalizada, é inalienável.

Essa memória cultural é partilhada por todos da comunidade e trata principalmente das antigas ocupações onde viveram determinadas famílias. O principal ponto de partida dessa história oral se desenrola a partir dos relatos do pai da vice-cacique Isabel, Seu Melquíades e da irmã mais velha de dona Isabel, Cordélia, mais conhecida como Nenzinha. Segundo a cacique, todos se juntaram para fazer essa viagem de volta para a terra dos seus antepassados a partir da história de seu Melquíades e sua filha mais velha. A família dela viveu naquele local, bem próximo à lagoa Timiquim e o seu pai ainda conseguiu voltar para terra de onde um dia foi expulso "a fogo e bala" pelos coronéis e fazendeiros e morrer ali naquela retomada aos 97 anos. Segundo Isabel, ele tinha "devoção no mato". O pai dela afirmava que todos eram descendentes Tupinambás. Ele vivia na região e criou os filhos na beira do Jequitinhonha, pescando, caçando e trabalhando no Porto Madeira (um embarcador de Jacarandá), transportando madeira e cacau até Minas. Essas embarcações saíam de um braço do rio Jequitinhonha, atualmente denominado de Camaçari. Já a mãe de Seu Melquíades, a avó de Isabel, conhecida por Alfa dos Menian, morava na região denominada de Córrego da Lama e sempre fazia o percurso até uma região chamada de Pedra de Fogo.



FIGURA 12: Braço do Rio Camaçari (Foto: Manoela Freire)

Todas as outras histórias são narradas a partir das antigas ocupações na beira da Lagoa Timiquim. Mesmo hoje existem vários vestígios de ocupações dessas famílias de caboclos que viviam e dependiam da mata e da lagoa para sobreviver. Essas famílias que um dia tiveram o pleno usufruto dos recursos naturais e que dependiam basicamente da pesca, da caça e da agricultura de subsistência para sobreviver.

Além da avó de Isabel, os índios relatam histórias também de outros personagens conhecidos como os Caboclos dos Menian. O mais famoso dele era o caboclo Badú que morreu em 2002, no asilo São Vicente, em Belmonte. Badú é lembrado por muitos índios e não-índios e também teria vivido na região da Lagoa Timiquim, sendo que o esteio da casa onde teria morado existe até hoje.



FIGURA 13: Esteio da casa do caboclo Badú

Além disso, muitos lembram também do Sr. Abdom dos Menian que foi um dos últimos caboclos a morar na lagoa e que está enterrado no antigo cemitério da Mussununga.

No entanto, uma das índias mais conhecidas e lembradas por todos, já que ainda está viva e morou e criou todos seus filhos na beira da Lagoa Timiquim é a Sra Maria Buiú.



FIGURA 14: Dona Maria Buiú (Foto: Tiago Bucci)

Dona Maria Buiú atualmente tem cerca de 90 anos e mora em Arraial da Ajuda com dois dos seus filhos que ainda estão vivos. Sua família também foi expulsa do local e hoje por problemas de saúde, ela não pode mais morar na terra onde cresceu e criou os seus filhos. Ela conta que certa vez um doutor chamado João Veloso, tirou o sangue dela e disse: "Você é índia,

índia, índia mesmo!”. Morava na mata da Camboa, próximo a Lagoa do Pego onde teve vinte e dois filhos, sendo que apenas seis ainda estão vivos. A parteira era a cabocla Luísa que “pegava” todos os filhos ali daquela região. No livro de óbito do cartório de Boca do Córrego consta o registro da filha de dona Luísa, Maria Santana, filha também de Gregório. No registro conta que ela morreu na lagoa Timiquim.

Maria lembra de todos os “caboclos” que moravam nessa região das Lagoas tanto da Timiquim, como da Lagoa do Pego e na beira do rio Jequitinhonha. Da família dos Peba, Maria lembra de todos: João Peba, Mario Peba, Abidom, etc. Viviam da pesca e da roça e também faziam farinha. A família plantava feijão de corda, couve, fava, mandioca. Pescavam também no Córrego Grande, principalmente a traíra, o marobá, jundiá e corró. Conta que saíram de lá correndo de pistoleiro que foram contatados por uma fazendeira conhecida por Téia. Depois disso ficaram acampados por muitos anos na Lagoa do Pego:

“Tivemos que sair pra não morrer, porque estavam tomando a matinha pra plantar cacau e café. Mas eu nunca vivi num lugar favorável como ali na Matinha.”

A filha de Maria conta com orgulho que foi criada muito diferente das crianças de hoje que os pais levam pra passear no shopping: “com a gente era diferente, minha mãe levava a gente pra conhecer a mata.” Fazia esteira, abano, rede, jereré e outros utensílios de palha de taboa oriunda do brejo. Muita gente, segundo Maria, está enterrada na mussununga, como eles chamam o cemitério:

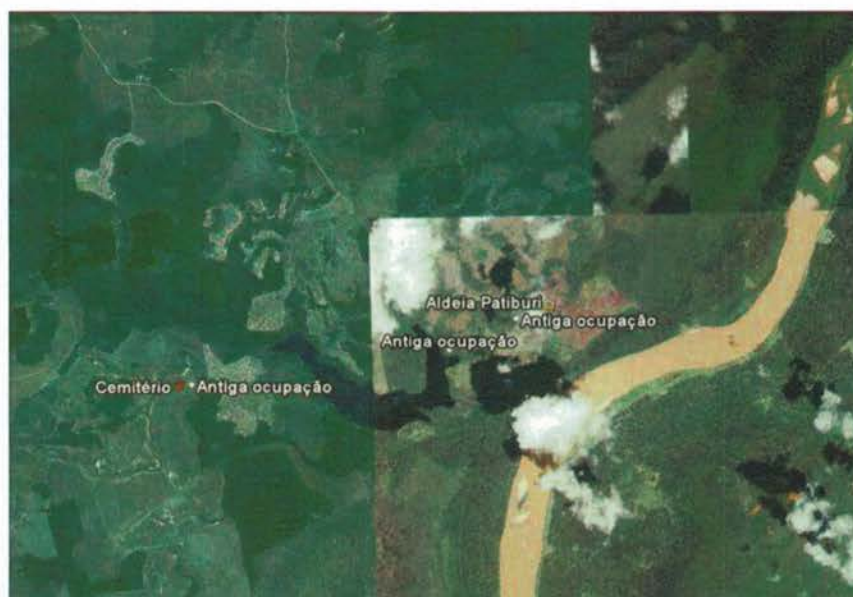


FIGURA 15: Panorâmica das antigas ocupações na terra tupinambá

Entre os elementos a ressaltar sobre a concepção do território entre os Tupinambá de Belmonte é importante salientar os seguintes aspectos:

- a) A importância de recursos hídricos na concepção de um limite para o território: entre as lagoas Timiquim, Lagoa da Pedra e Lagoa do Pego e também claro o Rio Jequitinhonha tanto para pesca como para a navegação.
- b) A importância de recursos naturais dentro do território: o brejo, a mata e os rios.

O território de uso e de ocupação dos índios Tupinambá de Belmonte é constituído por espaços diferenciados no seu uso cotidiano:

- i) "a casa" (que neste sentido mais restrito diz respeito ao edifício normalmente feito de barro e telhado de zinco);
- ii) O fogo (geralmente feito na capoeira aberta da aldeia)
- iii) O quintal
- iv) A mata
- v) As roças – cada "casa" tem a sua própria roça. Há que chamar a atenção para a distinção entre "roça" e "horta" para a população local: enquanto que o primeiro termo descreve o cultivo de tubérculos como a mandioca, o *aipim* e o milho, o segundo descreve o cultivo de legumes, mais raramente cultivados pelos índios.
- vi) O rio – de uso comum a todos os habitantes do *lugar*,
- viii) A Lagoa Timiquim
- ix) O Brejo

PARTE III- ATIVIDADES PRODUTIVAS

Agricultura

A agricultura de subsistência é a base socioeconômica dos Tupinambá de Belmonte. Dentre os gêneros alimentícios merece destaque o cultivo de diversas variedades de mandioca e aipim, cujo aprofundamento dá-se ao final deste tópico. O aipim é consumido cozido e da mandioca fazem a farinha, consumida diariamente, que é a base da alimentação Tupinambá. Dona Isabel brinca que teve uma época em que fora visitar “os parentes” da praia, em Olivença, mas que não se acostumara com os seus costumes:

“porque eles comem peixe e pão, e os Tupinambá de Belmonte, gostam de banana com farinha”.

Os gêneros alimentícios são plantados ou nos quintais, ou nos roçados. As hortaliças, algumas fruteiras e plantas medicinais são cultivadas nos quintais, ao redor das moradias. Encontram-se pés de jaca, jambolão, côco, limão, goiaba, caju, jenipapo, tangerina, abacate, graviola, banana (prata e da terra), laranja, mamão, urucum, maracujá, entre outros.

As hortas são cultivadas com variedades de pimenta (de cheiro, doce, malagueta, coqueiro), tomate, alface, couve, cebolinha, coentro, hortelã, jiló, entre outras especiarias. Nos roçados concentram-se as plantações de aipim, mandioca, milho, feijão de corda (costela-de-vaca, para em pé e rajadino), feijão de arranca (carioquinha e cafezinho), maxixe, quiabo, abóbora, melancia, amendoim, arroz, banana (ouro, prata e da terra), batata, batata-doce, cana de açúcar, fruta pão, cacau, abacaxi, côco, laranja, limão, mamão, entre outros alimentos.

Os roçados possuem o tamanho necessário para o plantio de uma quantidade de alimentos que supre a demanda alimentar das famílias. No entanto, alguns indígenas nos contaram ter vontade e capacidade de plantar em áreas maiores, mas não o fazem devido à atual situação fundiária, com receio de perderem os bens de raiz caso ocorra uma nova ação de despejo.

Cada família possui sua própria roça, que tem em média de uma até duas tarefas (a medida da tarefa é de 30m x 60m)¹⁵. As roças se localizam nas proximidades das moradias, e são dispostas lado a lado conforme o esquema representado no mapaêmico. O sistema de cultivo dos roçados é o de coivara, em áreas já abertas, com a queima da vegetação herbáceoarbustiva e posterior plantio das especiarias sobre as cinzas, que por sua vez servem

de adubo para a futura plantação. O preparo da terra costuma ser durante os meses de junho e julho, e o plantio se dá durante todos os meses do ano, com exceção de janeiro e fevereiro, devido ao calor excessivo desse período. O cultivo tradicional dos alimentos não implica o uso de adubos químicos nem de agrotóxicos. No entanto, desde alguns anos atrás até os dias atuais, devido à assistência técnica fornecida pela FUNAI (que provê os insumos, principalmente de adubação), a comunidade passou a utilizá-los especialmente nas áreas de roça, visto que o solo da região apresenta suas limitações agrícolas. Quando há excedente agrícola, alguns moradores da aldeia costumam vendê-lo em Boca do Córrego ou para os moradores das fazendas vizinhas. Os excedentes, por sua vez, são ora batata, ora farinha. Quando vendidos, o kilo da batata gira em torno de R\$1,00, e o saco de 50 kg de farinha custa em torno de R\$50,00 a R\$60,00. Muito comum também é o compartilhar do excedente agrícola produzido por cada morador, entre os demais moradores da aldeia. Toda a prática agrícola da comunidade baseia-se nas lunações, os ciclos da Lua segundo seu conhecimento tradicional. Há dois períodos marcantes que caracterizam os melhores e os piores tempos de plantar e de colher, dependendo das espécies a serem manejadas: o "claro" e o "escuro". Segundo os Tupinambá, a Lua influencia tanto na vida das plantas, quanto na vida dos seres animais, *"até a natureza da pessoa muda, fica mais calma, mais agitada dependendo da lua"*. Assim, cada espécie desenvolve-se melhor se plantada (ou colhida) no "claro", ou no "escuro". De maneira geral, o "claro" é um bom período para plantar raízes, e o "escuro", para plantar sementes. O "claro" compreende o período que vai desde três (3) dias após o início da fase crescente até três (3) dias antes do início da fase minguante; e o "escuro" compreende o período que vai desde três (3) dias após o início da fase minguante até três (3) dias antes do início da fase crescente. Segundo os Tupinambá de Belmonte, um período impróprio para plantar qualquer espécie é aquele em que a Lua aparece no céu durante o dia. Por isso, plantam somente três dias antes e três dias depois das "quebras das luas". Nos demais dias, dedicam-se a capina e ao preparo da terra. O período "claro", assim, é propício, por exemplo, para plantar mandioca, batata, abacaxi, mamão, banana e maracujá. O período "escuro" é bom para plantar feijão, milho, abóbora, melancia, amendoim, quiabo, maxixe e cana de açúcar. As estações do ano também exercem influência nas práticas agrícolas da comunidade, principalmente no que se refere ao plantio de espécies de ciclo curto¹⁶ e à colheita das espécies frutíferas.

Na estação do verão, que compreende os meses de janeiro e fevereiro, não plantam nenhuma especiaria por causa do calor excessivo que esquenta demais a terra e que impede a germinação e o desenvolvimento das plântulas. No entanto, o maxixe, que é uma espécie

nativa da região, nasce espontaneamente em pleno mês de janeiro (e também pode ser plantado, pois é muito resistente ao calor e à seca). Março é o mês de plantar milho (em especial no dia 19 de março, dia de São José) para colher antes das festas de São João, em junho. O período de março a agosto é propício para o plantio de mandioca, batata, feijão e abóbora; de agosto a novembro, plantam melancia, maracujá, limão, laranja, abacate, abacaxi, banana e amendoim. Os dias que antecedem as chuvas temporárias também são bons para plantar. Segundo João Pança, o Cauã, uma espécie de pássaro semelhante a um gavião, é quem canta a previsão do tempo:

"quando vai chover ela canta no pau seco, quando faz sol ela canta no pau verde".

Algumas espécies ainda possuem "macetes" específicos de plantio e colheita que tornam os frutos (raízes ou sementes) mais saborosos e saudáveis. Para que abóbora não fique fiapenta nem cheia d'água, é preciso pisar no berço¹⁷ onde a semente é colocada. O feijão é plantado a lanço ("semeado"), nunca enterrado, e em consórcio com o milho; e para abrir o berço para o plantio do abacaxi, deve-se bater apenas uma vez a enxada no solo, caso contrário, ele leva mais tempo para produzir. A descrição das variedades de mandioca e aipim merece destaque tanto pela importância socioeconômica quanto pela diversidade varietal encontrada nos roçados da aldeia Patiburi. Encontram-se plantadas nos dias atuais pelo menos quinze (15) variedades dessa espécie (sete variedades de mandioca e oito variedades de aipim).

As variedades de mandioca são todas venenosas se consumidas *in natura*, e, portanto, são utilizadas para fabricação da goma e da farinha (fina e de puba, com exceção da mandioca garapa de açúcar, que é usada para fabricação de mel a partir do cozimento de sua batata. Para fazer o mel é preciso ralar a mandioca, prensar, tirar o caldo e ferver até virar um melado. Segue abaixo as denominações nativas e as características morfo e fenológicas marcantes de cada tipo:

Mandioca

Buticuda: possui entre casca e batata brancas, é similar ao aipim calombo, no entanto com calombos menos aparentes;

Milagrosa: possui maniwa, entre casca e batata brancas, é colhida a cada 12 meses e a batata chega a atingir até 2 metros de comprimento; × Vermelhinha: possui folhas e maniwa vermelhas e entre casca e batata brancas;

Sutinga: possui maniwa, entre casca e batata brancas e é colhida em seis meses;
Olho de pombo: possui as plântulas e maniwas vermelhas, e entre casca e batata brancas.
Olho roxo: possui plântulas roxas, uma única maniwa e entrecasca e batata brancas;
Garapa de açúcar: possui maniwa vermelha, entrecasca roxa e batata branca.

Aimpim

Manteiga: possui a maniwa amarelada, a entre casca rosa e a batata amarelada e macia;
Bom do mundo: possui a maniwa, entre casca branca e batata brancas, é colhido em apenas 60 dias;
Calombo possui calombos grandes e saltados no caule, entre casca e batata brancas;
Rosa: possui maniwa e batata brancas e entre casca rosa;
Cacau: possui maniwa e entre casca roxas e batata branca;
Eucalipto: possui entrecasca e batata brancas e folhas estreitas;
Caixão: possui entre casca e batata brancas e maniwa e folhas claras "esbranquicentas";
Pacaré: possui maniwa e batata amarelas e entre casca branca.

A farinha de mandioca é consumida diariamente de maneira ininterrupta pela comunidade indígena, e pode ser considerada a base de alimentação Tupinambá. Além da disponibilidade sazonal dos recursos alimentares ligados às atividades agrícolas e outras (pesca, caça, coleta, extrativismo), os indígenas tem de lidar com a imprevisibilidade dos elementos e dos ciclos naturais (ocorrência de tempestades, atraso na chegada das estações e outras mudanças climáticas) associados a essas atividades. Nesse contexto, a roça de mandioca representa uma fonte segura de recursos, uma vez que suas raízes podem ficar armazenadas abaixo da terra por um longo período de tempo. Mensalmente a comunidade toda se reúne na chamada festa da farinha, e fazem um mutirão para o preparo do alimento. A cada festa são produzidos em média cinco (5) sacos de 50 kg de farinha. O alimento é dividido entre todos da comunidade de acordo com a necessidade de cada família. Segundo Isabel:

"Pra fazer a farinha de mandioca tem arrancar a mandioca, raspar a casca, ralar, prensar, cessar²⁰ e torrar. Da massa tira a goma e da mandioca tira a puba. Pra fazer a goma tem que arrancar a mandioca, raspar a casca, ralar, lavar a massa e deixar sentar durante um dia, seca com o pano, cessa e daí faz beiju (fresco) e tapioca (torrado)."



Proc. n° 1207/07
Fls. 328
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. n° 1207/07
Fls. 328
Rúbrica *[assinatura]*



Proc. n° 1207/07
Fls. 328
Rúbrica *[assinatura]*

FIGURA 17: LUNAÇÕES SEGUNDO O CONHECIMENTO TRADICIONAL TUPINAMBÁ.



FIGURA 18: CRIANÇAS NO ROÇADO DA ALDEIA PATIBURI.

Proc. n° 107/07
Fls. 328
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. n° 107/07
Fls. 328
Rúbrica *[assinatura]*



Proc. n° 107/07
Fls. 328
Rúbrica *[assinatura]*

FIGURA 19: MANDIOCA OLHO DE POMBO, VARIEDADE PREFERENCIAL (FOTO: ALEXANDRA FREITAS)

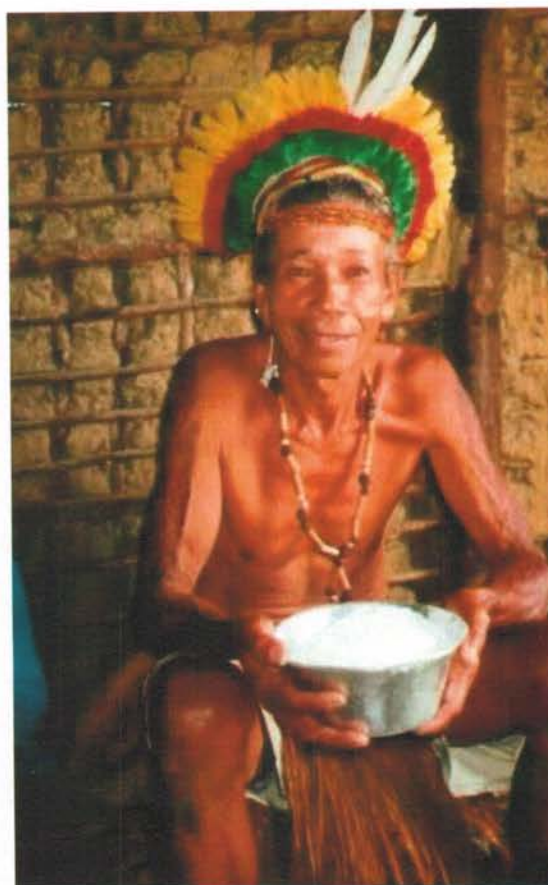


Figura 20: Seu Edson mostrando um pote de farinha fina produzida na aldeia

Proc. nº 201/07
Fls. 329
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 201/07
Fls. 329
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 201/07
Fls. 329
Rúbrica *[assinatura]*

Nome	Local de plantio	Época de Plantio	Época de colheita	Uso	Seletividade
Abacate	Quintal	Junho a julho	Abril a maio	Alimentação	EA
Abacaxi	Quintal	De agosto a dezembro	12 meses	Alimentação	EA
Abóbora	Roça	Março a junho, no escuro	75 dias	Alimentação	EP
Aipim bom do mundo	Roça	Setembro a novembro	60 dias	Alimentação/caça	EP
Aipim cacau	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação/caça	EP
Aipim caixão	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação/caça	EP
Aipim calombo	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação/caça	EP
Aipim eucalipto	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação/caça	EP
Aipim manteiga	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação/caça	EP*
Aipim pacaré	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação/caça	EP
Aipim rosa	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação/caça	EP
Alface	Horta	Época das águas, lua minguante	60 a 90 dias	Alimentação	EA
Algodão	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Alumã	Horta	Março a dezembro	Todo ano	Medicinal	EA
Amendoim	Roça	Setembro	90 dias	Alimentação	EA
Arnica	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Arroz	Roça	Setembro a novembro	-	Alimentação/caça	EA
Banana da terra	Quintal	Setembro a novembro	6 meses	Alimentação/caça	EP
Banana prata	Quintal	Época das águas	12 meses	Alimentação/caça	EA
Batata	Roça	Março a maio	90 a 120 dias	Alimentação	EA
Batata-doce	Roça	Março a maio	Setembro a dezembro	Alimentação	EA 53

manet

Cabaça	Quintal	Março a dezembro	Todo ano	Medicinal	EA
Café berão	Horta	Março a dezembro	Todo ano	Alimentação/artesinato	EA
Cajú	Quintal	Setembro a novembro	Setembro a novembro	Alimentação	EP
Nome	Local de plantio	Época de Plantio	Época de colheita	Uso	Seletividade
Cana-de-açúcar	Roça	Época das águas, no escuro	12 meses	Alimentação	EA
Capim de aruanda	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Capim santo	Horta	Todo ano	Todo ano	Medicinal	EA
Carqueja	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Coco da Bahia	Quintal	Claro	A partir do 3º ano	Alimentação	EP
Coentro	Horta	Época das águas, lua minguante	60 a 90 dias	Alimentação/medicinal	EA
Coentro largo	Horta	Março a dezembro	Todo ano	Medicinal/alimentação	EA
Couve	Horta	Época das águas, lua minguante	60 a 90 dias	Alimentação	EA
Erva de santa maria	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Favaquinha	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Fedegoso	Quintal	-	Todo ano	Medicinal/alimentação	EA
Feijão-de-arranca	Roça	A partir de março, no escuro	60 a 90 dias	Alimentação	EP
Feijão-de-corda	Roça	A partir de março	90 dias	Alimentação	EP
Fortuna/Trançai	Horta	Todo ano	Todo ano	Medicinal	EA
Gergelim branco	Quintal	Setembro	150 dias	Alimentação	EA
Gerlim preto	Quintal	Outubro	151 dias	Medicinal	EA
Gervão	Quintal	-	Todo ano	Sabão	EA
Graviola	Quintal	-	Março	Alimentação	EA

Hortelã grosso	Horta	Todo ano	Todo ano	Medicinal	EA
Inhame	Quintal	Todo ano	-	Alimentação	EA
Jaca	Quintal	Agosto a dezembro	Agosto a março	Alimentação	EA
Jambo/Eugenia	Quintal	-	Todo ano	Alimentação	EA
Jenipapo	Quintal	Março a dezembro	-	Alimentação	EA
Jiló	Horta	Março a dezembro	Agosto	Alimentação	EA
Laranja	Quintal	Junho a julho	Abril a maio	Alimentação	EA
Limão	Quintal	Junho a julho	Abril, maio e outubro	Alimentação	EA
Nome	Local de plantio	Época de Plantio	Época de colheita	Uso	Seletividade
Mamão	Quintal	Março a junho, no escuro	Junho a dezembro	Alimentação/caça	EA
Mamão de corda	Quintal	Março a dezembro	Todo ano	Alimentação	EA
Mandioca boticuda	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação	EP
Mandioca garapa de açúcar	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação	EA
Mandioca milagrosa	Roça	Setembro a novembro	12 meses	Alimentação	EP
Mandioca olho de pombo	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação	EP*
Mandioca olho roxo	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação	EP
Mandioca pretinha	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação	EP
Mandioca sutinga	Roça	Setembro a novembro	6 meses	Alimentação	EP
Mandioca vermelinha	Roça	Setembro a novembro	90 dias	Alimentação	EP
Maracujá	Quintal	Junho a julho	120 a 150 dias	Alimentação	EA
Mastruz	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Maxixe	Roça	Dezembro, no escuro	75 dias	Alimentação	EA
Melancia	Roça	Agosto a setembro, lua nova	30 dias	Alimentação	EA

Menstrato	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Milho	Quintal	Março a junho, no escuro	90 dias	Alimentação/caça	EP
Pimenta coqueiro	Quintal	Todo ano	Todo ano	Alimentação	EA
Pimenta de cheiro	Quintal	Todo ano	Todo ano	Alimentação	EA
Pimenta doce	Quintal	Todo ano	Todo ano	Alimentação	EA
Pimenta malagueta	Quintal	Todo ano	Todo ano	Alimentação	EA
Pimenta malagueta	Quintal	Todo ano	Todo ano	Alimentação	EA
Quiabo	Roça	A partir de março	90 dias	Alimentação	EA
Saia rodada	Quintal	-	Todo ano	Ornamentação	EA
Saião	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Tangerina	Quintal	Junho a julho	Março a abril	Alimentação	EA
Tioiô	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA
Nome	Local de plantio	Época de Plantio	Época de colheita	Uso	Seletividade
Tomate	Quintal	Setembro a outubro	90 dias	Alimentação	EA
Urucum	Quintal	Época das águas	12 meses	Alimentação	EA
Vassourinha	Quintal	-	Todo ano	Medicinal	EA

TABELA 1: ESPÉCIES AGRÍCOLAS CULTIVADAS NA ALDEIA PATIBURI.

TABELA 2: Calendário agrícola da comunidade Tupinambá da Aldeia Patiburi.

Espécie	Local de plantio	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Abacate	Quintal				C	C		P					
Abacaxi	Quintal									P/C	P/C	P/C	P/C
Abóbora	Roça			P	P	P/C	P/C	C	C	C			
Aipim bom do mundo	Roça									P	P	P/C	C
Aipim cacau	Roça	C	C							P	P	P	C
Aipim caixão	Roça	C	C							P	P	P	C
Aipim calombo	Roça	C	C							P	P	P	C
Aipim eucalipto	Roça	C	C							P	P	P	C
Aipim manteiga	Roça	C	C							P	P	P	C
Aipim pacaré	Roça	C	C							P	P	P	C
Aipim rosa	Roça	C	C							P	P	P	C
Alface	Horta	P	C	P/C		C	C			P	P	C	P/C
Amendoim	Roça									P		C	
Arroz	Roça									P	P	P	
Banana da terra	Quintal				C	C				P	P	P	
Banana prata	Quintal	P/C		P/C						P/C	P/C		P/C
Batata	Roça	C	C	P	P	P	C	C	C	P	P	P	C
Batata-doce	Roça			P	P	P				C	C	C	C
Espécie	Local de plantio	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ

Proc. nº 1207/07
Fls. 333
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 344
Rúbrica *[assinatura]*

57

Proc. nº 1207/07
Fls. 343
Rúbrica *[assinatura]*

Manuel

Proc. nº 1207/07
Fls. 339
Rúbrica *Sandra*

Proc. nº 1207/07
Fls. 339
Rúbrica *Sandra*

Proc. nº 1207/07
Fls. 344
Rúbrica *Sandra*

Caju	Quintal	P/C		P/C										P/C	P/C	P/C	P/C
Cana-de-açúcar	Roça													P/C	P/C		P/C
Coentro	Horta	P	C	P/C			C							P	P	C	P/C
Couve	Horta	P	C	P/C			C							P	P	C	P/C
Feijão de arranca	Roça			P	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	C
Feijão de corda	Roça			P	P	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	C	C
Gergelim branco	Quintal		C											P			
Graviola	Quintal			C													
Jaca	Quintal	C	C	C									P/C	P/C	P/C	P/C	P/C
Jenipapo	Quintal			P	P	P	P	P	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C
Jiló	Horta			P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P
Laranja	Quintal				C	C	C	P	P	P	P	P					
Laranja	Quintal				C	C	C	P	P	P	P	P					
Limão	Quintal				C	C	C	P	P	P	P	P	C				
Mamão	Quintal				P	P	P	P/C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
Mamão de corda	Quintal	C	C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C	P/C
Mandioca boticuda	Roça	C	C										P	P	P	P	C
Mandioca garapa de açúcar	Roça	C	C										P	P	P	P	C
Mandioca milagrosa	Roça												P/C	P/C	P/C	P/C	
Mandioca olho de pombo	Roça	C	C										P	P	P	P	C
Mandioca olho roxo	Roça	C	C										P	P	P	P	C
Mandioca pretinha	Roça	C	C										P	P	P	P	C
Mandioca sutinga	Roça				C	C	C						P	P	P	P	

Manoel

Rúbrica Ferraz

Librica S. 2002

59

Rúbrica *[Signature]*

trans

Coleta e extrativismo vegetal

Frutos, frutas, raízes, folhas e sementes são extraídas e coletadas nas diversas Unidades de Paisagem que compõem o território, tendo diferentes usos e finalidades: alimentar; medicinal; para construção e uso como lenha; para elaboração de artesanatos, sabão e pinturas corporais; e também como recursos usados nas práticas de caça e pesca. Foi identificado um total de 92 espécies vegetais⁴ utilizadas para tais fins, ocorrentes na Floresta Estacional (Mata de Oiteiro), Floresta Paludosa (Brejo), Floresta Ribeirinha (Mata do Rio) e nos campos de Muçununga (tabela 07). Tais espécies têm procedência da própria região, ou seja, são nativas. Ainda, que essa diversidade de espécies foi identificada em um período curto de estudos em campo, e que muito provavelmente, maior diversidade de espécies teria sido identificada caso o período de estudos dedicado para esse fim fosse também maior. A Floresta Estacional é o local de maior ocorrência das espécies vegetais manejadas pela comunidade indígena (71% ou 81 espécies), seguida pela Floresta Ribeirinha (12% ou 14 espécies), pelos campos de Muçununga (11% ou 12 espécies) e pela Floresta Paludosa (6% ou 07 espécies) (tabela 08 e figura 47). As espécies usadas na alimentação Tupinambá são em geral frutos e frutas (como o abiu, a jabuticaba e a jaca), cuja ocorrência dá-se principalmente na Floresta Estacional, em segundo plano na Floresta Ribeirinha (como o ingá) e por último na Floresta Paludosa (como a baga de loro). As espécies apreciadas pelos animais, e, portanto, apreciadas para a prática de caça (como a jaca, o oiti e o piquiá), assim como as espécies usadas para elaboração de artesanatos (patioba, juerana, uruba, olho de boi, cipó-imbé), as apreciadas para construção e as utilizadas para elaboração de medicamentos naturais (copaíba, aroeira e jatobá), também ocorrem preferencialmente na Floresta Estacional.

Portanto, no nível da distribuição espacial dos recursos vegetais extraídos e coletados, há maior concentração na Floresta Estacional, o que lhe confere o status de fonte primordial de recursos alimentares, medicinais, artesanais, entre outros, e ainda, Unidade de Recursos essencial para manutenção da fauna regional. Nos campos de Muçununga, no entanto, ocorre a maior parte das espécies usadas como lenha (como a murta, o macuco, a bapeba – melhor

⁴ Como o presente estudo não tem por finalidade a realização de um levantamento florístico nem fito-sociológico das espécies conhecidas e utilizadas pelos indígenas, não foi realizada a coleta e a identificação botânica das plantas mencionadas. A investigação dessas categorias não seguiu necessariamente nenhum tipo de classificação da ciência ocidental, dando-se, portanto, preferência pela denominação local das espécies, procurando-se relacioná-las às Unidades de Paisagem e formas de uso e de ocupação territorial.

espécie para labareda, a batinga e o araquá). O uso medicinal das plantas é o mais frequente⁵ dentre as espécies manejadas (32% ou 29 espécies), seguido pelo alimentar⁶ e para elaboração de artesanatos⁷ (8% ou 08 espécies). Algumas espécies são manejadas com mais de uma finalidade, tendo, por exemplo, uso alimentar e para a prática da caça (10% ou 09 espécies), ou então, alimentar e medicinal concomitantemente (6% ou 05 espécies). Informações mais detalhadas a respeito dessa categorização encontram-se na. Três espécies foram citadas como matéria prima para fabricação de sabão: o gervão, exclusivo da Floresta Paludosa, o sabão de soldado, ocorrente na Floresta Ribeirinha; e a unha de anta, ocorrente na Floresta Estacional. Lino conta que para a fabricação do sabão é preciso misturar as cinzas da lenha dessas espécies com a água de sua fruta e cozinhar a mistura com gordura e com a folha de mamão. Uma técnica muito empreendida pelos antepassados, que faziam o sabão “de coada”, mas não tão usual nos dias atuais.

As melhores madeiras para a construção de cercas, apreciadas por sua resistência e durabilidade, são o piqui, a sapucaia, a biriba, o aderno, o parajú e a braúna. As apreciadas para construção de moradias são: a murta, o araquá, o parajú, a jaqueira, a braúna, o pequi, o pati, a biriba, o pau d’arco e a inhaíba (para esteio).

O manejo realizado pelos Tupinambá em relação às espécies da floresta que lhe são importantes, é um manejo sustentável. A coleta de sementes, frutos e a extração das partes das plantas usadas para fins medicinais (como folhas, cascas e raízes) são realizadas de forma a preservar as matrizes; a madeira usada para construção é sempre retirada por meio do corte seletivo, não sendo praticado o corte raso, tampouco a abertura de clareiras na mata; durante a extração de madeira para ser usada como lenha, apenas a madeira seca é selecionada. O manejo florestal, assim como as práticas agrícolas, segue o conhecimento associado às influências lunares no comportamento das plantas. Dessa forma, o “claro”, período no qual a seiva das plantas concentra-se em suas partes superiores, compreende o melhor período para extração de folhas, frutas e frutos. A extração do óleo de copaíba, assim, é realizada na lua cheia. O “escuro”, período no qual a seiva das plantas concentra-se em suas partes inferiores, compreende o melhor período para retirada de madeira e de palha (pois evita a concentração de água nas partes extraídas e dessa forma, evita o ataque por fungos). Dentre as espécies identificadas, foram apontadas como espécies preferenciais, ou seja,

⁵ E será abordado em um tópico à parte.

⁶ Exclusivamente.

⁷ Apesar do conhecimento tradicional das espécies associado à elaboração de artesanatos típicos, a comunidade não gera renda com essa atividade, visto que não há um turismo relevante no entorno, e, portanto, não há mercado consumidor potencial.

aquelas as quais se empreende um esforço para extração e coleta: o dendê, pati, oiti, a uruba, a patioba, jussara, imbirá, inhaíba, parajú, pequi, biriba e pau d'arco, todas essas exclusivas da Floresta Estacional; a aroeira, ocorrente nos campos de Muçununga, e o cacau, ocorrente na Cabruca, ou seja, na Floresta Ribeirinha. Essas espécies manejadas possuem um porquê de serem preferenciais. A palha da patioba, por exemplo, é tradicionalmente extraída e usada na alimentação para enrolar o beiju e cozinhar o peixe.

"no tempo de meu pai não tinha panela não, cozinava até feijão na patioba" (Isabel)

A uruba é matéria prima para confecção de peneiras, amplamente usadas na fabricação de farinha. A biriba é matéria prima para confecção das tangas, vestimenta típica para as ocasiões de festejo, e para a dança do Poraci. Da palmeira Jussara se extrai o palmito e o vinho. O dendê é alimento apreciado nas festas de São João, sendo colhido em junho, "na época da fogueira". O óleo de dendê é preparado através da colheita dos frutos, que precisam "descansar" por uma semana; "cozinha, soca no pilão, lava, tira a gordura que sobe, frita, esfria e guarda". Dentre essas espécies preferenciais, algumas possuem valor de mercado passando por essa ótica a ter uma atenção especial dos indígenas, para onde convergem os esforços de coleta em determinadas épocas do seu calendário ecológico-econômico: o cacau e a aroeira. O cacau manejado pela comunidade localiza-se em uma área de cabruca próxima, de aproximadamente 20 tarefas, na beira do Rio Jequitinhonha. Quando a comunidade indígena realizou a retomada da área, a plantação já existia no local. Isabel nos conta, todavia, que muitas plantações de cacau existentes na região foram implantadas pelos índios que habitavam o local há tempos remotos:

"os antepassados entravam nas matas, cabrucavam, queimavam e plantavam o cacau. Deixavam os paus mais grossos para sombrear."

Apesar da baixa produtividade (associada à vassoura de bruxa) o cacau manejado que se encontra dentro do território reivindicado pela comunidade da aldeia Patiburi é o principal produto comercializado por eles. A safra é feita em três épocas: no temporão, mês de abril durante a semana santa, e por isso também chamada de safra do bacalhau; na safra, nos meses de julho a agosto; e na bonga, nos meses de dezembro a janeiro. Em meio à cabruca junto ao cacau encontram-se espécies nativas como a gameleira, eritrina, jenipapo, birreiro, ingá,

carvoeiro, jaca, cajá, sapucaia, pau d'alho e cedro. Toda a comunidade trabalha na coleta do cacau, tanto os homens como as mulheres, em mutirões. No momento da secagem há a divisão do produto entre todos da aldeia. Como diz Isabel:

"Roço de biscó, capino de enxada. O cacau é de todos nós."

Proc. nº 120/10+
Fls. 349
Rúbrica *[assinatura]*

A arroba do cacau (15 kg) custa, hoje em dia, aproximadamente R\$60,00, e a produção da aldeia gira em torno de 500 kg por safra. Ficam aproximadamente duas a três arrobas para cada família. A aroeira é uma espécie que ocorre naturalmente nos campos de Muçununga, e frutifica no período de maio a junho. O valor do kilo da aroeira varia de R\$0,50 a R\$1,50, dependendo da oferta e da procura na época da safra.

Há anos atrás o kilo da aroeira chegou a custar até R\$2,00. No entanto, a venda da aroeira é uma atividade realizada por diversas comunidades do Extremo Sul da Bahia (indígenas, assentamentos rurais e outras), bem como por proprietários particulares. Nesse sentido, estudos de mercado têm sido feitos recentemente⁸ visando qualificar o preço do produto coletado. Provavelmente por conta dessa competitividade, moradores da comunidade indígena relataram que de dois anos para os dias de hoje, a procura da aroeira pelos atravessadores da região (e consequente venda do produto) deu uma estagnada. A venda da safra do ano passado atingiu a quantia de 80 kg por um preço de R\$0,50/kg.

⁸ Por ONGs com atuação na região, bem como por órgãos governamentais, como o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade.

Proc. nº 1207/07
Fls. 340
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1203/07
Fls. 256
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1204/07
Fls. 353
Rúbrica *[assinatura]*

64

Nome	Unidade de Paisagem	Época de coleta	Uso	Seletividade
Abiu	Floresta Estacional	Todo ano	Alimentar	EA
Aderno	Floresta Estacional	Todo ano	Construção	EA
Almenda	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Amescla	Muçununga	Todo ano	Alimentar/Medicinal	EA
Amescla do chão	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Aninga	Floresta Paludosa	-	Preservação	EA
Araçá	Floresta Estacional/ Muçununga	Todo ano	Lenha/Construção/Medicinal	EA
Araticum	Floresta Estacional	Janeiro a fevereiro	Medicinal	EA
Aroeira	Muçununga	Maio-junho	Medicinal	EP
Bacumuxá	Floresta Estacional	Todo ano	Caça	EA
Bacupari	Floresta Estacional	Agosto a outubro	Alimentar	EA
Baga de lôro	Floresta Paludosa	Setembro a novembro	Alimentar/Caça	EA
Bapeba	Floresta Estacional/ Muçununga	Todo ano	Lenha	EA
Batinga	Floresta Estacional/ Muçununga	Todo ano	Lenha	EA
Berreiro	Floresta Ribeirinha	-	Preservação	EA
Biculba	Floresta Estacional	Agosto a setembro	Medicinal	EA
Biriba	Floresta Estacional	Abril, set. e outubro	Caça/Construção	EP
Biriba	Floresta Estacional	Outubro a novembro	Caça/Construção	EA
Braúna	Floresta Estacional	Todo ano	Construção	EA
Buranhem	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EP
Buri	Floresta Estacional/ Muçununga	Todo ano	Medicinal	EA
Cacau	Floresta Ribeirinha	Dez-jan, Mar-abr; Jul-ago	Alimentar	EP
Cajá	Floresta Ribeirinha	Março	Alimentar	EA
Cana de macaco	Floresta Ribeirinha/Floresta Paludosa	Todo ano	Medicinal	EA

[assinatura]

Proc. nº 1207/07
Fls. 341
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 351
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 392
Rúbrica *[assinatura]*

65

Capeba	Floresta Ribeirinha	Todo ano	Medicinal	EA
Carvoeiro	Floresta Ribeirinha	-	Preservação	EA
Cedro	Floresta Ribeirinha	-	Preservação	EA
Cipó de calumbi	Em todos os lugares	Todo ano	Medicinal	EA
Cipó escada de macaco	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Cipó imbé	Floresta Estacional	Todo ano	Artesanato	EA
Cipó-cravo	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Coco de piaçava	Em todos os lugares	Janeiro a fevereiro	Artesanato/Alimentar	EA
Copaliba	Floresta Estacional	Agosto a setembro	Medicinal	EA
Costa branca	Muçununga	Todo ano	Medicinal	EA
Dandá de caroço	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Dendê	Floresta Estacional	Junho	Alimentar/Artesanato/Çaça	EP
Doutor imbirã	Floresta Estacional	Todo ano	Artesanato	EA
Eritrina	Floresta Ribeirinha/Floresta Paludosa	-	Preservação	EA
Fruta de paca	Floresta Estacional	Setembro a novembro	Medicinal	EA
Gameleira	Floresta Ribeirinha	-	Preservação	EA
Gervão	Floresta Paludosa	Todo ano	Sabão	EA
Gindiroba	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Imbirã	Floresta Estacional	Todo ano	Artesanato/Medicinal	EP
Ingá	Floresta Ribeirinha	Outubro a novembro	Alimentar	EA
Inhaíba	Floresta Estacional	Todo ano	Construção	EP
Inxota	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Ipê	Floresta Estacional	-	Preservação	EA
Jabuticaba	Floresta Estacional	Fevereiro a abril	Alimentar	EA
Jaca	Floresta Ribeirinha	Outubro a fevereiro	Alimentar/Çaça	EA
Nome	Unidade de Paisagem	Época de coleta	Uso	Seletividade

Manual

Proc. nº 1207/07
Fls. 342
Rúbrica Paula

Proc. nº 1207/07
Fls. 252
Rúbrica Paula

Proc. nº 1207/07
Fls. 358
Rúbrica Paula

Jacarandá	Floresta Estacional	-	Preservação	EA
Jatobá	Floresta Estacional	Agosto a outubro	Medicinal	EP
Jenaúba	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Jenipapo	Floresta Ribeirinha	Julho a dezembro	Pintura	EA
Jitaí	Floresta Estacional		Preservação	EA
Juerana	Floresta Estacional	Todo ano	Artesanato	EA
Jussara	Floresta Estacional	Maio a setembro	Alimentar/Caça	EP
Macuco	Floresta Estacional/ Muçununga	Todo ano	Lenha	EA
Massaranduba mirim	Floresta Estacional	Junho a julho	Alimentar/Caça	EA
Massaranduba roseta	Floresta Estacional	Junho a julho	Alimentar/Caça	EA
Milami	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Mulungu	Floresta Estacional	-	Preservação	EA
Murici	Floresta Estacional	Todo ano	Lenha	EA
Murta	Floresta Estacional/ Muçununga	Todo ano	Lenha/Construção	EA
Negramina	Floresta Estacional	Todo ano	Alimentar	EA
Oiti*	Floresta Estacional	Julho a agosto	Alimentar/Caça	EP
Olho de boi	Floresta Estacional	Maio a setembro	Artesanato	EA
Oti-boi	Floresta Estacional	Setembro	Alimentar	EP
Paraju	Floresta Estacional	Todo ano	Construção	EP
Parajú	Floresta Estacional	Todo ano	Caça	EA
Pata de vaca	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Pati	Floresta Estacional/ Muçununga	Todo ano	Artesanato/Construção	EP
Patioba	Floresta Estacional	Todo ano	Artesanato	EP
Pau cravo	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Pau d'alho	Floresta Ribeirinha	Todo ano	Medicinal	EP
Pau-d'arco	Floresta Estacional	Todo ano	Construção/Medicinal	EP

Manual

Nome	Unidade de Paisagem	Época de coleta	Uso	Seletividade
Pau-pombo	Floresta Estacional	Todo ano	Lenha	EA
Pequi	Floresta Estacional	Todo ano	Construção/Caça	EP
Picão	Floresta Estacional/ Muçununga	Todo ano	Medicinal	EA
Pindaíba	Floresta Estacional	Todo ano	Alimentar	EA
Piquiá	Floresta Estacional	Todo ano	Alimentar/Caça	EA
Pucumã	Floresta Estacional	Todo ano	Artesanato	EA
Pucunã	Floresta Estacional	Agosto a setembro	Artesanato	EA
Purga do campo	Muçununga	Todo ano	Medicinal	EA
Quina rosa	Floresta Estacional	Todo ano	Lenha	EA
Sabão de soldado	Floresta Ribeirinha	Todo ano	Sabão	EA
Sabugueiro	Floresta Estacional	Agosto a outubro	Alimentar/Medicinal	EA
São caetano	Áreas abertas/queimadas	Todo ano	Medicinal	EA
Sapucaia	Floresta Estacional	Todo ano	Caça	EA
Sucupira	Floresta Estacional	Junho a julho	Medicinal	EA
Tararanga	Floresta Estacional	Agosto a setembro	Artesanato	EA
Trucisco	Floresta Estacional	Todo ano	Medicinal	EA
Unha-de-anta	Floresta Estacional	Todo ano	Sabão	EA
Uruba	Floresta Estacional	Todo ano	Artesanato	EP
Xinene	Floresta Estacional	Todo ano	Alimentar/Caça	EA

TABELA 3: Coleta e extrativismo vegetal pela comunidade Tupinambá da Aldeia Patiburi

Proc. nº 1207/07
Fls. 343
Rúbrica *Paulo*

Proc. nº 1207/07
Fls. 350
Rúbrica *Paulo*

Proc. nº 1207/07
Fls. 353
Rúbrica *Paulo*

TABELA 4: RELAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DE PAISAGEM E O NÚMERO DE ESPÉCIES VEGETAIS MANEJADAS PELA COMUNIDADE INDÍGENA

Unidade de Paisagem	Número de espécies da flora manejadas pela comunidade indígena
Floresta Estacional	81
Floresta Paludosa	07
Floresta Ribeirinha	14
Muçununga	12

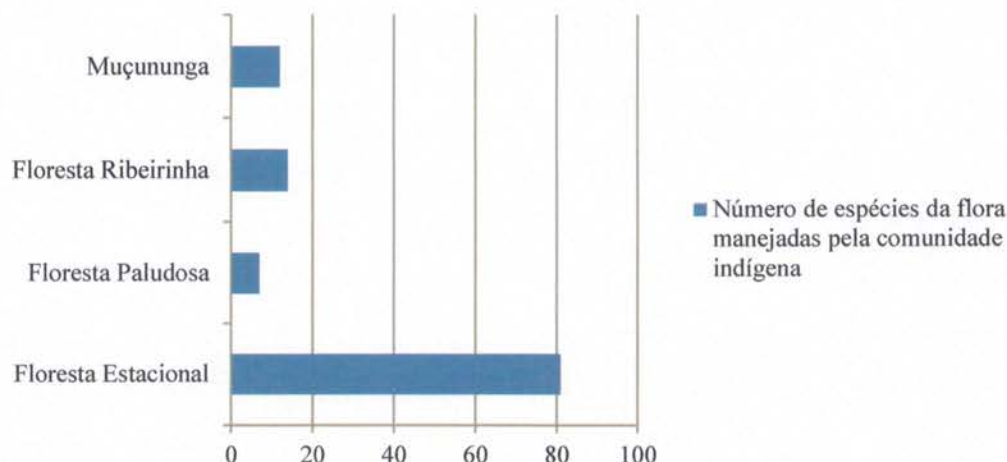


FIGURA 21: RELAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DE PAISAGEM E O NÚMERO DE ESPÉCIES VEGETAIS MANEJADAS PELA COMUNIDADE INDÍGENA.

TABELA 05: RELAÇÃO ENTRE AS FINALIDADES DE USO E O NÚMERO DE ESPÉCIES VEGETAIS MANEJADAS PELA COMUNIDADE INDÍGENA.

Finalidade	Número de espécies da flora manejadas
Alimentar	7
Alimentar/Artesanato/Caça	1
Alimentar/Caça	6
Alimentar/Medicinal	3
Artesanato	8
Artesanato/Alimentar	1
Artesanato/Construção	1
Artesanato/Medicinal	1
Caça	3
Construção	4
Construção/Caça	4
Lenha	6
Lenha/Construção	1
Lenha/Construção/Medicinal	1
Medicinal	29
Pintura	1
Preservação	10
Sabão	3
Alimentar/Caça/Medicinal	2

Proc. nº 1207/07
Fls. 345
Rúbrica [assinatura]

Proc. nº 1207/07
Fls. 358
Rúbrica [assinatura]

Proc. nº 1207/07
Fls. 355
Rúbrica [assinatura]

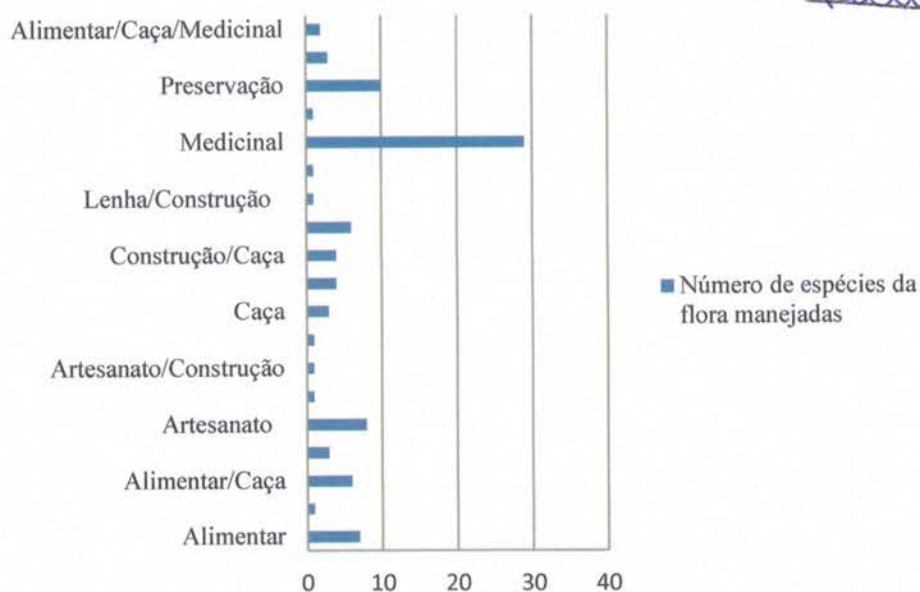


FIGURA 22: Relação entre as finalidades de uso e o número de espécies vegetais manejadas pela comunidade indígena.

SEM BRANCO

Manoel

Proc. nº 1207/07
Fls. 346
Rúbrica [assinatura]

Proc. nº 1207/07
Fls. 356
Rúbrica [assinatura]

Proc. nº 1207/07
Fls. 357
Rúbrica [assinatura]

Uso de espécies medicinais

A aplicação medicinal predominante relaciona-se com espécies vegetais. Foram apontadas aproximadamente 80 espécies da flora regional com propriedades medicinais. Por exemplo, a aroeira, o mastruz e o hortelã grosso são antibióticos; o araquê é bom pra diarreia e a carqueja pra diabetes. No entanto, duas espécies animais também foram apontadas devido à propriedades medicinais: tanto chá da banha de sucúuba (uma espécie de cobra), quanto o chá da casca do cupim são indicados contra o cansaço. A enfermidade mais frequente dentre os moradores da aldeia é a gripe. Diversas plantas são indicadas para a cura da gripe, isoladas ou combinadas, sendo ingeridas ou apenas aplicadas sobre a pele.

Dos complexos ingeridos, dona Isabel ensina uma receita de xarope que cura qualquer gripe: mistura em uma panela o tioiô, casca de jatobá, mastruz, algodão, limão, laranja, capim de aruanda, cupim do chão, nanuscada, semente de imburana, semente de anil estrelado, quitoco, mal-me-quer, erva de santa maria, patchouli, folha de tangerina, para-tudo, vassourinha, aroeira, raiz de purga do campo, banha de sucúuba, urucum, menstrato, hortelã miúdo, canela, cravo, mel de abelha, alho, cebola roxa, capim santo e saião; cozinha a mistura por aproximadamente 40 minutos, adiciona açúcar, apura (deixa engrossar) e está pronto o xarope. Dos ingredientes, a imburana, paratudo, nanuscada, patchouli e anil estrelado são comprados dos "raizeiros", pois vêm do sertão. O restante das plantas é procedente da região, são extraídas da mata, da muçununga, do pasto ou do quintal. Dos complexos aplicados para gripe, o mais indicado é o banho com capim santo, tangerina, limão, laranja e tioiô. Um xarope indicado para cura do cansaço e da asma é o complexo com chifre de vaca ralado, casca de jatobá, folha de urucum, quitoco, raiz de sandra, açúcar, casca de cupim, casca de pau d'alho, casco de jegue (fêmea preta!) ralado e casco de jacaré ralado.

TABELA 6: USO DE ESPÉCIES MEDICINAIS PELA COMUNIDADE TUPINAMBÁ DA ALDEIA PATIBURI

Nome regional	Unidade de Paisagem	Época de coleta	Aplicação	Forma de Uso
Abacate	Mata do rio	Todo ano	Rim	Ingestão do chá da raiz
Abóbora	Roça	Todo ano	Vermífugo	Ingestão da semente crua
Açoita cavalo	Floresta Estacional	Todo ano	Tosse/dor de barriga	Ingestão do chá da folha e da casca
Algodão	Quintal	Todo ano	Antibiótico/inflamação/regula menstruação	Ingestão do chá da folha/Ingestão do chá da semente
Almenda	Mata de oiteiro	Todo ano	Diabetes	Ingestão da água do molho do fruto
Alumã	Horta	Todo ano	Piolhos e lêndeas/dor de barriga	Aplicação do molho das folhas nos cabelos/ingestão do chá da folha
Amescla	Muçununga	Todo ano	Úlcera/pneumonia/gripe/sinusite	Ingestão da água do molho da resina/Inalação da fumaça da resina
Amescla do chão	Mata de oiteiro	Todo ano	Sinusite/Dor- de-cabeça/Vermífugo	Inalação da fumaça da resina queimada na brasa
Araçá	Mata de oiteiro/Muçununga	Todo ano	Diarréia	Ingestão do chá da folha
Arnica	Quintal	Todo ano	Cicatrizante	Passar o sumo das folhas sobre a cicatriz
Aroeira	Muçununga	Todo ano	Antibiótico	Banho do chá das folhas
Baga de loro	Mata de oiteiro	Todo ano	Indigestão	Ingestão do chá da baga ralada
Bicuíba	Mata de oiteiro	Ago-Set	Dor-de-barriga/Indigestão/Asma	Ingestão do chá do coco ralado
Buranhem	Mata de oiteiro	Todo ano	Gripe	Ingestão do xarope da casca
Buri	Mata de oiteiro/Muçununga	Todo ano	Diabetes	Ingestão do chá do coco ralado
Cabaça	Quintal	Todo ano	Dor na coluna e no corpo	Aplicação do sumo das folhas
Camará	Mata de oiteiro	Todo ano	Dor de cabeça	Inalação do sumo da folha
Cana-de-macaco	Mata do rio/brejo	Todo ano	Dor-de-barriga/inflamação	Ingestão do caldo da cana/Ingestão do chá da folha
Capeba	Mata do rio	Todo ano	Rim e hepatite	Ingestão do chá da raiz
Capim de aruanda	Quintal	Todo ano	Gripe	Ingestão do xarope da folha
Capim santo	Horta	Todo ano	Gripe/Enxaqueca	Banho e ingestão do chá da folha/Inalação do chá da folha
Carqueja	Quintal	Todo ano	Diabetes/malária/paludismo	Ingestão do chá da folha
Chuchu	Horta	Todo ano	Pressão Alta	Ingestão do chá da folha
Cipó de calumbi	Em todos os lugares	Todo ano	Diarréia	Ingestão da água de dentro do cipó
Cipó escada de macaco	Mata de oiteiro	Todo ano	Dor no corpo	Banho do chá do cipó
Cipó-cravo	Mata de oiteiro	Todo ano	Dor-de-barriga	Ingestão do chá do cipó
Côco	Roça e quintal	Todo ano	Hidratante	Aplicação do óleo
Nome regional	Unidade de Paisagem	Época de coleta	Aplicação	Forma de Uso

Proc. nº 1207/07
Fls. 347
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 357
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 358
Rúbrica *[assinatura]*

Coentro	Horta	Todo ano	Raiva/dor na coluna	Ingestão do chá da semente pilada
Coentro largo	Horta	Todo ano	Derrame	Ingestão do chá da folha
Copalba	Mata de oiteiro	Ago-Set	Inflamação/cicatrizante	Aplicação do óleo
Costa branca/Sara-bezerra	Muçununga	Todo ano	Diarréia (bezerro/gente)	Ingestão do chá da folha
Dandá de caroço	Mata de oiteiro	Todo ano	Purgante	Ingestão do molho da semente ralada
Embira	Mata de oiteiro	Todo ano	Diabetes	Ingestão do chá da casca e da raiz
Favaquinha	Quintal	Todo ano	Gripe	Ingestão do xarope da folha
Fedegoso	Quintal	Todo ano	Derrame	Ingestão do xarope da folha
Fortuna/Trançai	Quintal	Todo ano	Febre/Dor-de-barriga	Ingestão do chá da raiz
Fruta de paca	Horta	Todo ano	Derrame	Ingestão do xarope da folha
Gergelim preto	Mata de oiteiro	Set-Nov	Caspa e piolho	Passar o óleo tirado da semente nos cabelos
Gindiroba	Horta	Todo ano	Veneno de cobra	Ingestão da semente
Graviola	Mata de oiteiro	Todo ano	Vermífugo/gastrite/laxante	Ingestão do sumo de 1/4 da semente amassada
Hortelã grosso	Quintal	Todo ano	Picada de cobra	Aplicação do sumo das folhas
Imbira	Horta	Todo ano	Tranquilizante/vermes	Banho do chá da folha/Ingestão do sumo das folhas
Inxota	Mata de oiteiro	Todo ano	Diabetes	Ingestão do chá da casca e da raiz
Inxota	Mata de oiteiro	Todo ano	Febre	Ingestão do chá da folha
Jambolão	Mata de oiteiro	Todo ano	Febre	Ingestão do chá da folha
Jasmim	Quintal	Todo ano	Diabetes	Ingestão do suco da fruta
Jatobá	Mata de oiteiro	Todo ano	Antibiótico	Ingestão do chá da raiz
Jenaúba	Mata de oiteiro	Ago-Out	Gripe	Ingestão do chá da casca
Jenipapo	Mata ribeirinha	Todo ano	Diabetes/Cicatrizante	Ingestão da goma da fruta, mas não pode comer sal
Limão mirim	Mata ribeirinha	Todo ano	Anemia	Ingestão do licor da fruta
Limão tangerina	Quintal	Todo ano	Picada de cobra	Ingestão do suco da fruta
Mal me quer	Quintal	Todo ano	Depurativo do sangue	Banho do caldo da fruta
Malícia	Quintal	Todo ano	Tosse/dor de pandacas	Ingestão do sumo da folha
Mamona	Mata de oiteiro	Todo ano	Inchaços em geral	Aplicação do chá da folha
Mastruz	Mata de oiteiro	Todo ano	Purgante	Ingestão do chá da semente frita
Menstrato	Quintal	Todo ano	Antibiótico	Ingestão do chá da folha
Milami	Quintal	Todo ano	Gripe	Ingestão do xarope da folha
Nome regional	Mata de oiteiro	Todo ano	Febre	Ingestão do chá da raiz
Nanuscada	Unidade de Paisagem	Época de coleta	Aplicação	Forma de Uso
Negramina	Mata de oiteiro	Todo ano	Derrame e doenças do coração	Ingestão do chá do coco ralado
	Mata de oiteiro	Todo ano	Dores das juntas	Aplicação do chá da folha

Oiti	Mata de oiteiro	Jun-Jul	Derrame	Ingestão da água do molho da semente
Pata-de-vaca	Mata de oiteiro	Todo ano	Colesterol	Ingestão do chá da folha
Pau cravo	Mata de oiteiro	Todo ano	Calmanete	Ingestão do chá da casca
Pau d'alho	Mata do rio	Todo ano	Gripe	Ingestão do xarope da casca
Pau-d'arco roxo	Mata de oiteiro	Todo ano	Diabetes	Ingestão do chá da casca
Picão	Mata de oiteiro/ Muçununga	Todo ano	Hepatite	Banho e ingestão de um gole do chá da folha e da raiz
Puaia	Mata de oiteiro	Todo ano	Indigestão	Ingestão do xarope da raiz
Purga do campo	Muçununga	Todo ano	Gripe	Ingestão do xarope da folha
Rabo de raposa	Mata de oiteiro	Todo ano	Ferimentos	Aplicação do sumo das folhas
Sabugueiro	Mata de oiteiro	Ago-Out	Sarampo/varíola/catapora	Ingestão do chá da folha
Saião	Quintal	Todo ano	Gripe de criança	Ingestão do xarope da folha
São caetano	Áreas abertas	Todo ano	Piolho	Passar o sumo das folhas nos cabelos
Sapucaia	Mata de oiteiro	Todo ano	Úlcera/gastrite/bronquite	Ingestão da água do côco
Sucuíuba	Rio e Lagoa	Todo ano	Cansaço	Ingestão do chá da banha frita
Sucupira	Mata de oiteiro	Jun-Jul	Diabetes	Ingestão da água do coco
Tioió	Quintal	Todo ano	Reumatismo e rim/Enxaqueca/Gripe	Ingestão e inalação do chá da semente e do xarope da folha
Trucisco	Mata de oiteiro	Todo ano	Febre/ congestão/indigestão	Ingestão do xarope da raiz
Unha de vaca	Mata de oiteiro	Todo ano	Colesterol	Ingestão do chá da folha
Vassourinha	Quintal	Todo ano	Gripe	Ingestão do xarope da folha

Proc. nº ~~1207/07~~
Fls. ~~349~~
Rúbrica ~~Reino~~

Proc. nº 1207/07
Fls. 349
Rúbrica Reino

73

Proc. nº ~~1202/07~~
Fls. ~~259~~
Rúbrica ~~Reino~~

Manoel

PESCA

A pesca integra as atividades tradicionalmente praticadas pelos Tupinambás de Belmonte e ocupa relevante papel em sua dieta alimentar. Pelo menos trinta e quatro (34) espécies de peixes e duas (2) espécies de crustáceos e de répteis são manejadas pela comunidade por meio da pescaria. No entanto, não é praticada por todos moradores da aldeia. Segundo seus costumes, aqueles que pescam provem com fartura de peixes a mesa daqueles que não pescam.

A lagoa Timiquim é o local preferencial para a pescaria por causa de suas águas mansas, e onde habita a maior parte dos peixes manejados pela comunidade. As mesmas espécies encontradas na Lagoa Timiquim também ocorrem no braço do rio Camaçari (riacho que liga a lagoa ao rio) e no rio Jequitinhonha. Com menor frequência, porém, a pesca é realizada tanto no Camaçari, pois se trata de um estreito riacho (figura 50), quanto na margem do Jequitinhonha, devido sua forte correnteza que impossibilita a navegação com canoa. É nas chuvas do começo do ano que a lagoa Timiquim enche de água, proveniente do rio Jequitinhonha. Nos demais meses do ano, as águas costumam correr no sentido da lagoa para o rio.

O Brejo e as valas (depressões topográficas) também são ambientes manejados para a pescaria, especialmente a lagoa da Pedra (nome dado ao pesqueiro localizado dentro do Brejo, próximo à aldeia - onde ocorrem espécies exclusivas desses ambientes, como o marobá.

O marobá é uma espécie de peixe que vive nas águas lamacentas do Brejo; espécie preferencial pelos Tupinambás de Belmonte. A pesca do marobá ocorre após as épocas das águas (janeiro, março e outubro), quando baixa o nível do rio (e consequentemente o nível de água no Brejo), ou seja, nos meses de fevereiro, abril e novembro. Dentre as espécies pescadas, as preferenciais são, além do marobá, a piaba, o piau, o pitu, o beré, jundiá e crumatá:

"Dizem que o homem que consegue pescar um filhote de aracuã enriquece!"

Outra superstição refere-se ao gurupim, uma espécie que habita a lagoa Timiquim e que teria o costume de comer gente. Os principais petrechos de pesca empregados são o anzol, a linha, a vara, o jiqui, o munzuá, o jiquiá, o jereré e a rede de tresmalho. O jiqui, o munzuá, jiquiá e o jereré são petrechos de pesca utilizados para pequenos peixes, camarão e cágado d'água. Atualmente não são empregados com a mesma frequência que eram pelos antepassados. Com o tempo também houve uma gradual substituição das matérias primas usadas para a confecção dos petrechos. Por exemplo, no lugar da fibra do dendê e da linha de tucum, passaram a usar materiais industrializados, como o arame e a linha de nylon. O conhecimento relativo à confecção desses petrechos, no entanto, permanece.

O jiqui é uma armadilha em formato de cerco feito com madeira e palha. O jereré é uma armadilha feita de pano ou linha de saco e cipó ou arame. O munzuá é uma armadilha feita de palha de dendê, da palmeira jussara ou mesmo de arame, onde são colocados cupins como isca para atrair os peixes. Existe ainda a ceva, uma técnica de pesca em que se coloca um monte de aipim na beira do rio ou da lagoa; quando o aipim começa a pubar, os peixes são atraídos, momento oportuno para realizar a pesca com linha e anzol. Em geral os pescadores pescam com vara, linha e anzol, a partir da beirada da lagoa, sem usar a canoa. Desta forma é possível pescar apenas os peixes pequenos, como o pitu, o beré e o jundiá. Também com linha e anzol pesca-se o marobá e o jacaré-preto. Os peixes maiores, como o robalo e o tucunaré, por outro lado, são pescados apenas com rede de tresmalho e canoa. Para conservar o pescado, ele passa pelo processo de salga e desidratação na quentura e na fumaça do fogão à lenha. A pesca é realizada principalmente nos finais de semana. Os melhores períodos para a pescaria são os de escassez das chuvas, quando baixa o nível dos rios e da lagoa e o recurso pesqueiro concentra-se no volume de água existente. Nos períodos de baixa vazão, também é comum a pesca de arrastão.

Os ventos Nordeste e as "épocas de trovão" são alusivos de boa pescaria, pois os peixes ficam agitados, movendo-se com frequência. Por outro lado, o inverno e os ventos Sul são indicativos de pescaria ruim, pois esfriam a água, diminuindo a movimentação e circulação dos peixes. A pesca só não é praticada na época do defeso, nos meses de maio a julho.

É uma atividade realizada para o auto-consumo, mas assume também caráter comercial. A comunidade vende o pescado no vilarejo de Boca do Córrego por um preço que varia de R\$7,00 a R\$8,00 o kg, ou usa o produto como moeda de troca com os suprimentos industrializados da cidade, como óleo, café e artefatos de limpeza.

TABELA 7 : ESPÉCIES DE ANIMAIS MANEJADOS POR MEIO DA PESCA PELA COMUNIDADE TUPINAMBÁ DA ALDEIA PATIBURI

Nome	Tipo	Unidade de Paisagem	Unidade de Recurso	Época	Uso	Técnica de captura	Seletividade
Acarí	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Bagre	Peixe	Rio, Lagoa e Brejo	Rio, Lagoa e Brejo	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Bagre-sabão	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Beré	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Jiqui/munzuá/jereré	EP
Caboje	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EO
Caçari	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Cágado d'água	Réptil	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Jereré	EA
Camarão pitú	Crustáceo	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Munzuá	EA
Camarão pequeno	Crustáceo	Brejo	Brejo	Ago-Abr	Alimentação	Munzuá	EA
Cambruaçu	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Cará do Amazonas	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EO
Carapeba	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Carpa	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
CD	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Crumatá	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EP
Jacaré preto	Réptil	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol	EA
Jacundá	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Jundiá amarelo	Peixe	Brejo	Lagoa da Pedra	Ago-Abr	Alimentação	Jiqui/munzuá/jereré	EP
Jundiá preto	Peixe	Brejo	Lagoa da Pedra	Ago-Abr	Alimentação	Jiqui/munzuá/jereré	EA
Lampreia	Peixe	Rio, Lagoa e Brejo	Rio, Lagoa e Brejo	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EO
Manjuba	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Marobá	Peixe	Brejo	Lagoa da Pedra	Fev/Abr/Nov	Alimentação	Anzol	EP
Mussum/Peixe-cobra	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Nome	Tipo	Unidade de Paisagem	Unidade de Recurso	Época	Uso	Técnica de captura	Seletividade
Piaba	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Jiqui/munzuá/jereré	EP
Piaba-cachorro	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Piabanha	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA

Proc. nº 1207/07
Fls. 352
Rúbrica *Dunne*

Proc. nº 1207/07
Fls. 362
Rúbrica *Dunne*

Proc. nº 1207/07
Fls. 363
Rúbrica *Dunne*

Manoel

Proc. nº 1207/07
Fls. 353
Rubrica Sauze

Proc. nº 1207/07
Is. 364
Rubrica Sauze

77

Proc. nº 1207/07
Fls. 264
Rúbrica Sauze

Piau	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EP
Pintado	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Pitu	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Jiqui/munzuá/jereré	EP
Pratibu	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Robalo	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Jul-Mar	Alimentação	Anzol/rede	EA
Roncador	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Sáiru	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Sucufuba	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação/Medicinal	Anzol/rede	EA
Surubim	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Tilápia	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Traíra	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EA
Tucunaré	Peixe	Rio e Lagoa	Rio e Lagoa	Ago-Abr	Alimentação	Anzol/rede	EO

Manoel

Proc. nº 1207/07
Fls. 354
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 366
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 364
Rúbrica *[assinatura]*



Figura 23: Lagoa Timiquim (Foto: Tiago Bucci)

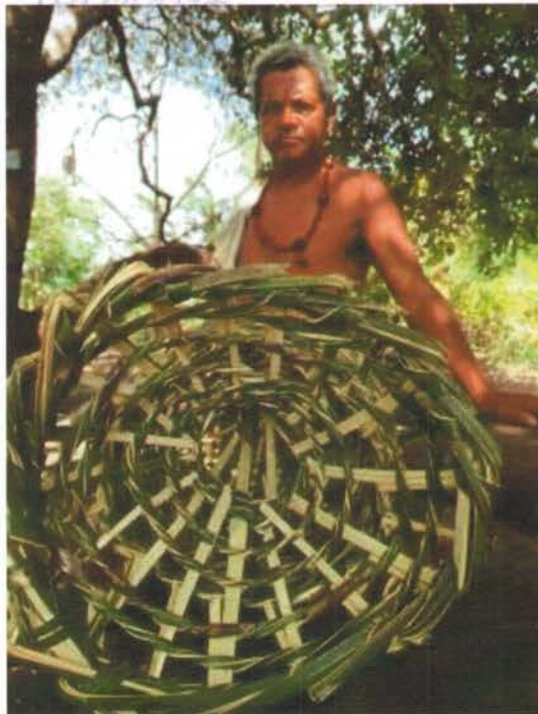
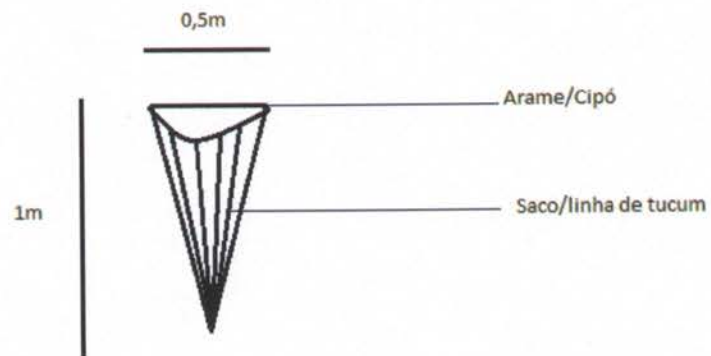


FIGURA 24: jequi, armadilha de pesca (Foto: Manoela Freire)

Proc. nº 1207/07
Fls. 355
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 362
Rúbrica *[assinatura]*



Proc. nº 1207/07
Fls. 265
Rúbrica *[assinatura]*

FIGURA 25: JERERÉ, ARMADILHA USADA PARA PESCA.

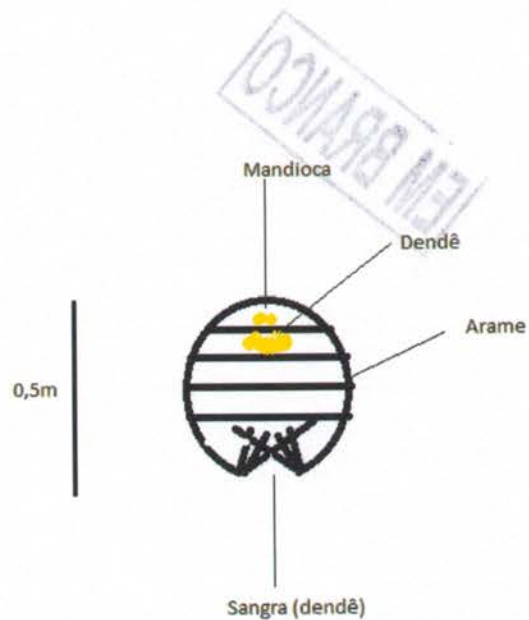


FIGURA 26 : Muzuá, armadilha usada para pesca

Caça

Proc. nº 1207/07
Fls. 356
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 266
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 363
Rúbrica *[assinatura]*

A caça de animais silvestres foi um assunto um tanto quanto delicado ao ser tratado com a comunidade, principalmente em face de duas razões. A primeira razão é que grande parte dos moradores da aldeia demonstraram um claro interesse na preservação das espécies animais, em virtude da escassez de caça na região. A segunda razão é a questão da legalidade dessa atividade. Apesar da caça ser praticada pela maioria dos povos indígenas desde os primórdios dos tempos e em diversos lugares do mundo, e apesar de no Brasil os povos indígenas terem o respaldo da legislação para praticarem a caça, diversos moradores da aldeia sugeriram não encontrar-se no direito legal de realizá-la (talvez, em virtude de experiências passadas, visto a recente emergência étnica vivenciada pelo grupo). Com o desenvolver das atividades em campo, no entanto, os moradores da comunidade passaram a se abrir e relatar o conhecimento tradicional associado ao manejo dos animais silvestres. A caça é praticada apenas para subsistência, não sendo comercializada, e pode ser considerada como uma atividade complementar e esporádica, visto que é realizada apenas quando estritamente necessário⁹ e com uma baixa frequência. A caça é praticada principalmente pelos homens da aldeia, em média uma vez a cada um ou dois meses, e nem todos os homens costumam caçar. A temporada de caça corresponde ao primeiro semestre do ano, de janeiro a julho. Durante os meses de agosto a outubro ocorre o período de reprodução de grande parte dos animais silvestres, com duração de 90 dias, conhecido como "paradeiro". Os habitats naturais dos animais manejados são as Florestas (Estacional, Paludosa e Ribeirinha) e os campos de Muçununga. Os animais, no entanto, concentram-se especialmente nos Boqueirões, locais que lhes proveem água, alimento e proteção física. Apenas nas épocas mais frias do ano, como o inverno, os animais silvestres alcançam as áreas abertas, capoeiras e até mesmo as pastagens. Tais habitats naturais relacionam-se intimamente com a fenologia das espécies animais, e se estabelecem relações tróficas entre a fauna e a flora regional um instrumental cognitivo utilizado nas diferentes estratégias de caça empreendidas pela comunidade. Por exemplo, o oiti é uma espécie da flora extremamente apreciada por todos os tipos de animais da região, que frutifica entre os meses de julho e agosto. Assim, nesses meses, as proximidades das árvores de oiti certamente são locais indicados para alocar armadilhas dentro da mata. As técnicas empregadas são: a caça de espera, a caça com cachorro, o laço, o mundéu, o fojo e a ratoeira. A técnica da caça de espera consiste em adotar pontos na mata aonde se localizam as

⁹ Ou seja, quando no cardápio do dia não há peixes, tampouco carne de animais criados na aldeia.

Manual

fruteiras preferenciais dos animais e onde são alocadas estruturas específicas para os caçadores esperarem. Atraídos pelo alimento, os animais são abatidos ao passarem pelo local, por meio do uso da espingarda. Os caçadores evitam a caça de filhotes e fêmeas prenhas e o melhor período para a caça de espera é o início da noite, entre 19h00min e 22h00min. O mundéu e a ratoeira são armadilhas feitas com madeira e cipó e alocadas nas trilhas dos animais em meio à mata. A ratoeira é usada para pegar pequenos animais, como o tatu, enquanto o mundéu é usado para a captura de animais de médio porte, como o veado, a capivara, o tamanduá e o saruê. O fojo é uma técnica de captura realizada por meio da escavação de um buraco fundo no meio da mata, com cerca de dois (2) metros de profundidade, e coberto com folhas e galhos, onde os animais que passam por cima caem e permanecem presos.

Os animais preferenciais para a caça são a paca (caçada na companhia de cachorros) e a capivara (caçada com o uso do fojo, do mundéu, ou pela caça de espera). Existe uma técnica tradicional de preparo da carne relatada pela índia Cleonice conhecida como carne de buraco. É feito um buraco no chão, onde se atea fogo em pedaços de madeira para a produção de carvão. Depois de pronto o carvão é retirado e o buraco é limpo e forrado com folhas de patioba e de bananeira. A carne é embalada com diversas folhas de patioba e colocada no buraco e o carvão então é colocado por cima do alimento. Dessa mesma forma também é possível assar uma grande variedade de alimentos, além da carne, como o aipim, a banana, a batata e a abóbora.

TABELA 8: ESPÉCIES DE ANIMAIS MANEJADOS POR MEIO DA CAÇA PELA COMUNIDADE TUPINAMBÁ DA ALDEIA PATIBURI

Nome	Tipo	Unidade de Paisagem	Unidade de Recurso	Época	Uso	Técnica de captura	Seletividade
Capivara	Mamífero	Brejo	Brejo	Jan-Jul	Alimentação	Fojo/Mundéu/Espera	EP
Catitu	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Com cachorro	EA
Cotia	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Com cachorro	EA
Cuati	Mamífero	Mata de oiteiro/Brejo	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Fojo/Mundéu/Espera	EA
Jararacuçu	Réptil	Todas	-	Jan-Jul	-	Fação	EO
Lontra	Mamífero	Brejo	Brejo	Jan-Jul	Alimentação	Fojo/Mundéu/Espera	EA
Macaco barbado	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Espera	EA
Macaco mão-lisa	Mamífero	Brejo	Brejo	Jan-Jul	Alimentação	Espera	EA
Macaco prego	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Espera	EA
Macaco do dia/Caitê	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Espera	EA
Ouriço-caixeiro	Mamífero	Mata de oiteiro/Mata Ciliar	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Fojo/Mundéu/Espera	EA
Paca	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Com cachorro	EP
Papamé	-	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	-	EA
Raposa	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Fojo/Mundéu/Espera	EA
Sagui	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Espera	EA
Saruê	Mamífero	Formações Florestais	Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Fojo/Mundéu/Espera	EA
Tamanduá	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Fojo/Mundéu/Espera	EO
Tatu peba	Mamífero	Muçununga	Muçununga	Jan-Jul	Alimentação	Com cachorro/ Fojo/Ratoeira	EA
Tatu preto	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Com cachorro/ Fojo/Ratoeira	EA
Tatu rabo-de-sola	Mamífero	Muçununga	Muçununga	Jan-Jul	Alimentação	Com cachorro/ Fojo/Ratoeira	EA
Tatuí	Crustáceo	Muçununga	Muçununga	Jan-Jul	Alimentação	Com cachorro/ Fojo/Ratoeira	EA
Teiú	Réptil	Mata de oiteiro	Mata/Áreas abertas	Jan-Jul	Alimentação	Mundéu/Espera	EA
Veado capoeiro	Mamífero	Mata de oiteiro	Mata/Boqueirão	Jan-Jul	Alimentação	Fojo/Mundéu/Espera	EO

Proc. nº 1207/07
Fls. 358
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 268
Rúbrica *[assinatura]*

Proc. nº 1207/07
Fls. 368
Rúbrica *[assinatura]*

manoe

TABELA 09: RELAÇÕES TRÓFICAS ENTRE A FLORA E A FAUNA REGIONAL.

Nome da Planta	Época de frutificação	Animais que utilizam os frutos para alimentação
Dendê	Junho	Tatu, teiú, paca, cotia, saruê, macaco
Oiti	Jul-Ago	Todas as caças
Jaca	Out-Fev	Todas as caças
Bacumuxá	Todo ano	Veado corso, paca, cotia, saruê, macaco
Copaíba	Ago-Set	Veado corso, paca, cotia, saruê, macaco
Parajú	Todo ano	Veado corso, paca, cotia, saruê, macaco
Banana	Mar-Mai	Cuatí, paca, cotia, saruê, macaco, capivara
Mamão	Jun	Cuatí, paca, cotia, saruê, macaco
Biriba	Abr-Set-Out	Paca, cotia, saruê, macaco
Pequi	Todo ano	Paca, cotia, saruê, macaco
Jussara	Mai-Set	Paca, cotia, saruê, macaco
Xinene	Todo ano	Paca, cotia, saruê, macaco
Piquiá	Todo ano	Paca, cotia, saruê, macaco
Massaranduba roseta	Jun-Jul	Paca, cotia, saruê, macaco
Massaranduba mirim	Jun-Jul	Paca, cotia, saruê, macaco
Baga de Lôro	Set-Nov	Paca, cotia, saruê, macaco
Sapucaia	Todo ano	Paca, cotia, saruê, macaco
Aipim	Jan-Mar	Tatu, teiú, paca, cotia, saruê, catitu
Milho	Mai-Jun	Capivara
Caná-de-açúcar	Set-Mar	Capivara

Proc. nº 1207/07
Fls. 359
Rúbrica *Pauze*

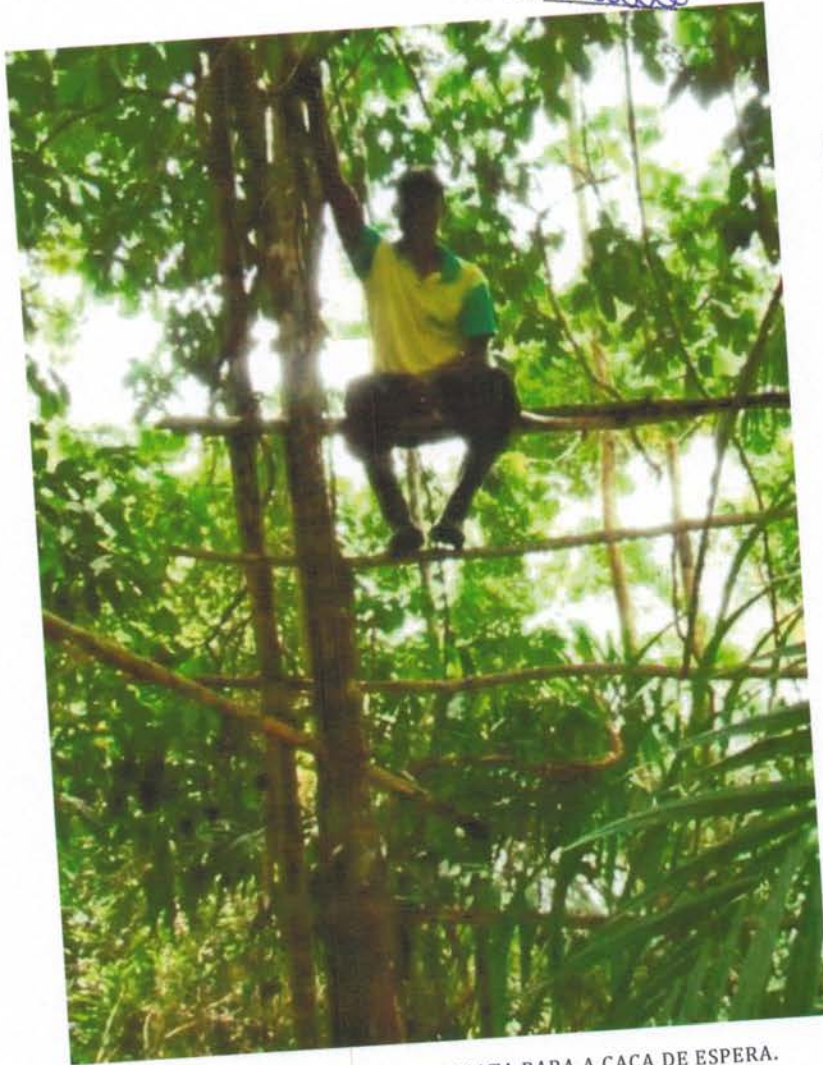
Proc. nº 1207/07
Fls. 370
Rúbrica *S. Maca*

Proc. nº 1207/07
Fls. 269
Rúbrica *Pauze*

Manoela

Proc. nº 1207/07
Fls. 360
Rúbrica Rubricado

Proc. nº 1207/07
Fls. 371
Rúbrica Rubricado



Proc. nº 1207/07
Fls. 276
Rúbrica Rubricado

FIGURA 27: ESTRUTURA CONSTRUÍDA NA MATA PARA A CAÇA DE ESPERA.

Criação de animais

A criação de animais é a última das práticas produtivas a ser descrita que integra as atividades praticadas pelos Tupinambá de Belmonte, porém, não menos importante. Comparativamente com a caça de animais silvestres, a criação de animais domesticados assume um caráter mais expressivo no que se refere à frequência da ingestão de alimentos protéicos, especialmente de galinhas. Dez (10) espécies distintas de animais são criadas na aldeia Patiburi: galinha, ganso, peru, pato, porco, carneiro, bode, cavalo e mula.

A cacique Kátia e seu esposo Carlos são os que os criam em maior quantidade (80 no total) e em maior variedade (41 galinhas, 2 gansos, 2 perus, 8 patos, 7 porcos, 3 carneiro, 5 bodes, 9 cavalos). O casal demonstrou interesse em aumentar a criação especialmente de gado e de cavalo. Os demais moradores da aldeia criam apenas galinhas, com exceção de Fidelcino e Antônio que possuem uma (1) cabeça de gado e um (1) cavalo cada; e de Gilberto, único morador que não cria nenhuma espécie animal.

Quatro (4) cabeças de gado e uma (1) mula pertencem a toda comunidade. O gado foi uma aquisição da FUNAI para os índios. A FUNAI recentemente também aprovou um projeto em parceria com a associação, com a CAR e com o governo do estado da Bahia para aquisição de mais cem (100) carneiros, que também serão de posse comunitária. O projeto arcará com as despesas referentes à compra dos animais e construção de cercas.

As galinhas, gansos, perus e patos são criados soltos nos quintais, os porcos são criados em chiqueiros cercados, localizados também nos quintais, e os demais animais (gado, cavalo, carneiro, bode e mula) são criados em um pasto cercado muito próximo à aldeia. Costumam alimentar as galinhas com mandioca branca, e esporadicamente, as vendem no vilarejo de Boca do Córrego. Em 2009 ocorreu a venda de aproximadamente 40 galinhas, por um preço entre R\$10,00 a R\$15,00 reais cada. Todas as espécies são criadas com fins alimentares, com exceção da mula e dos cavalos, que servem como meio de transporte.

TABELA 10: CRIAÇÃO DE ANIMAIS PELA COMUNIDADE TUPINAMBÁ DA ALDEIA PATIBURI.

Nome	Tipo	Local de criação	Quantidade	Uso	Grau Seletividade
Galinha	Ave	Quintal	249	Alimentação	EP
Gado	Mamífero	Pasto	9	Alimentação	EA
Ganso	Ave	Quintal	2	Alimentação	EO
Peru	Ave	Quintal	2	Alimentação	EO
Pato	Ave	Quintal	8	Alimentação	EO
Cavalo	Equino	Pasto	11	Transporte	-
Carneiro	Caprino	Pasto	3	Alimentação	EA
Bode	Caprino	Pasto	5	Alimentação	EA
Porco	Suíno	Quintal	7	Alimentação	EA
Mula	Equino	Pasto	1	Transporte	-

TABELA 11: ESTIMATIVA DOS ANIMAIS CRIADOS PELOS MORADORES DA ALDEIA PATIBURI.

Moradores	Galinha	Ganso	Peru	Pato	Porco	Carneiro	Bode	Gado	Cavalo	Mula	TOTAL
Kátia e Carlos	41	2	2	8	7	3	5	3	9	0	80
Isabel	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
Fidelcino	20	0	0	0	0	0	0	1	1	0	22
Cleonice	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
João Pança	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
João Vermelho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Boaventura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Antônio	8	0	0	0	0	0	0	1	1	0	10
Edson Boy	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
João Palito	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Eulino	80	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80
Altemilson	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33
Lôro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paloma	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Marcos	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35
Gilberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Eroltildes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tierre e Tati	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Comunidade	0	0	0	0	0	0	0	4	0	1	5
TOTAL	249	2	2	8	7	3	5	9	11	1	

PARTE IV- MEIO AMBIENTE

Relacionando os conceitos abordados nos itens anteriores com as características ambientais observadas em campo, em síntese, a aldeia Patiburi localiza-se num território que abarca uma zona de transição entre o Tabuleiro Costeiro e a Planície Fluvial, compreendendo diferentes tipos vegetacionais florestais e campos de Muçunungas. Ao correlacionarmos o uso da biodiversidade com a territorialidade, logo se evidencia a questão da distribuição dos recursos naturais utilizados pela comunidade indígena em distintas Unidades de Paisagem. Cada Unidade de Paisagem corresponde a uma unidade ambiental perceptível, que delimita uma associação característica de solos e comunidades de plantas e animais, e que interagem num cenário onde ocorrem processos físicos e biológicos (qualitativos e quantitativos) específicos dessa unidade ambiental. Dessa forma, é possível identificar seis (6) Unidades de Paisagem distintas.

- × Floresta Ribeirinha (Mata Ciliar)
- × Floresta Paludosa (Brejo)
- × Floresta Estacional Semidecidual (Mata de Oiteiro)
- × Campos de Muçununga
- × Rio Jequitinhonha
- × Lagoa do Timiquim
- × Lagoa do Pego

A Floresta Ribeirinha (Mata Ciliar) ocorre nas margens do rio Jequitinhonha e está sujeita às inundações temporárias que se sucedem conforme o aumento e a diminuição da vazão do rio; possui flora característica e em seu sub-bosque se desenvolve a cabruca, que são antigas plantações de cacau manejadas tanto pela comunidade indígena quanto por não índios (imóveis particulares). A Floresta Paludosa (Brejo) abrange o espaço compreendido entre as Florestas Ribeirinha e Estacional Semidecidual, e está sujeita à inundação praticamente permanente; esse tipo vegetacional funciona como um refúgio para a fauna silvestre visto a pressão de degradação sofrida devido às intervenções humanas no entorno, e é o habitat natural de vida e reprodução de uma espécie de peixe amplamente apreciada pela comunidade: o marobá. A Floresta Estacional (Mata de Oiteiro) ocorre mais a oeste, e abriga a maior parte da diversidade vegetal manejada pela comunidade com fins medicinais e

Manoel

alimentares, além de ser habitat natural da fauna regional. Os campos de Muçununga desenvolvem-se em terrenos arenosos e neles cresce naturalmente a aroeira, uma das únicas espécies manejadas com fins comerciais pela comunidade. A lagoa Timiquim e o rio Jequitinhonha, por sua vez, abrigam uma diversidade de peixes que compõem uma das bases da alimentação indígena. A geomorfologia e as formações

vegetacionais associadas também possuem forte relação com o relevo local, de acordo com o esquema representado por Danilo, jovem Tupinambá da aldeia Patiburi. A Mata de Oiteiro cresce em cotas mais elevadas enquanto o Brejo e a Mata Ciliar se localizam em cotas mais baixas do terreno. Nas imediações da aldeia, a comunidade indígena realiza a agricultura e a criação de animais para o próprio consumo. Nas distintas Unidades de Paisagem identificadas no território, praticam as atividades complementares de subsistência: a coleta e o extrativismo vegetal, a caça e a pesca. Dentro dessas Unidades de Paisagem, existem locais nos quais em determinadas épocas, de acordo com os ciclos ecológicos e com a sazonalidade, há uma maior disponibilidade e concentração de recursos (florísticos e faunísticos). A disponibilidade dos recursos nessas unidades, doravante denominadas Unidades de Recursos, está associada às categorias temporais dos ciclos ecológicos, tornando-os locais privilegiados para a pesca, caça, agricultura, coleta e extrativismo. Assim, oito (8) Unidades de Recursos são manejadas pela comunidade indígena.

1. Boqueirões
2. Cabruca
3. Areão
4. Mata
5. Aldeia
6. Lagoa Timiquim
7. Lagoa da Pedra
8. Rio
9. Lagoa do Pego

Os Boqueirões são vales, depressões naturais do terreno que se originam nas cotas mais elevadas do terreno (Tabuleiro Costeiro) e seguem em direção às cotas mais baixas (Planície Fluvial) rumo ao rio Jequitinhonha. É comum nos Boqueirões a presença de um curso de água intermitente, ou seja, temporário, sazonal, que escoar apenas em determinados períodos do ano. Nos Boqueirões desenvolvem-se a Floresta

Estacional, a Floresta Paludosa e os campos de Muçununga, assim, é um local privilegiado para coleta de plantas. Mas o recurso mais abundante nessa unidade é a caça, durante a estação do verão, pois os Boqueirões funcionam como verdadeiros refúgios para os animais silvestres, provendo água, uma alimentação diversificada e, principalmente, proteção física devido sua geoforma (figura 25).

A Cabruca corresponde à área plantada com cacau que é manejada pela comunidade indígena. Situa-se nas margens do rio Jequitinhonha, no subbosque da Floresta Ribeirinha, e seu manejo ocorre em três períodos distintos do ano: dezembro e janeiro;

março e abril; julho e agosto. O Areão corresponde aos campos de Muçununga onde ocorre a coleta da aroeira no período de maio a julho (figura 26). Categorizo aqui a Unidade de Recurso denominada "Mata", como sendo as áreas de Floresta Estacional, atualmente manejadas pela comunidade indígena, onde ocorre a coleta e o extrativismo e a prática da caçada. Nessas áreas, o manejo dá-se praticamente durante todo o ano. O entorno da aldeia Patiburi também é considerado, nesse contexto, uma Unidade de Recurso, visto que todas as atividades agropecuárias desenvolvem-se neste local, durante todo o ano. A face leste da lagoa do Timiquim é a região da lagoa onde a comunidade pratica as atividades pesqueiras com freqüência, no período de janeiro a abril, e de agosto a dezembro.

A Lagoa da Pedra é o nome dado pelos indígenas ao pesqueiro que se forma dentro da Floresta Paludosa (Brejo), local onde a comunidade desenvolve as atividades de pesca, com destaque à pesca do marobá (além da coleta de plantas e da caça). O nome "Lagoa da Pedra" foi dado devido à existência de uma grande pedra nas margens do pesqueiro. A pesca nesse local ocorre logo após a época das chuvas, quando as águas baixam, nos meses de fevereiro, abril e novembro. Por fim, o Rio aqui indicado como Unidade de Recurso corresponde ao trecho do leito do rio Jequitinhonha no qual os indígenas pescam no período de janeiro a abril, e de agosto a dezembro (figura 28). Na prática, as atividades de subsistência da comunidade Tupinambá de Belmonte possuem diversas bases ecológicas. Por meio do extrativismo, da coleta, da agricultura, caça e pesca, a comunidade desenvolveu uma estratégia particular de ocupação do território, através do manejo diversificado dos ambientes, de acordo com os ciclos ecológicos e com a disponibilidade sazonal de recursos. A esses ambientes foram dados uma série de significados, que na esfera do manejo dos recursos naturais, revela um *pool* de conhecimentos sobre os elementos e os ciclos naturais, como a dinâmica das águas, a fenologia das espécies e seus períodos de floração e frutificação, e as relações tróficas que se estabelecem entre as fruteiras e as espécies da fauna regional. Portanto, as formas de

ocupação territorial da comunidade no que se relaciona ao manejo dos recursos naturais e sua distribuição no espaço e no tempo, são baseadas em estratégias

que buscam maximizar o aproveitamento de uma disponibilidade sazonal de recursos.

Essas estratégias nem sempre são claras para comunidade, segundo sua percepção, como pudemos observar durante a elaboração coletiva do calendário sazonal (tabela 4 e figuras 29 e 30): muitos se surpreenderam ao perceberem que a época da coleta da aroeira coincide com a época de defeso dos peixes na região, período no qual a comunidade deixa de manejar o ambiente aquático (lagoa e rio) para dedicarem-se ao extrativismo nos campos de Muçununga.

A identificação ambiental do território em questão pautou-se nas formas de uso da biodiversidade, na estruturação das práticas econômicas e em sua distribuição espacial ao longo das variações das estações do ano, dos ciclos lunares, fluviométricos e pluviométricos da região. A ordenação territorial e as estratégias de ocupação que a comunidade indígena apresenta são o resultado de um conjunto de fatores onde foram identificados, escolhidos, significados e utilizados vários recursos naturais disponíveis na matriz ambiental da região. A comunidade indígena, dessa forma, vive com base num pluralismo econômico, onde através das atividades agrícolas, de extrativismo e coleta vegetal, pesca e caça, desenvolveu estratégias particulares de ocupação do território, através do manejo ambiental em distintas Unidades de Paisagem. Através dos levantamentos em campo relativos às formas de uso da biodiversidade, pode-se afirmar que a comunidade indígena maneja pelo menos 241 espécies (silvestres e cultivadas) para diversos fins (alimentares, medicinais, comerciais, de construção, elaboração de artesanatos, entre outros). Tais espécies podem ser categorizadas de acordo com as práticas produtivas, sendo 81 espécies manejadas na agricultura (33% do total), 92 espécies usadas para coleta e extração vegetal (38%), 20 espécies utilizadas como caça (8%), 38 espécies pescadas (16%) e 10 espécies de animais criadas nos arredores da aldeia (4%) (figura 39).

TABELA 12: SÍNTESE DA GEOMORFOLOGIA, SOLOS E FLORA ASSOCIADOS NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO.

GEOMORFOLOGIA	SOLOS	FLORA
Tabuleiro Costeiro	Alta aptidão agrícola	Floresta Estacional Semidecidual
Planície Fluvial	Baixa aptidão agrícola	Floresta Paludosa
		Floresta Ribeirinha
		Campos de Muçununga

[assinatura]



FIGURA 28: GEOMORFOLOGIA DO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO.



FIGURA 29: FORMAÇÕES VEGETACIONAIS NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO.

TABELA 13 : UNIDADES DE PAISAGEM NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO.

UNIDADES DE PAISAGEM	NOME LOCAL
1. Floresta Estacional Semidecidual	Mata de Oiteiro
2. Floresta Paludosa	Brejo
3. Floresta Ribeirinha	Mata Ciliar
4. Campos de Muçununga	Areão
5. Lagoa Timiquim	Lagoa Timiquim
6. Rio Jequitinhonha	Rio Jequitinhonha



FIGURA 30: UNIDADES DE PAISAGEM NO TERRITÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO



FIGURA 31: FORMAÇÕES FLORESTAIS NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO. (FOTO: TIAGO BUCCI)

TABELA 14: UNIDADES DE RECURSO NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO.

UNIDADES DE RECURSO	UNIDADES DE PAISAGEM	USO DA BIODIVERSIDADE	ÉPOCA DE MANEJO
1. Boqueirão	Floresta Estacional e Muçununga	Coleta de plantas e caça	Janeiro a Junho
2. Cabruca	Floresta Ribeirinha	Coleta do cacau	Dez/Jan; Mar/Abr; Jul/Ago
3. Areão	Muçununga	Coleta de aroeira	Maio a Junho
4. Mata	Floresta Estacional	Coleta de plantas e caça	Todo ano
5. Aldeia	---	Agropecuária	Todo ano
6. Lagoa Timiquim	Lagoa do Timiquim	Pesca	Jan. a Abr. e Jul. a Dez.
7. Lagoa Pedra	Floresta Paludosa	Pesca do marobá	Fev, Abr e Nov
8. Rio	Rio Jequitinhonha	Pesca	Jan. a Abr. e Jul. a Dez.

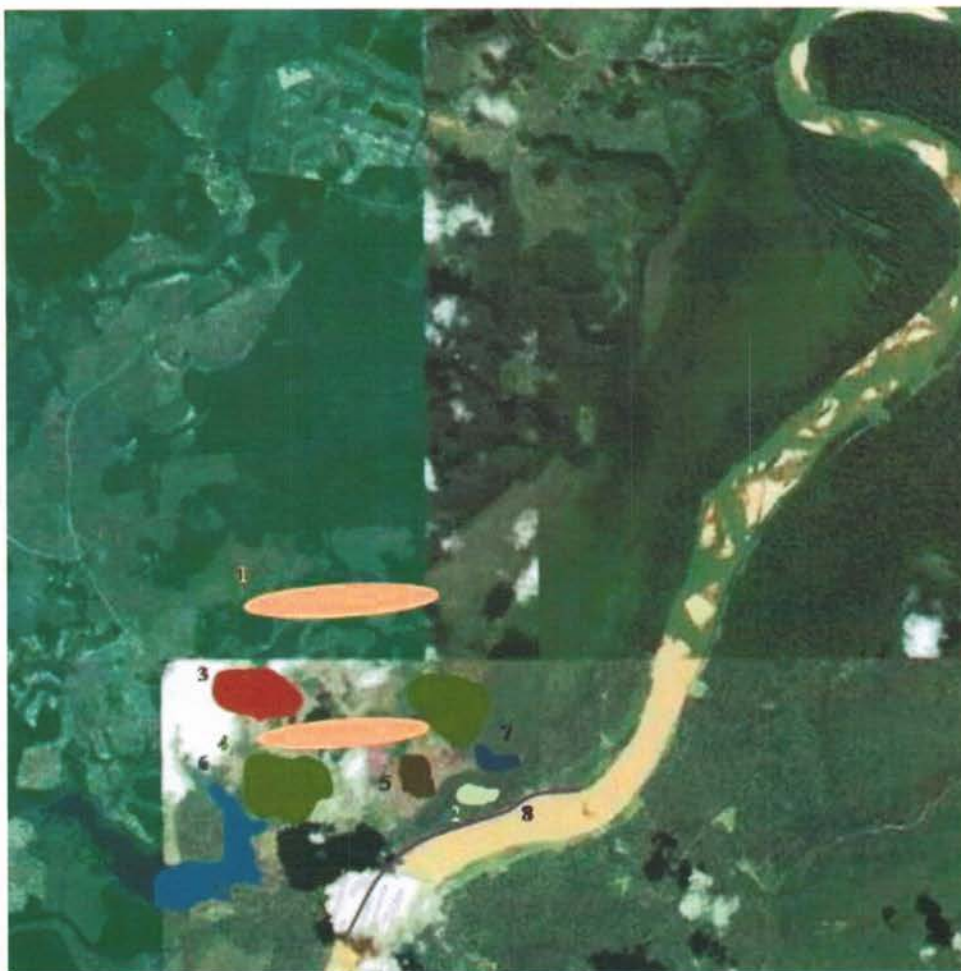


FIGURA 32: UNIDADES DE RECURSO NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO.



FIGURA 33: BOQUEIRÃO COM FLORESTA ESTACIONAL NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO.



FIGURA 34: CAMPOS DE MUÇUNUNGA NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO.

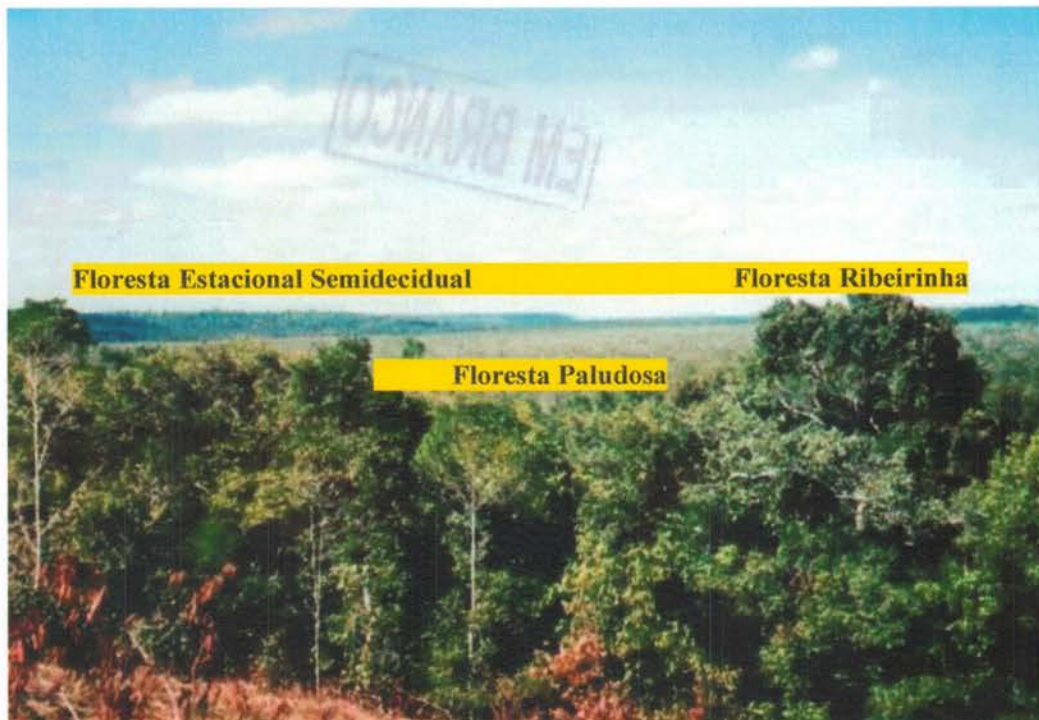
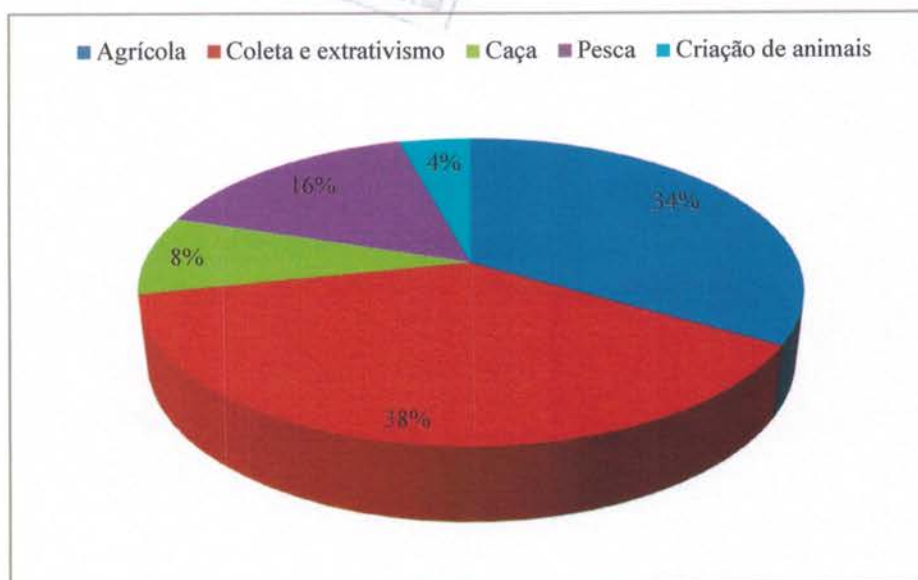


FIGURA 15: FORMAÇÕES FLORESTAIS NO TERRITÓRIO EM IDENTIFICAÇÃO (FOTO: ALEXANDRA FREITAS)



FIGURA 36: RIO JEQUITINHONHA (FOTO: MANOELA FREIRE)



No gráfico, 100% correspondem ao total de espécies identificadas, igual a 241 espécies.

FIGURA 37: FORMAS DE USO DA BIODIVERSIDADE PELA COMUNIDADE DA ALDEIA PATIBURI.

TABELA 15: CALENDÁRIO ECONÔMICO-ECOLÓGICO DA COMUNIDADE TUPINAMBÁ DA ALDEIA PATIBURI.

ATIVIDADE	UNIDADE DE PAISAGEM	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Agricultura		CHUVAS		CHUVAS							CHUVAS		
	Aldeia - Roça			*	*	*	PREPARO DA TERRA		*	*	*	*	*
	Aldeia - Quintais	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Coleta de Plantas	Mata Oiteiro	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Coleta de Aroeira	Muçununga					*	*	*					
Coleta de Cacau	Mata Ciliar - Cabruca	*		*	*			*	*				*
Pesca	Rio Jequitinhonha	*	*	*	*	DEFESO			*	*	*	*	*
	Lagoa Timiquim	*	*	*	*				*	*	*	*	*
	Brejo		*		*							*	
Caça	Mata Oiteiro	*	*	*	*	*	*						
Criação de animais	Quintais	*	*	*	*	*	&	*	*	*	*	*	*

Na tabela: * Ocorrência da atividade durante o período indicado; & equivale ao período onde não há o abate de galinhas, apenas a coleta de ovo

Proc. nº 1207/07
Fls. 334
Rúbrica *Pinel*

Proc. nº 1207/07
Fls. 335
Rúbrica *Sandra*

Antropização e degradação ambiental no território

Considerando interior e no entorno imediato do território em identificação, verificamos uma situação de grande fragilidade ambiental devido à presença de empreendimentos e tipo de exploração inadequada para região, como: o cultivo e implantação de monoculturas de eucalipto em larga escala; ao desmatamento florestal para o desenvolvimento de atividades silviculturais e agropecuárias; à extração ilegal de madeira nos fragmentos de florestas naturais e aos conflitos de caça e pesca nas Unidades de Paisagem manejadas pela comunidade indígena.

Atualmente há a prática de pesca esportiva por não índios no rio Jequitinhonha, o que, no entanto, não é fator de conflito com os moradores da aldeia Patiburi visto que esses manejam preferencialmente a lagoa Timiquim. É na lagoa que se instaura os conflitos vivenciados entre a comunidade da aldeia Patiburi e a comunidade não indígena do entorno. Segundo os índios, os moradores do distrito de Boca do Córrego exercem uma pesca predatória na lagoa Timiquim, com propósito primordial de venda, não respeitando, ainda, a época de defeso e as técnicas apropriadas para a pesca dos peixes na região. A fiscalização pelo órgão ambiental competente torna-se ineficaz, uma vez que a ação dos não índios se dá principalmente nos finais de semana e feriados. De maneira semelhante, a caça predatória de animais silvestres pelos moradores do distrito de Boca do Córrego dá-se frequentemente com fins comerciais, sem que haja um controle ou fiscalização por parte dos órgãos governamentais. A Unidade de Paisagem onde ocorrem os conflitos associados à caça é o grande fragmento de Floresta Estacional, conhecido na região como a "Mata das Três Lagoas", pois se localiza na fazenda com o mesmo nome.

A "Mata das Três Lagoas" foi alvo de extração madeireira desde a década de 70 até meados dos anos 90, manejada por uma madeireira pertencente ao atual proprietário da área. Segundo os moradores da aldeia Patiburi, a população de Boca do Córrego era bem maior nessa época, devido à atividade madeireira. Por conta da extração, as grandes árvores e espécies de madeiras de lei já foram todas derrubadas e a Floresta hoje em dia encontra-se em recuperação. Após o fechamento da empresa, a concentração populacional em Boca do Córrego diminuiu, mas ainda nos dias atuais há a retirada ilegal de madeira da Mata, que também ocorre, principalmente nos finais de semana. Além de ser alvo de extração ilegal de madeira pelos moradores do entorno, a borda do fragmento florestal sofre pequenos desmatamentos pelo seu proprietário, que tem o intuito de converter o local em mais

pastagens. O desmatamento florestal ocasiona perda da biodiversidade e afeta profundamente o potencial de resiliência²⁷ do ecossistema, pois a diversidade biológica atua no ambiente como reguladora dos ciclos ecológicos.

Por exemplo, a retirada da vegetação arbustiva e arbórea influencia diretamente no ciclo hidrológico, via perda de água por transpiração dos vegetais, além de afetar a fauna associada, uma vez que diversos animais dependem dos ambientes florestados para se alimentar e se reproduzir. E sendo associada, a fauna atua diretamente na polinização e dispersão de sementes da comunidade vegetal, na decomposição da matéria orgânica do solo e na absorção de nutrientes pelas plantas, assim como o nitrogênio é absorvido pela simbiose entre raízes e determinadas bactérias. O desequilíbrio ecológico causado pelo desmatamento pode também vir a acarretar a invasão de espécies dominantes (tanto da flora quanto da fauna), pois os organismos vivos participam do controle biológico natural. A Floresta por sua vez, forma, protege e conserva o solo; o que lhe garante as condições físicas e de fertilidade são os mecanismos de ciclagem de nutrientes ocorrentes nos ambientes florestados, essenciais para a manutenção da sua qualidade, assim como da qualidade da água.

No interior deste mesmo fragmento há também a retirada de cascalho num local denominado "cascalheira", atividade que há tempos atrás era mais ativa, assim como a retirada de madeira, mas que nos dias atuais ainda perdura.

Os impactos ambientais associados à implantação de eucalipto em larga escala são tantos que um longo capítulo poderia ser redigido a respeito. Tentarei aqui apontar brevemente os pontos principais. O sistema convencional de produção de madeira em florestas plantadas leva a redução de matéria orgânica no sistema, compactação dos solos (redução da porosidade) e consequente diminuição da infiltração de água no perfil, com a perda de sua umidade natural. Com a exposição dos solos durante o cultivo a radiação solar incide aquecendo a superfície e intensificando a evaporação da água. Sem proteção o solo está sujeito a erosões, principalmente durante as fases de preparo, período de crescimento de mudas e de corte raso (final de cada período de rotação). A erosão pode atuar sobre as camadas mais superficiais do solo (erosão laminar), onde se concentram os fenômenos biológicos mais importantes para a decomposição da matéria orgânica e para o desenvolvimento da vegetação. Quando o fluxo da torrente de água das chuvas é concentrado (o que tem a ver com o alto nível de precipitação, o relevo e o tipo de solo do local) facilmente formam-se sulcos, ravinas e voçorocas. Resulta no empobrecimento do solo, com a perda dos nutrientes que são lixiviados pela água das chuvas, sendo conduzidos para os rios e riachos, alterando por sua vez a qualidade, provocando o assoreamento das calhas e a eutrofização das águas. O uso de insumos químicos como agrotóxicos e fertilizantes (base desse modelo de

produção) devido à perda de fertilidade do solo e ao ataque por espécies dominantes, acarreta a contaminação das águas influenciando nas populações aquáticas. Os riscos de erosão e contaminação aumentam quando o plantio é realizado em áreas de preservação permanente, como a beira de cursos d'água, topos de morro e áreas declivosas (como ocorre na beira da lagoa Timiquim)



FIGURA 38: RETIRADA ILEGAL DE MADEIRA DA FLORESTA ESTACIONAL.



FIGURA 39: Desmatamento na borda da Floresta Estacional (Foto: Tiago Bucci)



FIGURA 40: ÁREA DE EXTRAÇÃO DE CASCALHO NO INTERIOR DA FLORESTA ESTACIONAL.

O sistema de manejo do eucalipto interfere ainda no desenvolvimento da regeneração natural devido ao corte do sub-bosque dos talhões. A espécie é exótica e competitiva (devido o seu

rápido crescimento e alelopatia¹⁰), e seu sistema de plantio em larga escala simplifica a biodiversidade com consequência em toda cadeia ecológica.



FIGURA 41 Sistema de emissários subaquáticos de lançamento de efluente da fábrica no rio Jequitinhonha. **Fonte:** EIA/RIMA Ampliação da Fábrica da Veracel.

Tratando de uma escala territorial mais ampla, os moradores da aldeia Patiburi identificaram impactos ambientais relativos à construção da usina hidrelétrica no município vizinho, de Itapebi. A usina foi construída a montante no rio Jequitinhonha e possui potência instalada para a geração de 450 MW de energia. Inaugurada em 2002, o reservatório alagou uma área de 62 Km². Os impactos associados à construção da barragem indicados pela comunidade indígena são diversos, entre eles destacam-se a poluição das águas, a redução na quantidade e na diversidade de peixes do rio e a alteração em sua vazão à jusante¹¹. Segundo o índio Sr. Lino, o movimento de cheia e de seca do rio era mais evidente antes da construção da barragem:

“dava cheia que chegava a afundar os carros e macaco pedia carona na árvore”.

¹⁰ Fenômeno natural de liberação de substâncias químicas pelas plantas no meio ambiente estimulando ou inibindo a germinação, o crescimento e o desenvolvimento de outras plantas.

¹¹ Dado um ponto num curso d'água, é todo ponto referencial ou seção de rio compreendido entre o observador e a foz do curso.

Proc. nº 1007/07
Fls. 380
Rúbrica Sara

Proc. nº 1007/07
Fls. 394
Rúbrica Sara

A barragem funciona armazenando a água em períodos de seca (o que limita ainda mais a quantidade de água a jusante) e permitindo o escoamento da água em períodos de cheia (o que amplia ainda mais a quantidade de água a jusante). Nesse movimento, quando a barragem abre para o escoamento da água há uma grande enxurrada rio abaixo, afetando diretamente a população aquática do Jequitinhonha. Segundo Lino:

"a barragem acaba com o peixe, na pancada da água morrem muitos cardumes de peixe que descem mortos".

Proc. nº 1007/07
Fls. 380
Rúbrica Sara

EM BRANCO

PARTE V- REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

O primeiro censo da população Tupinambá de Belmonte foi feito em 2008 pela Fundação Nacional de Saúde. Tais dados foram recolhidos com bastante rigor, num sistema de visitas domiciliares. Assim a FUNASA dispõe de dados demográficos da aldeia Patiburi tanto no ano de 2009 como também 2011.



PIRÂMIDE POPULACIONAL			
UF : BA			
DSEI : TODOS			
MUNICÍPIO : BELMONTE			
POLO BASE : TODOS			
ALDEIA : PATIBURI			
ETNIA : TODAS			
PERÍODO: (Dados referentes a 1º de julho de 2008)			
Faixa Etária	Masc	Fem	Total
75 +	0	0	0
70 a 74	1	1	2
65 a 69	0	0	0
60 a 64	6	2	8
55 a 59	1	1	2
50 a 54	4	1	5
45 a 49	0	0	0
40 a 44	1	2	3
35 a 39	1	3	4
30 a 34	1	1	2
25 a 29	2	3	5
20 a 24	2	1	3
15 a 19	6	1	7
10 a 14	4	7	11
05 a 09	11	10	21
00 a 04	9	6	15
Total	49	39	88

Proc. n° 1207/07
Is. 322
Rúbrica Rubrica

Proc. n° 1207/07
Fls. 322
Rúbrica Rubrica

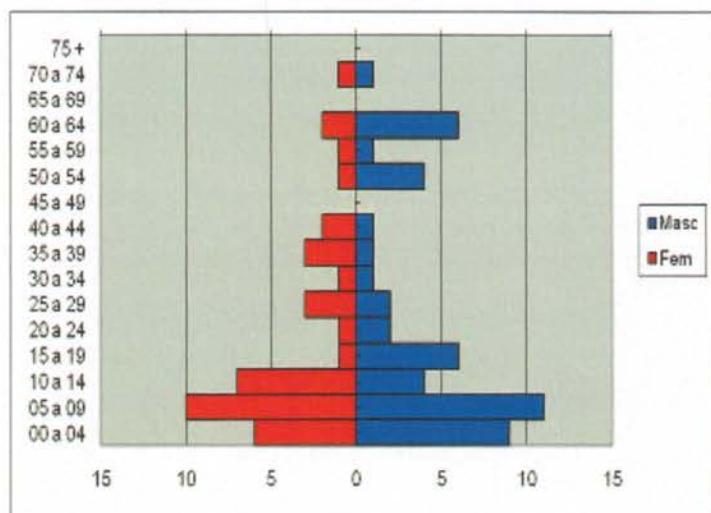


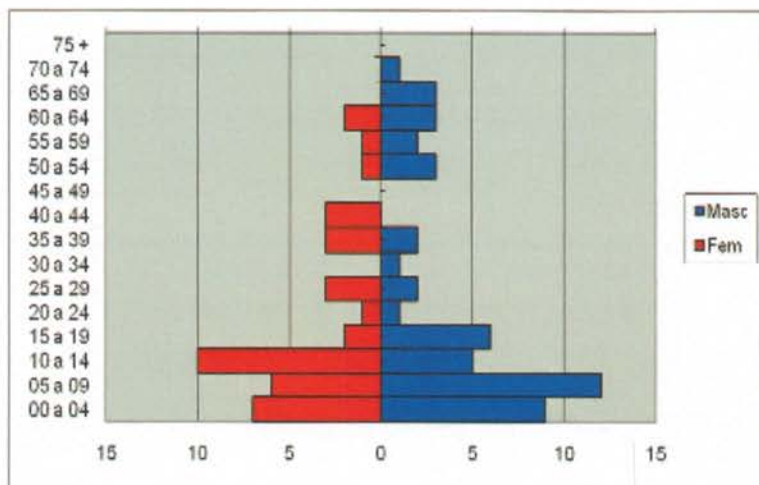
Figura 42: Pirâmide populacional do município de Belmonte de 2008.

ALDEIA : PATIBURI			
ETNIA : TODAS			
PERÍODO: (Dados referentes a 1º de julho de 2009)			
Faixa Etária	Masc	Fem	Total
75 +	0	0	0
70 a 74	1	0	1
65 a 69	3	0	3
60 a 64	3	2	5
55 a 59	2	1	3
50 a 54	3	1	4
45 a 49	0	0	0
40 a 44	0	3	3
35 a 39	2	3	5
30 a 34	1	0	1
25 a 29	2	3	5
20 a 24	1	1	2
15 a 19	6	2	8
10 a 14	5	10	15
05 a 09	12	6	18
00 a 04	9	7	16
Total	50	39	89

transcrito

Proc. n° 1207/07
 Fls. 383
 Rúbrica Rube

Proc. n° 1207/07
 Fls. 383
 Rúbrica Rube



PIRÂMIDE POPULACIONAL			
UF : BA			
DSEI : TODOS			
MUNICÍPIO : BELMONTE			
POLO BASE : TODOS			
ALDEIA : PATIBURI			
ETNIA : TODAS			
PERÍODO: (Dados referentes a 1º de julho de 2010)			
Faixa Etária	Masc	Fem	Total
75 +	0	0	0
70 a 74	1	0	1
65 a 69	4	0	4
60 a 64	2	2	4
55 a 59	3	1	4
50 a 54	2	1	3
45 a 49	0	0	0
40 a 44	1	3	4
35 a 39	1	3	4
30 a 34	1	1	2
25 a 29	2	2	4
20 a 24	1	1	2
15 a 19	6	4	10
10 a 14	8	9	17
05 a 09	12	9	21
00 a 04	6	3	9
Total	50	39	89

Manoel F.

Proc. nº 1207104
 Fls. 393
 Rúbrica G. Melo

Proc. nº 120710
 Fls. 384
 Rúbrica Paulo

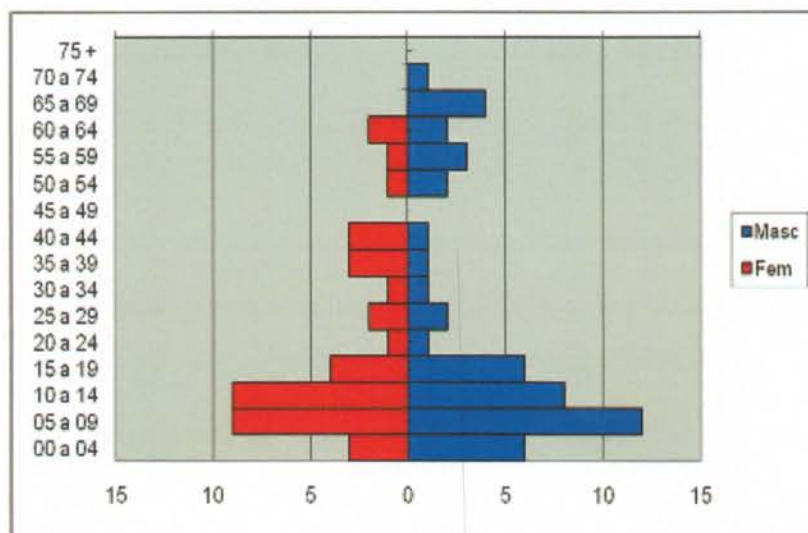


Figura 43: Pirâmide populacional do município de Belmonte e aldeia Patiburi de 2009

Comparando todos os dados, tanto os da FUNASA, quanto os dados da pesquisa do GT, nota-se um decréscimo populacional e um número cada vez mais reduzido de famílias. No ano de 2008, tendo como fonte os dados da FUNASA, tinham cerca de 88 pessoas residindo no local, sendo que 49 eram homens e 39 mulheres e 22 famílias. Já em 2009, foram cadastrados na Funasa cerca de 89 pessoas, sendo que 50 são homens e 39 mulheres e 24 famílias e 24 residências. Em 2010 esses dados permaneceram os mesmos. Já a pesquisa de campo e o censo populacional realizada pelo GT entre maio e junho de 2011 identificaram que atualmente ocorre um pequeno decréscimo populacional na comunidade Tupinambá de Belmonte, uma vez que apenas 20 famílias habitam no momento o local. A Aldeia Patiburi, possui hoje 65 membros, contando adultos (homens e mulheres), adolescentes e crianças. Esse fato é consequência do processo de retomada e da instabilidade que vivem os índios. O grupo iniciou o processo de reivindicação étnica e territorial no final de 2002 para 2003 quando ficaram acampados na localidade da Fazenda Timiquim. Em 2004 eles foram expulsos do local e tiveram suas casas e todas as roças destruídas. Nesse período, os índios ficaram acampados na Aldeia Tupinambá de Olivença até fazerem uma nova retomada do local apenas em 2005.

Quadro Populacional atual	
homens	25%
mulheres	24%
Adolescentes	20%
Crianças	31%

TABELA:16 Quadro populacional Aldeia Patiburi

Handwritten signature/initials

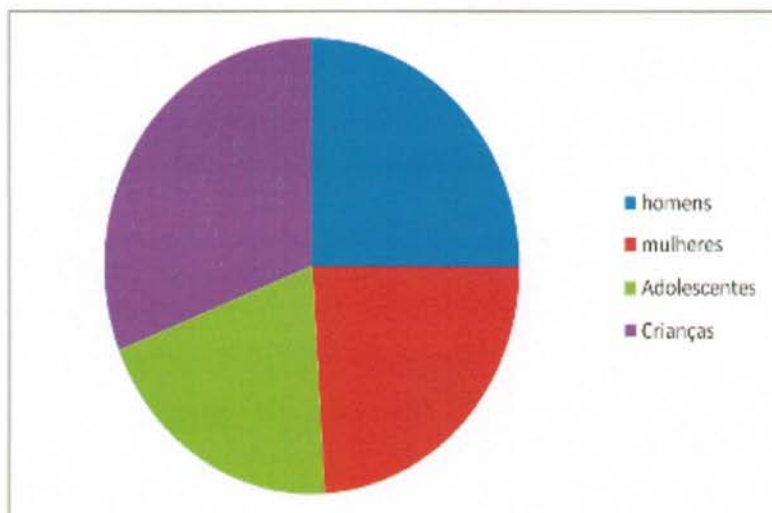


FIGURA 44: GRÁFICO POPULACIONAL ALDEIA PATIBURI

A faixa etária populacional da aldeia é bastante equilibrada, mas o número de crianças residentes é muito significativo.

Os Tupinambás apresentam o padrão de famílias nucleares, sendo que a residência é ocupada pelo casal e seus filhos solteiros, ocorrendo casos em que podemos ter algo como uma família extensa, em decorrência da alguma dificuldade. As atividades de subsistência são norteadas por esse desenho de família, embora os laços de parentesco possam ser, e são acionados, quando se precisa contar com mais força de trabalho do que aquela disponível. No entanto, por conta da situação bastante instável de ocupação, existem muitos adultos morando sozinho na expectativa da definição do processo de delimitação da TI para que possam trazer suas famílias que atualmente residem nas proximidades.

Por conta dessa incerteza quanto à regularização fundiária do território, os índios de Belmonte, por consequência, acabaram por ficar mais limitados em termos de área livre para habitar e viver com famílias extensas. A delimitação da terra indígena Tupinambá de Belmonte irá permitir certamente melhor equilíbrio e reprodução do modelo familiar no futuro e, nesse sentido, podendo acontecer também uma melhor redistribuição da população na área. O crescimento da população Tupinambá de Belmonte irá também resultar dos fenômenos de mobilidade de curta distância e reagrupamentos decorrentes da demarcação de uma terra indígena.

Os Tupinambá são, na sua grande maioria, católicos, no entanto, existem também um crescimento no número de evangélicos por conta da proximidade com o distrito de beco do Córrego que possui umas das igrejas evangélicas mais antigas da Bahia. No entanto, a prática do catolicismo e do protestantismo não implica no abandono das suas tradições indígenas. Ao

contrário, nessa região, temos a presença de elementos ressignificados da cultura indígena indígena, em especial, dos índios do Nordeste.

Os Tupinambás, por exemplo, atualmente afirmam elementos tradicionais como a dança do Poraci, cantos, lendas e crenças dos antigos, assim como também utilizam-se de utensílios de palhas, e outras formas de artesanato tradicional. Para dançar o Poraci todos os moradores vestem suas tangas de palha e cocares de pena, e se pintam com urucum, jenipapo, carvão e argila. (branca e vermelha). Para elaboração da tinta eles maceram as sementes de urucum e jenipapo, raspam as pedras de argila e carvão e misturam com água, aplicando no corpo com um graveto de pau. A argila branca, também chamada de barro branco, e a argila vermelha ocorrem naturalmente nas redondezas da aldeia Patiburi. As danças para os Tupinmabá de Belmonte são sagradas:

"A gente precisava dividir o tempo. Sentávamos na beira do fogo e resgatamos o Poraci, através de outras aldeias, mas diferente das outras aldeias, o nosso fogo fica sempre aceso, a nossa relação com o fogo é bem mais íntima. O fogo serve para tudo, cozinhar uma batata e dizer que a gente tá vivo"

Segundo a cacique todos os nascimentos dos mais antigos são relacionados com uma festa religiosa por causa da falta de documentos. O pai dela, por exemplo, não se lembra quando nasceu, mas sabe que foi na época do plantio do milho que é associado a São José. Todas as os espaços simbólicos são descritos por acontecimentos ou por Córregos. Segundo ela, toda aquela região tinha água à vontade, mas hoje só a Lagoa da Pedra, no brejo aberto, na Lagoa Timiquim e no braço do rio Jequitinhonha, o Camaçari. Segundo eles, o que os diferencia dos parentes Pataxó, é que eles não vivem do artesanato, e sim, do que a terra pode oferecer, na agricultura: "A terra é a vida da gente".

Além de fonte de abastecimento, o rio Jequitinhonha e as lagoas, em especial, a Timiquim, possui grande importância na manutenção das tradições rituais do povo indígena, uma vez que permeia no imaginário coletivo deste povo a história e memória de ocupação ancestral desses espaços. Sendo assim, a preservação deste ambiente favorece a manutenção destas tradições e, conseqüentemente, assegura a reprodução cultural do povo Tupinambá de Belmonte.

Dessa forma, o território mítico dos Tupinambá pode ser compreendido como uma integração entre o rio, com um olhar para as várias lagoas que permeiam a relação dos índios

com o espaço.

Temos assim alguns pontos que são significativos no contexto da reprodução física e cultural do povo Tupinambá, como:

- a) A importância de recursos hídricos na concepção de um limite para o território: entre as lagoas Timiquim, Lagoa da Pedra e Lagoa do Pego e também claro o Rio Jequitinhonha e o braço do rio, denominado de Camaçari, importantes tanto para pesca como para a navegação.
- b) A importância de recursos naturais dentro do território: o brejo, a mata e os rios.

O território de uso e de ocupação dos índios Tupinambá de Belmonte é constituído por espaços diferenciados no seu uso cotidiano:

- I) "a casa" (que neste sentido mais restrito diz respeito ao edifício normalmente feito de barro e telhado de zinco);
- II) O fogo (geralmente feito na capoeira aberta da aldeia)
- III) O quintal
- IV) A mata, em pecial a Mata da Camboa, onde está situado o antigo cemitério
- V) As roças – cada "casa" tem a sua própria roça. Há que chamar a atenção para a distinção entre "roça" e "horta" para a população local: enquanto que o primeiro termo descreve o cultivo de tubérculos como a mandioca, o *aipim* e o milho, o segundo descreve o cultivo de legumes, mais raramente cultivados pelos índios.
- VI) O Brejo

Em alguns pontos do território foram encontrados pelos próprios índios restos de potes, panelas e muringas de barro com casco de tatú que podem ter sido dos últimos moradores que habitaram o local a cerca de mais de cinquenta anos atrás e que foram expulsos pelos coronéis da época. Esses locais podem ser até representados como sítios arqueológicos depois de analisados o material coletado. No entanto, boa parte desse objetos encontra-se nas fazendas cercadas pelos atuais proprietários não-índios.

Como parte dessa memória daqueles seus parentes que ali viviam, os índios relatam a existência de um antigo cemitério onde os "caboclos" mais velhos estão enterrados. Esse cemitério fica do outro lado da lagoa Timiquim, na região conhecida por todos como "Mata da Camboa" e que hoje pertence a Empresa Veracel Celulose.



FIGURA 42: local onde ficava o antigo cemitério

O reconhecimento da totalidade destas áreas acima referidas, possibilitará aos Tupinambá de Belmonte, uma vida digna e sua reprodução física e cultural, conforme, seus usos, costumes e tradições que foram fragilizadas ao longo do tempo, principalmente pelo processo de expropriação de seu território.

PARTE VI- LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

Como já descrito nesse relatório, a terra indígena Tupinambá de Belmonte localiza-se no município de Belmonte, no distrito de Boca do Córrego, no estado da Bahia, no "Território de Identidade" do extremo sul e na bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha. Belmonte é um município brasileiro localizado na região Extremo Sul da Bahia, sendo a última cidade ao norte que pertence à Costa do Descobrimento, entre Canavieiras (ao norte) e Porto Seguro (ao sul).

O acesso à terra indígena ora delimitada é feito por estradas de rodagem partindo da BR 101, na entrada para o município de Itapebi em direção ao distrito de Boca do Córrego, no estado da Bahia. No território Tupinambá de Belmonte existem vários tipos de ocupações não indígenas, em especial, pequenos, médios e grandes imóveis.

A maioria dos ocupantes não-indígenas não aceitou responder ao laudo fundiário cadastral, em virtude da situação de conflitos entre índios e não-índios envolvendo a posse da terra na região.



FIGURA 44: Mapa do extremo sul da Bahia

Proc. nº 1207/07
Fls. 408
Rúbrica S. André

Proc. nº 1207/07
Fls. 390
Rúbrica F. M. M.



FIGURA 46: Município de Belmonte Bahia

EM BRANCO

FIGURA 1: MUNICÍPIO DE BELMONTE - LOCALIZAÇÃO REGIONAL

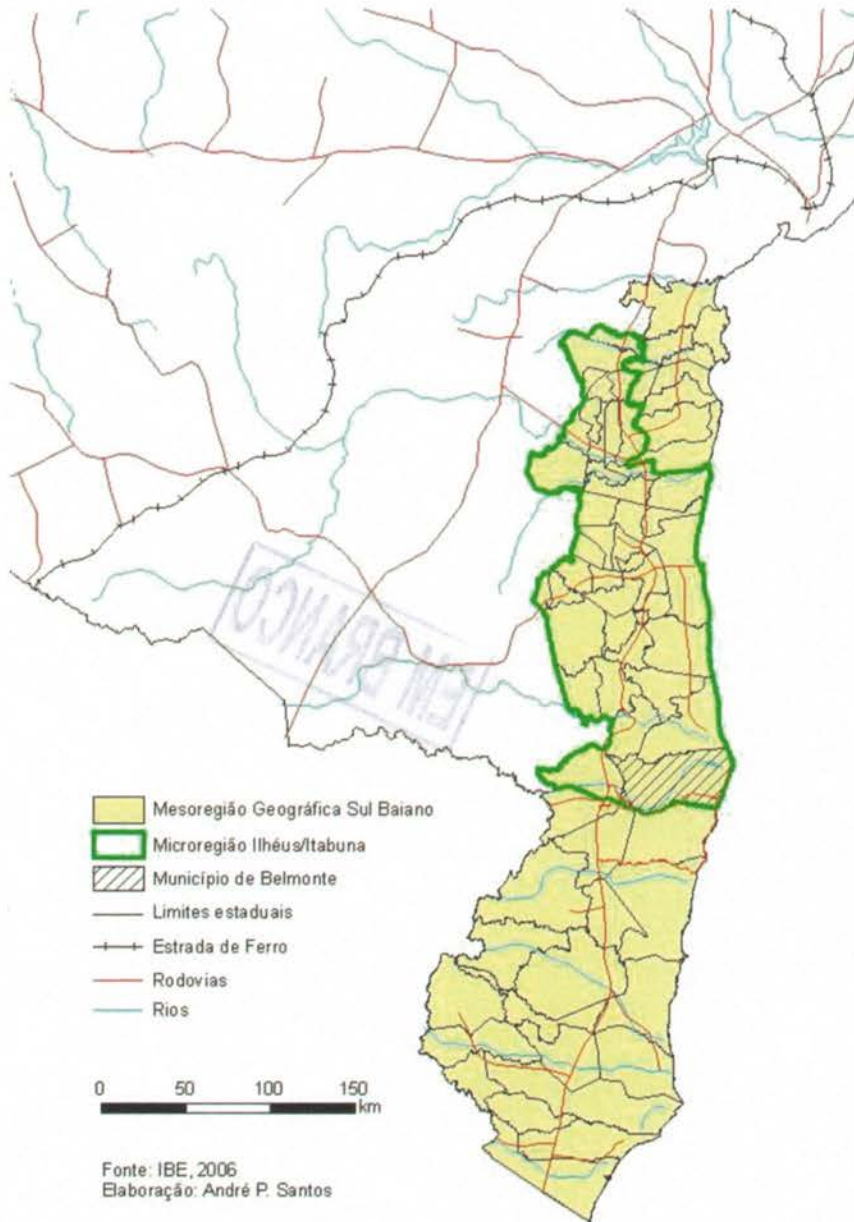


FIGURA 47: Município de Belmonte- Localização regional

A região do Extremo Sul da Bahia foi o berço do território nacional, uma das áreas mais antigas de ocupação e povoamento da Bahia e do Brasil. No entanto, foi apenas no século XX que o desenvolvimento socioeconômico e a expansão demográfica não-indígena assumiram características expressivas. Inicialmente, a colonização concentrou-se nas áreas da Planície e dos Tabuleiros Costeiros, atingindo o Planalto Pré-Litorâneo por meio da migração pelo vale do Jequitinhonha (AMORIM, 2007). O rio Jequitinhonha teve papel fundamental no avanço da fronteira colonizadora de Portugal no Brasil. Naquela época, o rio e seus afluentes serviram como importantes eixos de ocupação não-indígena, canais de circulação de mercadorias, principalmente de produtos florestais madeireiros e fonte hídrica para as atividades agropastoris. "A extração de madeira, iniciada nos primórdios da colonização portuguesa, intensifica-se e amplia suas possibilidades de comercialização, ainda no começo do século XX, com a construção da estrada de ferro Bahia-Minas (...). Na década de 1950 a produção madeireira, que se constituía numa atividade econômica destacada, contribuiu para a ação dos pecuaristas, os quais, muitas vezes, já encontravam as terras "limpas", isto é, desmatadas para a formação de pastagens." (SEI, 2002 apud AMORIM, 2007).

A história do estado da Bahia, em especial, do Extremo Sul e ainda mais da região do Vale do Jequitinhonha, é fortemente vinculada à história do cacau. Ele é o grande referencial histórico-cultural, social, econômico e ambiental da ocupação dessa região (LOBÃO, 2007).

Em 1746, a cacauicultura foi introduzida na Bahia, pelo colono francês Luiz Frederico Warneaux, que trouxe as sementes de árvore nativa da Amazônia, doando-as a Antônio Dias Ribeiro. Estas sementes foram plantadas pelo mesmo na Fazenda Cubículo, situada à margem direita do Rio Pardo, que na época pertencia à Capitânia de São Jorge dos Ilhéus, atualmente município de Canavieiras. A cultura do cacau, vocação e identidade da região se alastrariam pelas margens dos caminhos fluviais, subiria as encostas dos morros, invadiria as matas e gradativamente assumiria o lugar da cana-de-açúcar no século XIX. Com o plantio das árvores dos frutos de ouro, principia uma nova era: a civilização do cacau.

Contingentes de desbravadores de terra penetram pela inóspita e exuberante Mata Atlântica e abrem suas "roças" à sombra de jacarandás, vinháticos, cedros, pitiás, ipês, maçarandubas, paus-d'arco, jequitibás, sapucaias, sucupiras, gameleiras, caobis, louros, num sistema de plantio que ficaria conhecido com o nome de cabruca. Neste sistema adotado, durante muito tempo não houve a derruba total das árvores, mas um simples raleamento da mata, sob a qual o cacauzeiro foi implantado, em razão da necessidade de sombra para o seu desenvolvimento e produção, sendo assim em grande parte o responsável pela preservação de remanescentes de Mata Atlântica no sudeste da Bahia. A conquista das matas, todavia, não se daria de modo

[assinatura]

pacífico. Houve lutas violentas pela posse da terra, que resultaram na expropriação dos povos indígenas originários. No século XIX, os coronéis do cacau tomam o lugar que antes pertencera aos senhores de engenho.

No final do século XIX a lavoura cacaeira era a principal base da economia do estado (CAMPOS, 1981 apud LOBÃO, 2007) e o sistema "cabruca" era amplamente difundido. Praticado desde o século passado por índios e agricultores, ele observa a forma semelhante ao estado nativo dos pés de cacau crescendo na floresta.

No entanto, desde meados dos anos 1990, a maioria das fazendas de cacau da região encontra-se em mercado declínio. A fragilizada situação sócio-econômica do setor deve-se à queda acentuada da produção ocasionada pela doença comumente conhecida por vassoura de bruxa, causada por uma espécie de fungo (*Moniliophthora perniciosa*).

A partir da segunda metade do século XX, a região foi inserida na dinâmica econômica do Estado da Bahia, sofrendo grandes transformações na produção econômica e na divisão territorial municipal, tendo como consequência um crescimento demográfico e desmatamentos acelerados (AMORIM, 2007). A partir da década de 1970 esse processo de devastação se intensificou, sobretudo com o advento da BR-101, ligando a região sudeste com o nordeste brasileiro:

"Surgiu um novo ciclo madeireiro (...) em meados dos anos 1960 e início da década de 1970, contando com a participação de grandes e pequenos empresários provenientes, em sua maioria, do Estado do Espírito Santo. Tais grupos intensificaram, de maneira drástica, o processo de destruição da Mata Atlântica, que apesar de vir sendo explorada, desde os primórdios da colonização, ainda se encontrava relativamente preservada, no decênio de 1960, em função do próprio povoamento rarefeito e das técnicas rudimentares utilizadas pelos antigos madeireiros." (SEI 2002 apud AMORIM, 2007).

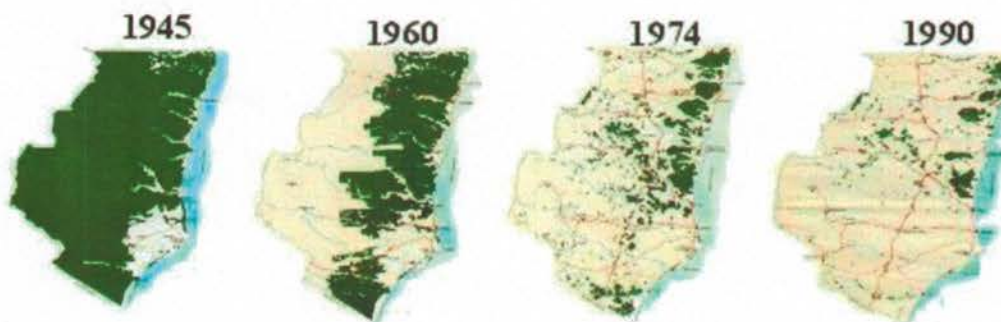
Os núcleos pioneiros situados ao longo da rodovia passaram por uma explosão demográfica, consolidando o processo de mudanças que resultou, nos anos 1980, na subdivisão territorial dos municípios da região. Houve um acentuado crescimento populacional, contribuindo para a formação de diversos centros urbanos, como Teixeira de Freitas, Itamaraju, Itabela e Eunápolis, devido, entre outros fatores, ao fomento dos programas governamentais relativos à atividade madeireira. Somado a esse processo de urbanização, a substituição de grandes fragmentos de Mata Atlântica por pastagens de baixa produtividade, plantações de café e fruticultura ocorreram de forma incisiva. Ainda hoje a região vem sofrendo com o desmatamento, influenciado principalmente pela expansão da monocultura do eucalipto, incêndios florestais criminosos e acidentais, extração ilegal de madeira e marginalização de agricultores familiares para áreas de mata (LOBÃO et al. 2009).

A instalação de maciços florestais no Extremo Sul orientou-se, inicialmente, para o atendimento a diversos fins. Porém, de meados dos anos 1980 (...) a criação de florestas de pinos e, sobretudo eucaliptos, para suprir as necessidades presentes e futuras das indústrias de papel e celulose que vieram a se implantar mais recentemente na região (a Bahia Sul e a Veracel Celulose, instaladas em Mucuri e Eunápolis, respectivamente)" (SEI 2002 apud AMORIM, 2007).

Segundo BOTTECCHIA et al. (2000), a atividade turística também foi um fator determinante de mudanças, principalmente nos núcleos urbanos localizados na faixa costeira, que tinham até aquele momento sua economia baseada na pequena comercialização de produtos agrícolas e nas atividades vinculadas ao extrativismo. Entretanto, Belmonte é uma das únicas cidades da Costa do Descobrimento onde a atividade turística não exerce influência significativa. Os ciclos de colonização e expansão econômica que se deram na região possuem relação com as alterações na paisagem florestal do Extremo Sul da Bahia, na medida em que causaram uma rápida degradação da vegetação nativa, a Mata Atlântica (**figura 9**).

Atualmente a Mata Atlântica encontra-se ameaçada pela redução e fragmentação de seus habitats. No Estado da Bahia, ocupava 36% de seu território, mas hoje restam menos de 6% de sua cobertura original. Sofreu um intenso processo de desmatamento de 1945 até meados da década de 90 e hoje se estima que restam apenas 4,5% de sua cobertura original. Esse processo resultou em prejuízos inestimáveis para o modo de vida e a territorialidade dos povos indígenas originários.

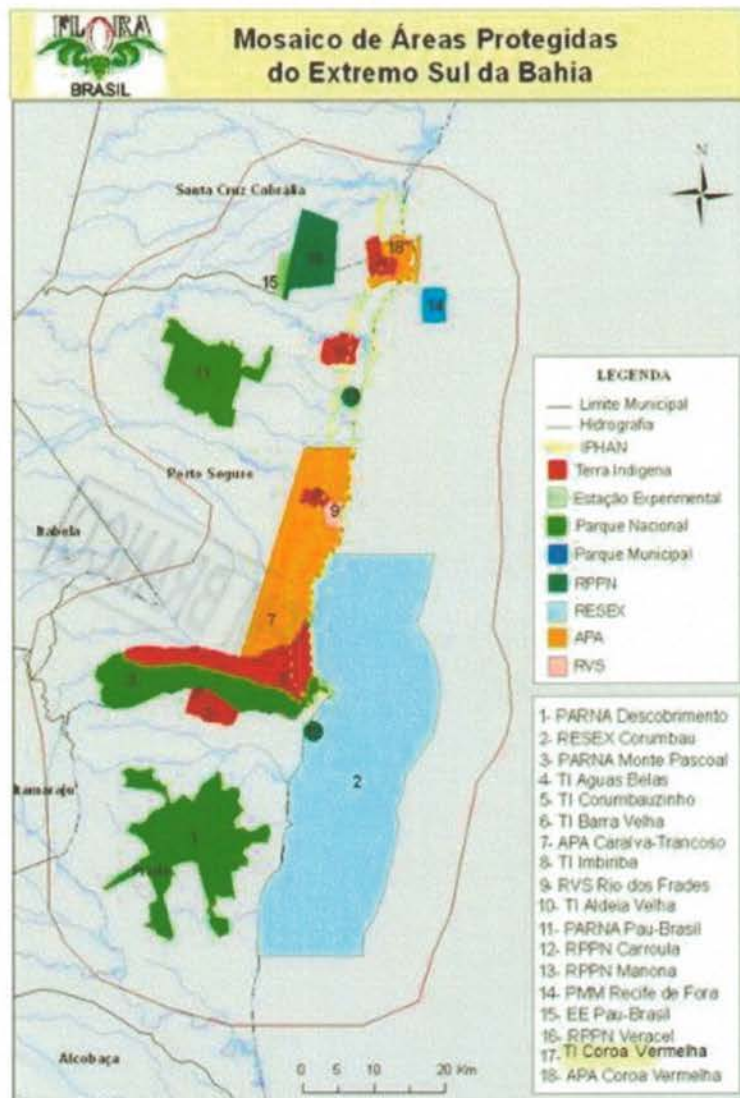
FIGURA 48: Evolução do Desmatamento na Região Sul da Bahia. Fonte: CEPLAC



No intuito de ordenar o processo de crescimento e desenvolvimento, assegurar o direito de uso e manejo sustentável dos recursos naturais por populações tradicionais e preservar os remanescentes de Mata Atlântica da região, o IBAMA instituiu um conjunto de áreas protegidas que integram o Mosaico de Áreas Protegidas no Extremo Sul da Bahia como: os

Parques Nacionais do Monte Pascoal, Descobrimento e Pau Brasil; as Áreas de Proteção Ambiental Caraíva/Trancoso e Coroa Vermelha; a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, dentre outras Unidades de Conservação estaduais e municipais.

Proc. nº 1207/07
Fls. 395
Rúbrica Silva



Proc. nº 1207/07
Fls. 395
Rúbrica Silva

FIGURA 49: MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA. Fonte: Associação Flora Brasil

No município de Belmonte situam-se duas unidades de conservação: a Área de Proteção Ambiental de Santo Antonio, com 23.000ha, criada em 1994 sob administração estadual; e a Reserva Extrativista de Canavieiras, com 100.645,85ha, criada em 2006 sob administração federal (SIDE, 2010).

Antes da vassoura de bruxa, o produto agrícola que mais se destacava era o cacau, representando 80% da economia do município no século XX. Ainda hoje o cacau é uma importante fonte de renda, representando, porém, apenas 17% da economia do município.

Manoel

Em seguida vem o coco da Bahia e a piaçaba (BELMONTE, 2010). Também compõem as lavouras locais a banana, o café, a laranja, a macaxeira, o dendê, o mamão, o maracujá, a pimenta do reino, o abacaxi, a cana-de-açúcar, a melancia, o feijão e o milho (IBGE, 2009).

A região do Extremo Sul apresenta uma distribuição dos imóveis nas categorias de minifúndios e pequenos imóveis. Os minifúndios correspondem a 35,4% dos imóveis e as pequenas propriedades, 35,8%. Entretanto, os minifúndios ocupam 3,9% das áreas e as pequenas propriedades ocupam 16,3%. As médias propriedades respondem por 19% dos imóveis e ocupam 32,9% das áreas, enquanto as grandes propriedades que, em número de imóveis respondem por 7,2%, ocupam a maior proporção das áreas (46,2%).

Em Belmonte, ocorreu um aumento no índice de concentração fundiária no período de 1996 a 2006, sendo considerado "muito forte" o nível de concentração em 2006. Estima-se que haja 1.148 estabelecimentos rurais hoje em Belmonte (IBGE, 2006), totalizando uma área de 71.695ha. Existem também 17 assentamentos rurais, no entanto sem titulação definitiva, totalizando uma área de 529 ha, e três projetos de assentamentos de reforma agrária: Piaçava, com 3.035 ha e capacidade para 106 famílias; São Francisco de Assis do Jequitinhonha, com 382 ha e capacidade para 25 famílias; e Tuiuty com 510 ha e capacidade pra 20 famílias (SIDE, 2010).

Do total da área dos estabelecimentos rurais de Belmonte, 21.014 ha estão destinados a lavouras permanentes, 583 ha correspondem a lavouras temporárias, 12.880 ha a pastagens, 166 ha a sistemas agroflorestais, 5.324 ha representam áreas degradadas e 25.257 ha são destinados a matas e florestas naturais de preservação permanente ou reserva legal (SIDE, 2010).

Do ponto de vista da espacialização da produção, percebe-se que os municípios da região do Extremo Sul apresentam uma agricultura bastante diversificada. A cultura que gerou o maior valor de produção, em 2008, nessa região, foi a de mandioca, no município de Eunápolis, alcançando a cifra de R\$ 6,9 milhões.

A mandioca é também bastante representativa nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte. Em Porto Seguro houve uma redução da área colhida, passando de 1.200 hectares em 2002 para 985 em 2008. Em Santa Cruz Cabrália, no mesmo período, houve aumento da área, de 1.100 para 1.220 hectares, com aumento na produção de 13.000 para 14.640 toneladas. O município de Belmonte registrou uma pequena expansão da área colhida (4,4%), alcançando uma produção de 6.816 toneladas em 2008. Vale ressaltar que em todos esses municípios a produtividade era igual (12.000 quilogramas/hectare) e se manteve estável entre 2002 e 2008. (Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 2002, 2008). A

Manoel

silvicultura produziu, no ano de 2009, 486.474 m³ de toras para papel e celulose e uma renda de 13.500 mil reais (IBGE, 2010).

Desde o ano 2000, vem ocorrendo uma expansão do setor de celulose no município, bem como em todo o sul do Estado da Bahia (NASCIMENTO, 2007). Em Belmonte, a silvicultura veio ocupar terras de capoeira e de pastagens, após a exaustão de seus recursos madeireiros. Em 2005, foram registrados 18.600 ha de áreas destinadas à silvicultura, o que representa 9,25% do território do município(idem).

Com a instalação da fábrica de Celulose da Veracel, entre os municípios de Eunápolis e Belmonte, em 2005, a expansão do eucalipto continua a incorporar novas áreas ao processo produtivo.

As atividades pecuárias e a pesca também geram renda ao município. A pecuária tem seus rebanhos compostos por 47.682 cabeças de bovinos, 262 cabeças de bubalinos, 1.621 cabeças de eqüinos, 204 cabeças de asininos, 857 cabeças de muares, 273 cabeças de caprinos, 1.470 cabeças de ovinos, 1.042 cabeças de suínos e 11750 aves (IBGE, 2006). São produzidos 1.286 litros de leite em Belmonte, que geram uma renda de 544 mil reais por ano. Da mesma forma são produzidas mil dúzias de ovos que geram uma renda de 4 mil reais por ano (IBGE, 2006).

A atividade pesqueira, por causa da proximidade com o mar e dos mangues, é favorecida em Canavieiras, Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Muitas famílias têm nessa atividade o seu principal meio de sobrevivência. De um modo geral, a pesca ainda é feita pela forma artesanal.

Proc. n° ~~3~~
Fls. ~~3~~
Rúbrica ~~Paula~~

Proc. n° ~~1207/07~~
Fls. ~~397~~
Rúbrica ~~Paula~~

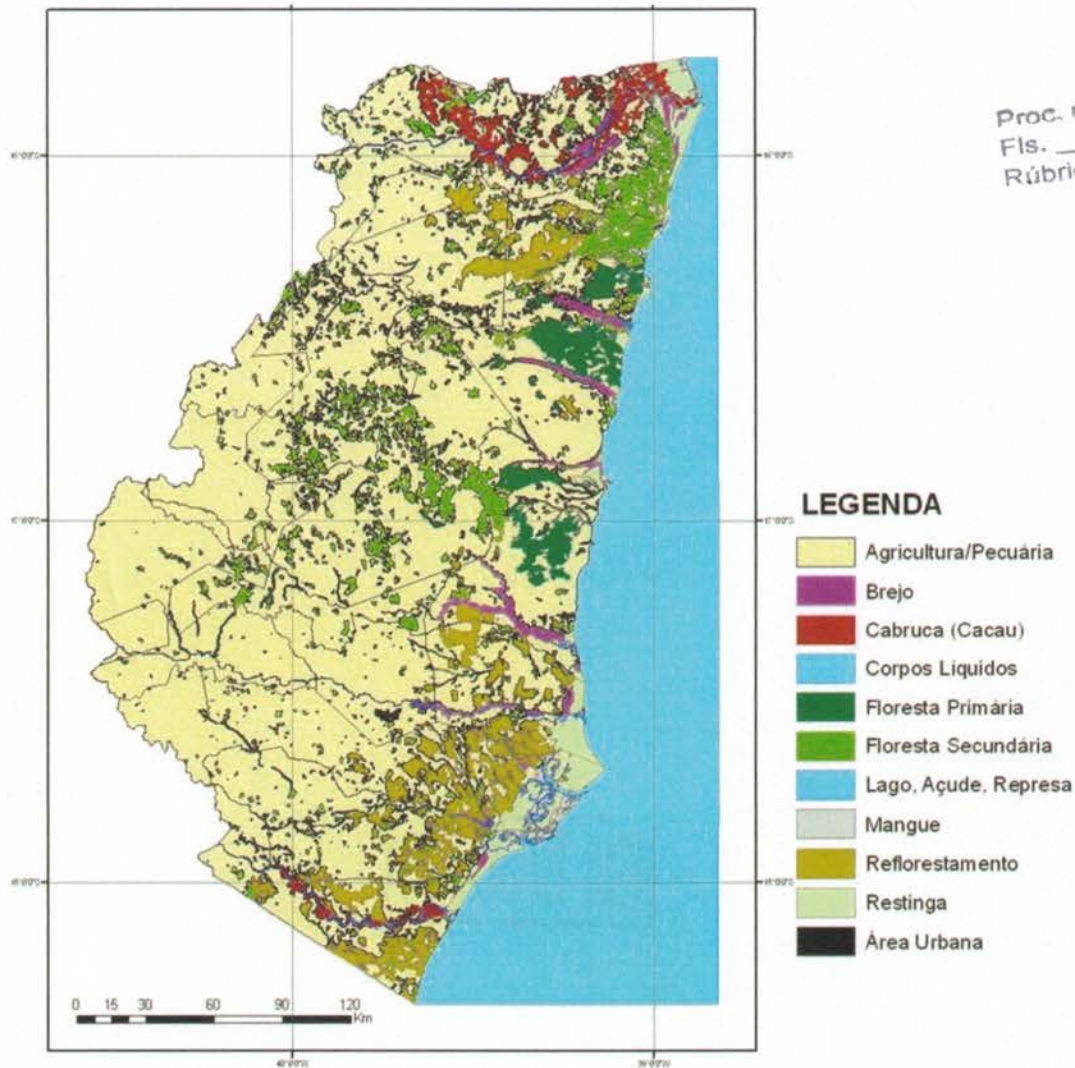


FIGURA 50: Mapa de Uso da Terra do Extremo Sul da Bahia. Adaptado: SEI, 2004

O comércio e a indústria são atualmente o maior responsável pela geração de empregos, e passaram a ser a principal fonte de renda local (BELMONTE, 2010).

No entanto, Dados atuais do IBGE (2009) apontam que mais da metade da população de Belmonte (53,07%) encontram-se dentro da linha da pobreza. A população é majoritariamente jovem, com pequena parcela da população idosa, e número de homens e mulheres praticamente igual. A maior parte da população (cerca de 10.000 pessoas) reside na zona urbana (CNM, 2000). Tratando-se do município de Belmonte, a população rural sofreu redução de 1.984 habitantes ao passar de 11.210 residentes camponeses em 1991 para 9.226 no ano 2000, por intermédio de uma taxa média anual de -2,14. Vale ressaltar que a magnitude da contração da população rural de Belmonte foi bastante influenciada pelo distrito de Boca do Córrego, cujo contingente populacional rural diminuiu em 1.431 pessoas, ao passar de 4.245 para 2.814 habitantes entre 1991 e 2000.

A proporção de pessoal ocupado em atividades da agricultura familiar no município de Belmonte de 43,9%. Diante deste contexto, de um total de 2.765 trabalhadores ocupados, um contingente de 1.214 desempenhavam suas atividades laborais em estabelecimentos familiares.

Com o desenvolvimento da cultura do cacau na região Sul da Bahia, no século XIX, deu-se início a um progresso advindo dessas lavouras, que acabaram por formar uma nova burguesia baiana, que em um curto período de tempo acumulou grandes fortunas. Para Freitas (1979), à medida que ocorria uma ampliação das lavouras cacaueiras ocorria um jogo de múltiplos interesses, permitindo que apenas essa nova elite detivesse os lucros provenientes da lavoura cacaueira. A partir da formação dessa nova burguesia, surge o fenômeno sociológico do coronelismo, tendo na figura do coronel o *status* e o poder de mando baseado no prestígio pessoal e familiar.

O surgimento dessa nova elite ocorre em meio a um contexto marcado por um período de crises e instabilidades entre forças tradicionais e novas forças decorrentes das tensões sociais e econômicas advindas também da abolição da escravatura. Contudo, diferentemente dos engenhos, as plantações de cacau utilizavam a mão de obra escrava em escala mínima, não sendo o trabalho escravo a única forma de mão de obra utilizada durante a fase de implantação do plantio comercial do cacau, como aborda Mahony (2005) 1. Com isso, o impacto da abolição na lavoura cacaueira se deu de forma mínima na região, como pondera Adonias Filho (1978);

Com ascendência econômica devido à lavoura cacaueira, juntamente com o status de coronel, surgem as disputas pelo domínio político e econômico do município de Ilhéus, acabando por dividi-lo em grupos antagônicos de cunho familiar.

Desde o início da década de 1990, uma forte tendência à homogeneização da paisagem vem ocorrendo no extremo sul da Bahia, com intensidade similar ao início da expansão da lavoura cacaueira. Trata-se da expansão das áreas de cultivo do eucalipto para a produção de celulose. Três grandes empresas são as responsáveis por este processo: A Bahiasul (pertencente à Suzano), a Aracruz e a Veracel. As duas primeiras com área de atuação nos municípios de Prado, Itamarajú, Teixeira de Freitas, Mucuri, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa, e a última em Belmonte e municípios vizinhos. A Veracel começou a atuar na Bahia ainda no início da década de 1990. Segundo informações colhidas na página da empresa, na internet, em 1991 deu-se início às atividades da Veracruz Florestal Ltda., tendo como subsidiária da Odebrecht, e, em 1992 os plantios foram iniciados. Em 1997, a Odebrecht associa-se à empresa sueca Stora, mudando no ano seguinte a razão social para a denominação atual; em 1999, a Stora funde-se à finlandesa Enso formando a Stora Enso. Em 2000 um novo acordo de acionistas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Diretoria de Proteção Territorial
Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
SEPS Quadra 702 Sul - Bloco A - Edifício Lex - 3º Andar
Brasília/DF - 70390-025 Tel) 3313-3721

Proc. nº 1297/07
Fls. 400
Rúbrica Joelma

Proc. nº 1297/07
Fls. 400
Rúbrica Joelma

Memorando nº 393/CGID/2013

Brasília, 04 de abril de 2013.

Ao: Setor de Protocolo – SEPRO

Assunto: Procedimento de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Belmonte (BA)

Ref.: Processo nº 08620.001207/2007-91

1. Tendo em vista a legislação específica sobre as quantidades máximas de folhas por volume, estamos encaminhando 2º volume do processo em referência e, em anexo, documentação em ordem cronológica, para formação de novo volume.

Atenciosamente,

Joelma Cardoso
Joelma Cardoso de Macêdo
Chefe de Serviço
CGID/DPT

ACGID,
Restituo o processo em
referência com 2 vol, informando
que não foi encaminhado
a este SEPRO a documentação
para abertura do 3º volume (3º).
588 04/04/13

Silvana de Oliveira Silva
Silvana de Oliveira Silva
Chefe de Serviço
SEPRO



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Proc. nº:

~~1207/07~~

Fls:

~~401~~

Rubrica:

~~[assinatura]~~

Ao(s) 04 dia(s) do mês de Abril de 2013, procede o encerramento deste volume, nº do Processo 08620.001207/2007-91, contendo 401 folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 3.

Para constar, eu FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO, sobrescrevo e assino.

Proc. nº

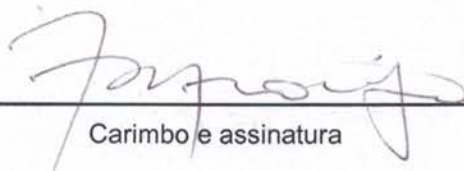
1207/07

Fls.

401

Rúbrica

falme



Carimbo e assinatura

EM BRANCO



Ministério da Justiça

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS/PROCESSOS MJDOC

FUNAI/SEPRO - Serviço de Expedição e Protocolo

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Proc. nº: 1207/07

Fls: 402

Rubrica:

Ao(s) 04 dia(s) do mês de Abril de 2013, procede a abertura deste volume, de nº 08620.001207/2007-91, que se inicia com a folha nº 402.

Para constar, eu FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO, sobrecrevo e assino.

Carimbo e assinatura

Data: 04/04/2013

Hora: 15:46

Emitido por: FABIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO

FUNAI/SEPRO

Ministério da Justiça

Página 1 de 1

marca o ingresso da Aracruz no empreendimento, com 50% das ações. Em 2003, a Odebrecht vende o restante de sua participação aos outros sócios da Empresa. Em 2004, deu-se início à construção da fábrica para o processamento da celulose. A licença de implantação florestal da Veracel foi obtida inicialmente em 1996 (Resolução CEPRAM 1.239 com validade até 19/07/01) e revalidada em 2001, pela Portaria CRA 449/2001 por mais cinco anos, ou seja, até 2006.

A empresa FASE (2005) afirma que a Veracruz Florestal foi responsável, conforme testemunhas das entidades ambientais locais, pelo desmatamento de milhares de hectares de mata atlântica em 1993. Na época, as denúncias de desmatamento foram comprovadas e a empresa teve seu funcionamento embargado pelas autoridades por um período de dois anos. Para a FASE (2005), a mudança de razão social foi uma estratégia utilizada para reiniciar suas atividades, depois da repercussão negativa do desmatamento. A empresa tem enfrentado críticas de diversos movimentos sociais, entre eles o MST e indígenas. Segundo o Conselho Indigenista Missionário – CIMI – (2005), comunidades indígenas do extremo sul da Bahia protestam contra a produção de eucalipto em suas terras tradicionais e em regiões próximas a elas, devido aos impactos sociais e ambientais nocivos de suas atividades.

FIGURA 10: REGIÃO EXTREMO SUL DA BAHIA



Fonte: Relação de municípios da região extremo sul - SEI, 2006; Áreas de eucalipto - extraídas de imagens CBERS II, 2006.
 Elaboração: André P. Santos.

FIGURA 51: Mapa da região do extremo sul da Bahia

O distrito de Boca do Córrego está localizado na margem esquerda do rio Jequitinhonha, no município de Belmonte e possui cerca de 900 habitantes.

A inexistência de documentos ou títulos que atestem a posse da terra fez com que grupos diferentes fossem motivados a tomarem para si, em momentos diferentes, a terra, que até a década de 1980 ainda não havia sido objeto de qualquer política de ordenamento territorial. O primeiro desses grupos, representado por alguns poucos coronéis, grandes proprietários rurais, apropriou-se de grandes extensões de terras, criando pastagens e fazendo a floresta sucumbir. Na década de 90, mesmo com o surgimento de grandes fazendas, muita terra ainda continuava sendo considerada “terra de ninguém”.

Foi esse modelo coronelista que expulsou diversos povos indígenas das terras tradicionalmente ocupadas. Em todos os relatos dos Tupinambá mais antigos, a memória da figura do coronel que expulsa os habitantes originários é recorrente. Na **Fazenda Timiquim**, a estória se desenrola a partir da figura de um coronel chamado Antenógenes Pompa, que consta na cadeia dominial dos títulos de imóveis obtidos em cartório pelo GT. Atualmente a proprietária é a Sra Denise Danemann e a propriedade tem 66,5 ha. Segundo relatos dos indígenas, esse coronel era um dos mais temidos da região e responsável pela expulsão da maioria dos índios que ocupavam aquele território. Outro coronel, bastante influente na região, é o proprietário da **Fazenda Três Lagoas**, que incide na TI Tupinambá de Belmonte, o Sr. Alberto Ceolin. Os índios relatam vários episódios de perseguição desse coronel, tido como um dos mais violentos dessa região, o que foi confirmado em diversas outras entrevistas feitas com moradores de Boca do Córrego e também na sede do município de Belmonte. No processo que consta na Vara Cível da Comarca de Belmonte, os imóveis rurais denominados **Fazenda São José do Triunfo**, com área atual de 1612 ha, e a **Fazenda São José do Triunfo I**, com área atual de 1266 ha, e também a **Fazenda Eldorado**, com área de 193 ha, são contíguos e compostos de florestas, pastagens e cacau e pertencem à Empresa Rural Fazenda Três Lagoas Ltda. No entanto, essas áreas atualmente se encontram em grande parte aradas; além disso, a derrubada e extração de madeira nas matas é fato consumado. Além disso, consta a propriedade do Sr. Carl Dieter, de 360 ha, cujo nome ainda é Coroa da Palha. Esta propriedade foi formada em 1979 pela fusão dos imóveis Coroa da Palha, Vista Alegre e Jaguaquara, situados à margem esquerda do rio Jequitinhonha, no distrito de Boca do Córrego. Teve como primeira proprietária a Sr^a Maria Helena Barben Reuter e foi adquirida em sociedade com sua irmã, Sr^a Abiah Elizabeth Reuter. O espólio foi posteriormente transmitido para o Sr. Carl Dieter Cristian Barben, após o falecimento da sua antiga proprietária. No ano de 1983, metade dessa propriedade foi hipoteca para pagamento de dívidas à Cooperativa Central do Cacau Ltda, com sede em Ilhéus. Em 1994, o Sr. Carl Dieter fez a doação da propriedade para sua

filha, na época a menor Laisa Rebeca de Souza Barben, e em 1995 também vendeu metade da propriedade da Fazenda Coroa da Palha, cerca de 135 ha, aos Srs. Lucio Caires Pinto e Anderson Figueiredo Pinto. Manoel Protázio, um dos últimos "coronéis" que expulsou os índios daquela região, foi proprietário da atual **Fazenda 19 de Junho**. Segundo os moradores da região, ele também foi responsável por trazer de Minas Gerais o primeiro alambique que existiu no local, com prejuízos diversos aos indígenas. Consta no ofício do registro de imóveis que o imóvel rural, situado à margem esquerda do rio Jequitinhonha, distrito de Boca do Córrego, constituído de área total de 1152 ha de terras, contendo plantações de cacauzeiros, matas, pastarias, capoeiras e benfeitorias, tendo como proprietária a empresa **Natal Agropecuária S/A**, foi adquirido por constituição de sociedade anônima com incorporação de bens imóveis ao seu patrimônio; no ano de 1989, 20% da propriedade foi destinada para Reserva Legal junto ao Ibama. Em 2006, a empresa, tendo como representante o seu diretor-presidente, Thamyres de Santa Izabel Protázio, vendeu uma área para a empresa Veracel Celulose. Outra porção de terra de ocupação tradicional dos Tupinambá de Belmonte é denominada "**Córrego Grande**", situada à margem esquerda do rio Jequitinhonha e constituída de 44 ha. Essa propriedade pertenceu ao Sr. Francisco Pedro Rezende, que a adquiriu por herança no inventário de D^a Herundina Mendes Rezende. Depois de sucessivos herdeiros ausentes, na última matrícula consta que hoje a Fazenda pertence ao Sr. Omar Rezende Ramos, residente e domiciliado em Salvador. Essa massa de informações sobre a ocupação não-indígena na TI Tupinambá de Belmonte está sintetizada no quadro abaixo, sem prejuízo de outros eventuais interessados em oferecer contestação ao presente procedimento administrativo. Não foi possível refinar ainda mais o censo devido à recusa de alguns ocupantes a receberem os profissionais do GT, em meio a um contexto local de graves conflitos fundiários.

Por fim, registre-se que a avaliação detalhada das benfeitorias existentes nas ocupações não-indígenas será realizada após a expedição da Portaria Declaratória da Terra Indígena Tupinambá de Belmonte, a cargo do Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Proc. nº 6207/07
Fls. 402
Rúbrica 6207/07

Proc. nº 6207/07
Fls. 402
Rúbrica 6207/07

QUADRO DE OCUPANTES NÃO INDÍGENAS NA TI TUPINAMBÁ DE BELMONTE

Nº	NOME DO OCUPANTE	NOME DO IMÓVEL	ÁREA APROXIMADA	RESIDE NO IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO APROXIMADA
01	Maria Denise Viana Danemann	Fazenda Timiquim	66,5 ha	Não	15°56'2,84" 39°09'74,6"
02	Empresa Três Lagoas Ltda (Alberto Ceolin Filho)	Fazenda São José do Triunfo Fazenda São José do Triunfo I Fazenda Eldorado	1612 ha 1266 há 193 ha	Não	15°53'31,4" 39°09'86,7"
03	Carl Dieter Cristian Barben	Fazenda Coroa da Palha	360 ha	Não	15°56'55,6" 39°08'60,4"
04	Natal Agropecuária S/A Veracel Celulose	Fazenda 19 de Junho	1152 ha	Não	15°54'97,3" 39°11'18,2"
05	Sr. Omar Rezende Ramos	Córrego Grande	44,6 ha	Sim	-
06	Neném	-	-	Sim	15°56'83,5' 39°09'72,9"

Manoel

07	Sr. Omar Rezende Ramos	Córrego Grande	44,6 ha	Sim	Belmonte	Margem esquerda do Rio Jequitinhonha
08	Neném	-	-	Sim	Belmonte	15°56'83,5" 39°09'72,9"
09	Izaldino Altoé	Fazenda Amaralina	217 ha	-	Belmonte	15°56'14,7" 39°09'19,1"
10	Veracel	Fazenda Algrete	-	Não	Belmonte	Margem esquerda do Rio Jequitinhonha

EM BRANCO

PARTE VII: CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A partir do que já foi referido por todo o relatório, a colonização portuguesa no Brasil, desestruturou de forma intensa o modo de vida dos povos indígenas, em especial, as etnias que habitavam o litoral do Nordeste onde o contato se deu de forma muito mais violenta. A principal consequência dessa forma de exploração tanto dos recursos naturais, como também da mão-de-obra indígena, desmontou famílias e grupos inteiros, espalhando-os por diferentes regiões. Os que conseguiram escapar de incursões colonizadoras precisaram tomar outras medidas para sobreviver. Sendo assim, podemos afirmar que essa comunidade indígena formada por cerca de 30 famílias está em contato permanente, com a sociedade regional/nacional.

A proposta de delimitação do território indígena tupinambá de Belmonte tem uma superfície aproximada de 9.521 ha e perímetro aproximado de 50 km, o qual apresenta em suas diferentes composições áreas de biomas diversos e imprescindíveis para a manutenção e integridade física e cultural do povo Tupinambá.

Para que uma terra seja considerada tradicionalmente ocupada por índios devem ser considerados os seguintes critérios, como estabelece os itens do artigo 231:

- sejam por eles habitadas em caráter permanente;
- utilizadas para suas atividades produtivas;
- imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar;
- necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

No caso, o território Tupinambá estudado apresenta todos os critérios descritos no artigo 231, sendo que:

- ao longo dos séculos o grupo étnico em questão ocupou toda área pleiteada e só não permaneceram em algumas localidades pela pressão gerada pelos interesses econômicos, como podemos verificar ao longo do histórico apresentado no texto deste relatório;
- Todos os pontos apresentados como reivindicações foram ou ainda o são utilizado nas atividades produtivas, seja na coleta, na pesca, na produção de artesanato, ou ainda nas práticas agrícolas.

A identificação dos locais imprescindíveis é reprodução física e cultural dos Tupinambá de Belmonte com relevância simbólica para os índios (a nível cosmológico e ritual), arqueológico e sócio-cultural reporta-nos para diversos níveis de análise:

1) A abrangência de *todo o território* pela memória de vivências no passado e vivências atuais. Tal memória e vivência são assinaladas pelos Tupinambás, como havíamos mencionado em capítulo anterior, com pés de fruta e também com esteios de casas e farinheiras que atravessam todo o território identificado como terra indígena;

2) As áreas de mata e de brejo, além das lagoas e da passagem para o rio Jequitinhonha, como 'território nativo' e como pontos de referência para a subsistência física e a reprodução cultural dos Tupinambá habitantes em qualquer uma das áreas do território;

3) locais que ganham significado como **representação simbólica da luta** e resistência dos índios a formas de subjugação histórica e simultaneamente como local arqueológico identificadas geograficamente como a mata da Camboa onde localiza-se o antigo cemitério indígena.

4) A atual Fazenda Timiquim ou aldeia Patiburi como eixo territorial imprescindível à reprodução física e cultural dos Tupinambá de Belmonte e à viabilidade da demarcação da terra indígena.

de que, a população só saiu da área por falta de condições de reprodução física e cultural, poderá voltar para a área quando esta estiver regulamentada e demarcada.

Como foi ficando claro ao longo da nossa descrição do modo de vida, organização social e habitação permanente dos Tupinambás de Belmonte, o modo mais abrangente de se definir os sentidos de território para os índios é através de um conceito de *território vivido* que é *delineado pelas unidades de habitação antigas* que ora estão mais agregadas e ora um pouco mais distantes. É nesse sentido que os pés de frutas, os esteios de casas antigas, as antigas farinheiras sustentam a memória das reminiscências de um espaço habitado. Estaremos neste sentido a conceituar o território a partir de um espaço vivido próximo de uma noção fenomenológica: 'estar-no-espaço' (Cf. Casey 1996: 15).

Assim sendo, o território dos Tupinambás de Belmonte tanto se constitui na rememoração da vida passada como também a vida recentemente abandonada. O território será, neste sentido, uma forma de estar-no-espaço ligado à temporalidade da vida cotidiana, que constantemente

se refaz num processo onde a regeneração da vida está intimamente ligada também à regeneração e preservação da mata e dos brejos.

Para efeito comparativo e no intuito de melhor contextualizarmos e compreendermos este sentido do território e a sua inserção no conhecimento sobre as sociedades ameríndias da América do Sul é a descrição do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro sobre a geografia espacial dos Tupi *Araweté*. Viveiros de Castro mostra que estes índios não atribuem a nenhum ponto específico de uma geografia espacial um poder simbólico equiparável nem à geometria Jê, nem ao que é originado nos santuários religiosos: "Não existem, seja no território atual, seja na lembrança dos mais velhos, sítios ou acidentes geográficos individualizados e dotados de valor mítico." (Viveiros de Castro 1986: 173).

Mais uma vez é um sentido do território a partir das áreas de cultivo (no caso dos Araweté do milho, no caso dos Tupinambás de Belmonte das antigas roças e dos pés de fruta) e de experiências vividas que melhor se aplica ao caso dos Araweté. Mais ainda, como acrescenta Viveiros de Castro, mesmo os traçados reconhecidos pelos Araweté nas cachoeiras como os locais dos criadores do mundo, os *Maí*, não elegem uma cachoeira particular que seja um local privilegiado de veneração da criação do mundo por isso tendo um sentido do território bem mais amplo e menos centrado no conceito de um local sagrado (cf. Viveiros de Castro 2000: 173). O que está em discussão aqui é a complexidade dos processos de (re)territorialização em que a maioria dos povos indígenas está envolvida, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa sua multiterritorialidade. Assim, pode-se afirmar que, "mais do que a (des)territorialização (des)enraizadora, nota-se na contemporaneidade um processo de (re)territorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo". (Haesbaert, 1994:214).

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação.

Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (Lefebvre, 1986:411-412, grifo do autor)

Para os povos indígenas em questão, o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade ("recurso") e identidade ("símbolo"). Assim, para eles, literalmente, "perder seu território é desaparecer". O território, neste caso, "não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser". É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais. Assim, os povos tradicionais percebem a materialidade ("funcional") do território como abrigo e base de "recursos" com uma profunda identificação que constroem o espaço através de uma série de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura.

Com relação às unidades de paisagem, como já foi descrito anteriormente na terceira e quarta partes, nota-se uma grande relevância das matas e brejos para a reprodução física e cultural dos Tupinambá de Belmonte, como recurso para atividades produtivas tradicionais e de auto-subsistência entre os Tupinambá, tais como a caça e a coleta. Como também já foi mencionado é importante também complementar tal justificativa mencionando as espécies vegetais que os Tupinambás coletam na mata e usam para fins medicinais. Durante entrevistas junto aos índios foram registradas varias espécies vegetais utilizadas para combater inúmeros tipos de doenças, incluindo algumas que são coletadas na mata e outras que são cultivadas pelos Tupinambás. Para o completo desenvolvimento de suas tradições, os Tupinambás dependem, em suma, de vários recursos naturais disponíveis na área por eles reivindicada, como é o caso do urucum utilizado para a pintura dos corpos na dança do Poracim.

Durante o trabalho de campo para o levantamento prévio e o GT procuramos incentivar os índios a pensar sobre quais seriam os limites do seu território. A questão nunca foi bem sucedida a este nível de abstração, os limites no início eram bem fixos e delimitados, no entanto, no segundo campo, a partir de uma conversa com uma representante da Funai, esses limites foram revistos e enfim percebidos com mais clareza.

Como já havíamos observado na terceira parte deste relatório, os ponto de pesca importante para os Tupinambá são a Lagoa do Timiquim, os brejos e também o braço do rio Camaçari que faz ligação da terra com o rio Jequitinhonha, outro ponto importante e necessário para reprodução física e cultural dos Tupinambá de Belmonte.

O exercício de pesquisa confirma a ligação histórica e cultural que há entre esse povo e esse território. Os Tupinambá estão vinculados a ocupações indígenas antigas, cujos habitantes são

denominados de "parentes" ou caboclos, correspondendo ao local no qual parte desta população viveu, próximo a lagoa Timiquim, onde existe um cemitério antigo onde muitos desses parentes foram enterrados.

Diante do exposto foram definidos, de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal, do Decreto nº 1775/96, Portaria nº 14/MJ e Lei nº 6001/73, uma proposta de demarcação para Terra Indígena Tupinambá, conforme mapa e memorial descritivo a serem incorporados ao presente relatório, priorizando como critério fundamental a inclusão das terras que contenham marcos confirmados de ocupação tradicional referenciados na memória e vivência dos indígenas.

Assim, com relação aos marcos que indiquem relações de ocupação tradicional, as seguintes localidades estão presentes na proposta apresentada: a Lagoa Timiquim, a Lagoa do Pego e a Lagoa Grande e o Canal do Pego; a área do antigo cemitério ou mata da Camboa, e a área das antigas ocupações que atualmente compreende os seguintes imóveis: Empresa Três Lagoas LTDA, Coroa da Palha, Fazenda Timiquim, Córrego de Rodas, 19 de Junho, Sobradinho e Monte Cristo.

Na proposta de limites ora apresentada levamos em conta também áreas que contemplam recursos naturais necessários a manutenção do grupo e reprodução física e cultural, o que significa dizer que os limites incluem uma parte da mata e do brejo que incide sobre a Fazenda 3 Lagoas.

A história de ocupação dessa área é marcada por condições históricas e econômicas que foram relatadas ao longo do relatório. Os índios Tupinambá, atualmente habitam locais a partir de uma história de deslocamentos que foram gerados por diferentes razões: o casamento que era uma forma de se agregar em terras do sogro, e em contrapartida, se desenvolvia redes de troca que permitiam a colocação de roças na beira do rio, ou nas ilhotas próximas.

É muito difícil recuperar todos os movimentos que parecem ter sido constituídos em meio à população ora estudada. A presença do rio Jequitinhonha e a proximidade com o Estado de Minas Gerais permitiram a constituição de uma rede de relações mais amplas.

Nas descrições feitas, nas narrativas ouvidas, nos deslocamentos instaurados no decorrer dos trabalhos de campo, fez-se sempre presente uma descrição de um modo de vida que mesmo ausente, indicava uma condição anterior ainda desejada. As atividades econômicas praticadas num passado – datável ou não – implicavam na agricultura de vazante, sem dependência de irrigação. Na agricultura dependente de chuvas. No uso das terras que são fertilizadas quando se dispõe de um bom inverno. Na presença de terras disponíveis ao uso comum – e nas margens das muitas lagoas que se fazem ai presentes e também nas margens do rio

Jequitinhonha. Na possibilidade de se exercitar a caça e a coleta, além da pesca, fonte sempre muito destacada no passado e que hoje, revela-se insuficiente.

Deste modo, a indicação dos marcos que compõem a terra indígena projetada e aqui apresentada se encontra fundamenta numa memória documentada e comprovada e, também, numa memória oral, já que se trata de uma comunidade tradicional onde a escrita ou o papel não é fundamental, e sim, os relatos dos mais velhos de cada antiga morada e de cada antigo roçado.

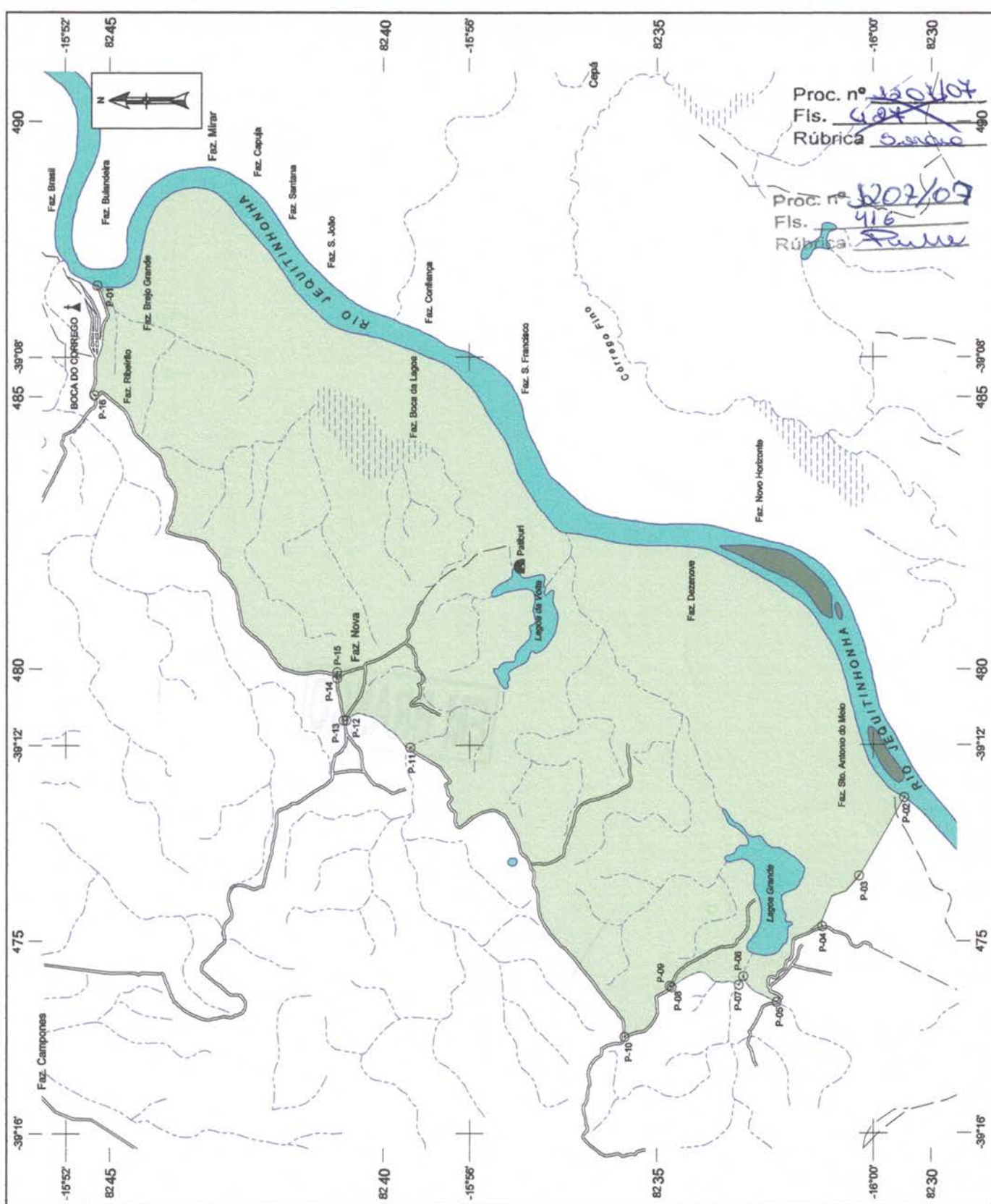
Sendo assim, o mapa projetado junto com os índios, destacamos, em especial, as localidades que são reconhecidas pelos indígenas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural. O que está representado nas condições pelas quais o grupo está projetando a identidade e a terra, ambas indígenas, e constituintes daquilo que é pensando enquanto próprio aos Tupinambá de Belmonte.

EM BRANCO

Legenda:

- 136

translot



SINAIS CONVENCIONAIS

- | | |
|--|---|
| | TERRA INDÍGENA DELIMITADA |
| | POSTO INDÍGENA - CAMPO DE POUSO |
| | ALDEIA INDÍGENA - MALOCA INDÍGENA |
| | CAÇA - PESCA |
| | COLETA - SERINGAL |
| | RODOVIA PAVIMENTADA |
| | RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE |
| | RODOVIA NÃO PAV. PERIÓDICA - CAMINHO |
| | RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE |
| | LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO |
| | PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE |
| | LIMITE MUNICIPAL |

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT			
DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE BELMONTE		MAPA: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: BELMONTE		SUPERFÍCIE APROXIMADA: 9.521 Ha	PERÍMETRO APROXIMADO: 50 Km
ESTADO: BAHIA		ESCALA: 1:100.000	DATA: 31/01/2013
CR: SUL DA BAHIA		PROCESSO: 08620.001207/2007-91	BASE CARTOGRÁFICA: MI-2232
RESP. TÊC. DEFINIÇÃO LIMI-ES: MANOELA FREIRE DE OLIVEIRA ANTROPOLOGA COORDENADORA		RESP. TÊC. IDENTIFICAÇÃO LIMI-ES: REINALDO FLORIANO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA Nº 87.699/D - SP	RESP. TÊC. VISTORIA INTERIOR DA CDE: JOSÉ ANTONIO DA SÁ ENGENHEIRO CARTOGRAFO CREA Nº 14.455/B - PR
		PORTARIA Nº: 1417 - 28/09/2010	



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 3207/07
Fls. 428
Rúbrica *Sando*

Proc. nº 3207/07
Fls. 417
Rúbrica *Ferreira*

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
COORDENAÇÃO GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGGEO

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Imóvel : **TERRA INDÍGENA TUPINAMBÁ DE BELMONTE**
Grupo Indígena : **Tupinambá**
Aldeias Integrantes : **Patiburi**
Municípios : **Belmonte**
Unidade Federativa : **Bahia**
CR da FUNAI : **Sul da Bahia**
Superfície : **9.521 ha (nove mil, quinhentos e vinte e um hectares, aproximadamente).**
Perímetro : **50 km (cinquenta quilômetros aproximadamente).**

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto **P-01**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'18,9 S e 39°07'16,2" WGr, situado na margem esquerda do Rio Jequitinhonha; deste, segue pela margem do referido rio, a montante, até o ponto **P-02**, de coordenadas geográficas aproximadas 16°00'18,2 S e 39°12'32,3" WGr, localizado na margem esquerda do Rio Jequitinhonha; daí, segue por uma linha reta até o ponto **P-03**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°59'51,7 S e 39°13'20,7" WGr, localizado na beira de um caminho carroçável; daí, segue pelo referido caminho, sentido geral noroeste, até o ponto **P-04**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°59'29,5 S e 39°13'52,2" WGr, localizado no entroncamento com uma estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido geral noroeste, até o ponto **P-05**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°59'02,4 S e 39°14'39,2" WGr, localizado na margem direita de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo referido igarapé, a jusante, até o ponto **P-06**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'18,9 S e 39°07'16,2" WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação afluente da Lagoa Grande; daí, segue pela margem direita do referido igarapé, a montante, até o ponto **P-07**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°58'40,1 S e 39°14'28,5" WGr, localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do referido ribeirão, a montante, até o ponto **P-08**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°58'00,0 S e 39°14'29,8" WGr, localizado na cabeceira do referido igarapé com a margem de uma estrada vicinal; daí, segue por linha reta atravessando a referida estrada, sentido geral norte, até o ponto **P-09**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°57'59,0 S e 39°14'29,0" WGr, localizado na margem da estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido geral noroeste, até o ponto **P-10**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°57'26,3 S e 39°14'54,5" WGr, localizado no entroncamento com outra estrada vicinal; daí, segue pela última estrada citada, sentido geral nordeste, até o ponto **P-11**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°55'24,7 S e 39°12'01,3" WGr, localizado na faixa de domínio da estrada vicinal com a confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue pela margem do igarapé mais ao norte, a montante, até o ponto **P-12**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°54'46,7 S e 39°11'44,4" WGr, localizado na cabeceira do referido igarapé e faixa de domínio de uma estrada vicinal; daí, segue por linha reta atravessando a referida estrada, sentido geral norte, até o ponto **P-13**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°54'45,2 S e 39°11'44,4" WGr, localizado na faixa de domínio da citada estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido geral oeste, até o ponto **P-**

[Assinaturas]



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 280710
Fls. 428
Rúbrica Sando

Proc. nº 2007107
Fls. 918
Rúbrica Rui

Continuação do memorial descritivo da Terra Indígena Tupinambá de Belmonte

14, de coordenadas geográficas aproximadas 15°54'41,4 S e 39°11'18,3" WGr, localizado no entroncamento com outra estrada vicinal; daí, segue pela ultima estrada citada, sentido geral norte, até o ponto **P-15**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°54'41,3 S e 39°11'14,6" WGr, localizado na faixa de domínio da citada estrada vicinal; daí, segue pela referida estrada, sentido geral nordeste, até o ponto **P-16**, de coordenadas geográficas aproximadas 15°52'17,4 S e 39°08'23,4" WGr, localizado no entroncamento a estrada que liga a comunidade Boca do Córrego; daí, segue pela referida estrada, sentido geral oeste, até o ponto **P-01**, início da descrição deste perímetro.

OBS.: 1- Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: MI-2232 (SD.24-Y-D-VI) Escala 1:100.000 - IBGE - 1975.

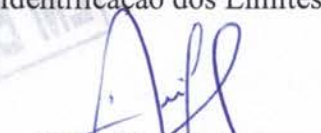
2- Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Datum SIRGAS 2000.

Brasília, 31 de janeiro de 2013.

Responsável Técnico
Definição dos Limites


Manoela Freire de Oliveira
Antropóloga
Coordenadora

Responsável Técnico
Identificação dos Limites


Reinaldo Florindo
Engenheiro Agrimensor
CREA nº 57.899/D - SP

Visto:
Coordenador da CGGEO


José Antonio de Sá
Engenheiro Cartógrafo
CREA nº. 15.455/D - PR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Proc. nº 1207/07
Fls. 419
Rúbrica Deive

Proc. nº 1204/04
Fls. 438
Rúbrica Deive

ACIOLY, I AMARAL D. MARIA I, Carta Régia de 13 de março de 1797. In: B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1931. v. 3, p. 151-60

ALBERT, Bruce e Ramos, Alcida Rita Ramos (org) **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo. Editora UNESP, 2000.

Almeida, Alfredo Wagner B. de – **Terras Tradicionalmente Ocupadas- terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livre, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto**. Manaus. PPGSCA/PNCSA. 2006

AMORIM, R. R.; OLIVEIRA, R. C. (2007) **Degradação Ambiental e Novas Territorialidades no Extremo Sul da Bahia**. Caminhos de Geografia – revista on line, v. 8, n. 22 set/2007 p. 18 - 37.

ANDERSON, Benedict Imagined Communities Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London and New York: Verso, 1991.

ARRUTI, J. M. A. Morte e vida no Nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno regional. Estudos Históricos. FVG, vol.8, n.15, pp. 57- 94, 1995.

BARTH, Fredrik. "Introduction". In Fredrik Barth (Ed.). **Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference**. Illinois: Waveland Press, p. 9-38, 1969.

BELMONTE (2010) **Site oficial de Belmonte**. Disponível em <http://www.belmontebahia.com/>. Acesso em 13/10/ 2010.

BELMONTE (2010) **Site oficial de Belmonte**. Disponível em <http://www.belmontebahia.com/>. Acesso em 13/10/ 2010.

BOTTÉCCHIA, A. L. F.; SALAROLI, E.; OLIVEIRA, J. C. S. (2000) **Diagnósticos Sócio-Econômico da Região de Abrolhos**. Relatório técnico do Projeto Abrolhos, Conservation International do Brasil, Programa Marinho, pgs 79-129.

BOTTÉCCHIA, A. L. F.; SALAROLI, E.; OLIVEIRA, J. C. S. (2000) **Diagnósticos Sócio-Econômico da Região de Abrolhos**. Relatório técnico do Projeto Abrolhos, Conservation International do Brasil, Programa Marinho, pgs 79-129.

BRASILEIRO, S. (2007) **Comunidade Tupinambá no Vale do Jequitinhonha, Município de Itapebi, Bahia**, 21p. CNM (2010) **Confederação Nacional de Municípios. Belmonte, Bahia**. Disponível em <http://www.cnm.org.br/>. Acesso em 08/09/2010.

manabf

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto. (Org.). O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. *Carta Régia enviada ao Conde dos Arcos, Governador da Bahia*, Rio de Janeiro, 21/11/1813. ms., B.N., Secção de Manuscritos, I. 31, 29, 98. São Miguel do Jequitinhonha, atual cidade de Jequitinhonha.

CARVALHO, Maria Rosário Gonçalves de. Parecer técnico sobre o pleito da Comissão de Articulação Indígena Tupinambá de Olivença. Ministério Público

CNM (2010) **Confederação Nacional de Municípios. Belmonte, Bahia.** Disponível em <http://www.cnm.org.br/>. Acesso em 08/09/2010.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1.988, artigos 231 e 232

COUTO, P. N. A. **Os Filhos de Jaci: Ressurgimento étnico entre os Tupinambá de Olivença - Ilhéus - BA.** Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais com concentração em Antropologia. 83p, 2003.

CUNHA José M. da., Ouvidor de Porto Seguro. Correspondência ao Conde de Linhares em 08/08/1811. In: ACCIOLI. J., AMARAL, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador : IOF. 1931. v. 3, p. 56-7.

CUNHA, José Marcelino da, Ouvidor da Comarca de Porto Seguro. Correspondência enviada ao Ministro Conde de Linhares, Caravelas, em 15/07/1811. In: ACCIOLI. J., AMARAL, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: IOF, 1931. v 3, p. 56.

CUNHA, Manuela C. (org) **História dos índios no Brasil** São Paulo: Companhia das

CUNHA, Manuela.C. **Etnicidade: da cultura residual mas irredutível.** In Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Editora Brasiliense: 1997.

DANTAS, M. E.; MEDINA, A. I. M.; SHINZATO, E. (2000) **Geomorfologia da Costa do Descobrimento - Extremo Sul da Bahia: municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália.** Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/artigo_PortoSeguro.pdf

DECRETO FEDERAL nº 1775/96

DUTRA, G. F. *et al.* (2000) **Laudo Biológico para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, BA.** Conservação Internacional do Brasil, Programa Marinho. Federal/Procuradoria da República de Ilhéus. 2002.

FERNANDES, Florestan **Organização Social dos Tupinambá**. São Paulo: Difusão Européia do Livro: 1993.

FOULCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Proc. nº 1207/07
Fls. 431
Rúbrica [assinatura]

FRY, Peter. A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (2002) **Manual do Ambientalista**. Programa Piloto de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (2002) **Manual do Antropólogo**. Programa Piloto de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL.

GADOTTI, M **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GALLOIS, Dominique. **Os Waiãpi e seu território**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Belém, Pará. Nº 80. 6 de Maio, 1981.

GALVÃO, Eduardo. **Áreas Culturais indígenas do Brasil: 1900/1959** in Encontro de Sociedades. Rio de Janeiro. Paz e Terra. Pp.193-228, 1979.

GLUCKMAN, Max & DEVONS, E. 1964. Closed systems and open minds: on the limits of naiveté

GONÇALVES R. N. *et al.* **Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jequitinhonha; Diretrizes gerais para a ordenação territorial**. Ministério do Planejamento e Orçamento; 1997.

GONÇALVES, Pe. Luís. Memórias do Brasil, In: ACCIOLI, J. AMARAL, B. *Memórias históricas e Políticas da Bahia*. Salvador : IOF. 1931. v. 3, p. 262-3.

GOOGLE MAPS (2010) Disponível em www.maps.google.com.br Acesso em 10/11/2010.

GT da FUNAI constituído pelas Instruções Normativas nº 05/DAF de 01 de fevereiro de 2008 e nº 17/DAF de 29 de fevereiro de 2008.

GUERREIRO, Padre Fernão. 1930 [1603]. Capítulo VI: Da nação dos gaimures e danos que esta gente tem feito no Brasil, pazes que com eles se fizeram na comarca da Baía e capitania dos Ilhéus. Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões nos anos de 1600 a 1609 e do processo da conversão e cristandade daquelas partes, tirada das cartas que os missionários de lá escreveram. Nova Edição dirigida e prefaciada por Artur Viegas, Tomo I. Coimbra. Imprensa da Universidade: 389-395.

IBGE (2009) **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2008**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 11/09/2010.

IBGE (1958) **Uma História de Amor pelo Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XX, 1p. Autor do Histórico: Ivana Silva Iglesias. Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=290340. Acesso em 11/09/2010. IBGE (2010) **Cadastro Central de Empresas 2008**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 12/09/2010.

IBGE (2006) **Censo Agropecuário 2006**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 12/09/2010.

IBGE (2007) **Contas regionais do Brasil, estado da Bahia**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 10/09/2010.

IBGE (2009) **Síntese das Informações de Belmonte, Bahia**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 11/09/2010.

IBGE, INEP (2010) **Censo Educacional 2009**. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 13/09/2010.

in social anthropology. Oliver & Boyd. Edinburgh.

JOHANN E.. *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

JUNIOR, R. F.; TOZONI-REIS, M. F. C.; ALMEIDA, M. R.; MOTA, P. O. (2006) **Pesquisa-Ação, Educação Ambiental e Coletivo Jovens: uma proposta de formação de educadores ambientais**. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br>

LEI FEDERAL nº 6001/73

LEITE, P.F. & KLEIN, R.M. **Geografia do Brasil. Vegetação**. Diretoria de Geociências. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, v. 2, 1990. Letras: Secretária Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

LOBÃO, R.; ÁVILA, T.; FREITAS, A. C.; RODRIGUES, H. C. L. **Estudo Etnoecológico da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, BA**. Complementação EIA/RIMA do gasoduto

Cacimbas-Catu (GASCACGASENE/Petrobras) segundo TDR expedido pela FUNAI. v 3, 210 p., 2009.

MAPA ETNO-HISTÓRICO de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-memória, 1981.

MARQUES, C. T. S.; GAMA, E. V. S.; CARVALHO, A. J. A. **A Agricultura do Povo Tupinambá de Serra do Padeiro, Buerarema - Bahia.** Rev. Bras. De Agroecologia/nov. 2009 Vol. 4 No. 2: 2009

MARQUES, C. T. S.; GAMA, E. V. S.; CARVALHO, A. J. A.; SILVA, F.; FRIAS, M. T. **Influência lunar nas práticas agrícolas da Aldeia Índigena Tupinambá de Serra do Padeiro, Buerarema - BA** Rev. Bras. de Agroecologia/out. 2007 Vol.2 No.2, 4p, 2007.

MOREAU, Filipe Eduardo. Os Índios nas Cartas de Nóbrega e Anchieta. São Paulo: Annablume, 2003.

NASCIMENTO, D. M. C. (2007) **Expansão do eucalipto em Belmonte e Canavieiras na Bahia, Brasil.** Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), processo No 40031280. UFBA, Salvador, Bahia, Brasil.

NASCIMENTO, D. M. C.; DOMINGUEZ, J. M. L. **Avaliação da vulnerabilidade ambiental como instrumento de gestão costeira nos municípios de Belmonte e Canavieiras, Bahia.** Arquivo digital disponível on-line no site www.sbgeo.org.br. Revista Brasileira de Geociências, volume 39(3), 395p a 408p, 2009.

NETO, J. A. A. M; SOUZA, A. L; LANA, J. M; VALENTE, G. E (2005) **Composição florística, espectro biológico e fitofisionomia da vegetação de muçununga nos municípios de Caravelas e Mucuri, Bahia.** Revista Árvore, vol. 29, Viçosa, Brasil, PP. 139-150.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e territorialização - Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de; O caboclo e o brabo. IN: **Encontros com a civilização Brasileira**, Rio de Janeiro:, 288 pág, 1979.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) **A Viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Índigena.** Rio de Janeiro: 2ª Ed. Contra Capa Livraria LACED: 2004.

OLIVEIRA, M.M. (2005) **Como fazer pesquisa qualitativa.** Recife: Ed. Bagaço.

OLIVEIRA, Roberto C. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP, 1996.

PAIXÃO, Manoel Pinheiro da. Procurador dos índios. *Requerimento enviado ao Presidente da Província*. Vila Verde em 17/07/1830. APEB. Secção Colonial e Provincial. Fundo da Presidência da Província. Série Agricultura - Diretoria Geral dos Índios. Maço 4611. Há despacho na mesma página determinando que se expedisse a ordem de pagamento ao Ouvidor da Comarca de Porto Seguro, assinado pelo Presidente da Província.

PARAISO, M. H. B "Os Índios de Olivença e a zona de veraneio dos Coronéis de Cacao da Bahia". Nordeste Indígena (II). Funai. Recife, 1991.

PARAISO, M. H. B. (2009) **Marcellino José Alves: de índio a caboclo, de "Lampião Mirim" a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia**. Trabalho apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 11p.

PARAISO, M. H. B. Marcellino José Alves: de índio a caboclo, de "Lampião Mirim" a comunista, uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia. Trabalho apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, 11p, 2009.

PIZARRO, Monsenhor. Memórias Históricas da Província de Minas Gerais. *RAPM*, v.13, p.523-639, 1909.

POMPA, C. **Religião como Tradução, missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru, SP: EDUSC, 444p, 2003.

PORTARIA FUNAI 1.417, de 28 de setembro de 2010.

PPTAL. Lei Federal nº 6001/73 Programa Piloto de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal -

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

RODRIGUES, R.R. (1999) **A vegetação de Piracicaba e municípios do entorno**. Circular técnica IPEF n. 189, 20p.

ROUANET, Maria Helena (org.). "O que é uma nação?". In: Nacionalidade em questão. Caderno da Pós / Letras n.19. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, M. (2004) **Expedição Jequitinhonha**. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Banco de Conhecimentos; Estudos Temáticos. Minas Gerais.

SAQUET, Marcos Aurélio- **Abordagens e concepções de território**. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2007.

SEAGRI/BA (2006) **Estimativa da População 2006 e IDH dos Municípios por Território de Identidade, Bahia**. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do estado da Bahia. Superintendência de Agricultura Familiar.

SHWARCZ, Lilia O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIDE (2010) **SEI - Sistemas de dados estatísticos**. Disponível em http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=113&Itemid=192. Acesso em 20/09/2010.

SILVA, Edson. **O lugar do índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada – PE (1860-1880)**. Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado em História, 1995.

SILVA, I. R. (2006) **Praias da Costa do Descobrimento: uma contribuição para a Gestão Ambiental**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal da Bahia para obtenção do título Doutor em Ciências - Geologia, 232p.

SILVA, O.S. et alli. (org), **A Perícia antropológica em processos judiciais**, Florianópolis, Ed. UFSC. 1994.

SILVA, R. C. (2009) **Relatório de Fundamentação Antropológica Tupinambá de Belmonte**.
SOARES DE SOUSA, Gabriel. [1587]. Tratado descritivo do Brasil em 1587: edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns comentários. 4a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

SOUZA, Joaquim S. da. *Depoimento prestada à autora em Umburanas*. Minas Gerais, julho de 1991.

SPIX & MARTIUS. [1817-1820]. **Através da Bahia: excerto da obra Reise in Brasilien, trasladados a português**. Trabalho apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geographia. Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1916.

STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil: arrojadas aventuras no século XVI entre os antropófagos do Novo Mundo*. Livro Segundo: A terra e seus habitantes. São Paulo. 1942

Manuel

T. (2007) Influência lunar nas práticas agrícolas da Aldeia Índígena Tupinambá de Serra do Padeiro, Buerarema - BA Rev. Bras. de Agroecologia/out. 2007 Vol.2 No.2, 4p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editor. Anpocs. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2000. **Araweté: O Povo do Ipixuna**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1986.

WAGLEY, Charles. Lágrimas de boas vindas: os índios Tapirapé do Brasil Central. São Paulo: Itatiaia; USP, 1988.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977.

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Belmonte, Bahia. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Belmonte_\(Bahia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Belmonte_(Bahia)). Acesso em 09/09/2010.

Manoela F. de Oliveira

Manoela Freire de Oliveira
Antropóloga-coordenadora
Portaria nº 1.417, de 28 de setembro de 2010